



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

CINARA LITTIG VILELA

**A DESCLASSIFICAÇÃO COMO PERSPECTIVA TEÓRICA PARA OS SISTEMAS
DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO**

Florianópolis

2024

Cinara Littig Vilela

**A DESCLASSIFICAÇÃO COMO PERSPECTIVA TEÓRICA PARA OS SISTEMAS
DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Centro de Ciências da Educação (CED) da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Ciência da Informação.

Área(s) de Concentração: Informação e Sociedade

Linha de Pesquisa: Memória, Mediação e Organização do Conhecimento.

Orientadora: Prof.^a, Dra. Camila Monteiro de Barros

Florianópolis

2024

Vilela, Cinara Littig

A desclassificação como perspectiva teórica para os sistemas de organização do conhecimento / Cinara Littig Vilela ; orientadora, Camila Monteiro de Barros, 2024.
158 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Ciência da Informação. 2. Desclassificação. 3. Sistemas de Organização do Conhecimento. 4. Organização do Conhecimento. I. Barros, Camila Monteiro de. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

Cinara Littig Vilela

**A DESCLASSIFICAÇÃO COMO PERSPECTIVA TEÓRICA PARA OS SISTEMAS
DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO**

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 04 de julho de 2004, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Fábio Assis Pinho, Dr.

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Profa. Renata Cardozo Padilha, Dra.

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

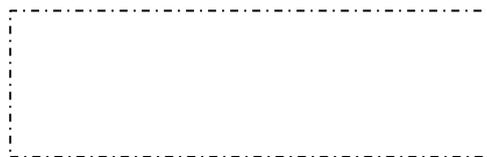
Prof. Rodrigo de Sales, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Profa. Márcia Ivo Braz, Dra

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestra em Ciência da Informação.



Prof. Edgar Bisset Alvarez, Dr.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Prof. Dra. Camila Monteiro de Barros.

Orientador(a)

Florianópolis, 2024.

*À minha família,
e ao meu esposo Jhaison.*

AGRADECIMENTOS

Quando iniciei o mestrado minha vida era bem diferente. Ao longo dos quase três anos que passei no curso, muitas transformações aconteceram: mudei de casa, consegui um emprego, enfrentei problemas de saúde. Tudo isso enquanto me esforçava para desenvolver minha pesquisa. O contexto também foi desafiador: pandemia e aulas online me afastaram da experiência que tive da graduação. O mestrado foi uma escolha pessoal, era um sonho que tinha desde a graduação, mas, ao se tornar realidade, percebi que essa jornada não foi trilhada sozinha. Muitas pessoas me apoiaram e embarcaram nesse caminho comigo, e por isso gostaria de expressar minha imensa gratidão.

Antes de tudo, quero agradecer a Deus, por ter me dado força e ter me confortado nos momentos de angústia e desespero, se não fosse por ele não teria conseguido. Agradecimentos profundos à:

Ao meu esposo Jhaison por ser meu porto seguro, meu psicólogo e meu parceiro de comemorações. Você foi essencial em todo processo, grata por cada debate que tínhamos sobre as teorias do (García Gutiérrez) GG .

À minha mãe Nilda, por me apoiar e incentivar incondicionalmente em minhas decisões e interceder por mim em suas orações.

À minha irmã Sara por ser minha incentivadora incentivando. Sou grata por você fazer parte das minhas conquistas.

Aos meus queridos colegas de trabalho do Senac, Fahima, Eduardo e Rafaela, meu mais sincero agradecimento por todo o apoio e compreensão durante essa jornada do mestrado. Vocês foram fundamentais em meu caminho, sempre prontos para ouvir minhas angústias, debater as ideias do GG e me acolher com carinho. Nunca esquecerei de como me permitiram ter um refúgio na salinha para escrever em paz, mesmo em meio ao turbilhão do dia a dia. Agradeço profundamente por essa parceria e cumplicidade que construímos juntos. Vocês são, sem dúvida, uma equipe "topizeraaaa" (hahahahah)!

À minha orientadora Camila Monteiro de Barros, por me guiar com seu jeito doce e calmo no desenvolvimento da pesquisa.

À Banca examinadora pela oportunidade de apresentar meu trabalho de mestrado. Professor Rodrigo Sales e ao Professor Fábio Pinho, pelas valiosas contribuições.

À Universidade Federal de Santa Catarina e também ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFSC (PGCIN), por me proporcionarem a oportunidade de me formar em uma instituição e programa de excelência.

Ao Samuel, secretário do PGCIN, cuja profissionalidade é exemplar. Agradeço pela paciência e por esclarecer todas as minhas dúvidas ao longo do mestrado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES), e à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) por me permitir ser bolsista e me dedicar à pesquisa.

Por fim quero agradecer a mim mesma, pois no meio de um período turbulento, enfrentei desafios na escrita da dissertação e acabei travando, tive que lutar contra a procrastinação para voltar ao foco. Esse processo da escrita é solitário, uma mistura de amor e ódio, de incerteza e de incapacidade. Mas nesse processo pude compreender a natureza da pesquisa: um caminho de construção e reconstrução, onde traçamos métodos e revisitamos ideias. Nesse aspecto gostaria de expressar minha gratidão por ter conhecido o lado teórico, crítico e sociocultural da Organização do Conhecimento. Obrigada GG por me fazer pisar nessas águas, sei que esse campo é lindo, com seus infinitos oceanos a serem desvendados.

POESIA

No santuário dos livros, em meio ao silêncio,
Uma bibliotecária, de fé cristã, alma sincera,
Vive em dilema profundo, coração em descompasso,
Ao descobrir, nos métodos de organização do saber,
A marca dolorosa do preconceito.

Ela, de pele clara, sonhadora,
Sempre acreditou na verdade universal,
Sem saber que nas estantes, residem histórias silenciadas,
Gêneros, religiões, etnias,
Ecos abafados por sistemas excludentes.

O coração, antes leve, agora pesa,
Ao ver que o conhecimento organizado,
Em vez de iluminar, muitas vezes ofuscou,
As vozes dos diferentes, os caminhos diversos,
Criando muros onde deveria haver pontes.

Em meio à tristeza e à culpa,
Um fio de esperança brilha,
Uma teoria nova, radical, libertadora,
Chamada desclassificação, surge como farol.

Desclassificar para reclassificar,
Desfazer as antigas hierarquias,
Adotar novos parâmetros inclusivos,
Onde todas as vozes, cores, crenças,
Possam finalmente coexistir em harmonia.

Ela, então se embrenha nessa jornada,
Na tentativa de desfazer as teias do velho sistema,
Dissertando como deveria ser o saber,
página por página,
Na tentativa de Classificar cada livro, cada história,
Redescobrimo a verdade em sua diversidade.

Nas noites de reflexão
Encontra força na fé, na missão de renovar,
Para que as bibliotecas sejam templos do plural,
Onde cada leitor, cada alma,
Veja-se refletido no espelho do conhecimento.

Entre a leitura e as teclas do computador,
Ela tenta plantar a semente
De um futuro mais justo igualitário,
Onde a luz do saber brilha para todos,
E a verdade, antes silenciada,
Resplandece em um novo alvorecer.

RESUMO

A informação precisa ser organizada para que possa ser recuperada e acessada com facilidade e eficácia e, por consequência, proporcionar a geração de novos conhecimentos aos usuários. Deste modo, os fatores que no processo de representação e recuperação da informação necessitam ser minimizados. Entre esses fatores está a questão da linguagem utilizada na representação da informação, especialmente o contexto cultural do qual deriva o vocabulário empregado. Nesse aspecto, se evidencia a necessidade de construção e da utilização dos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), como taxonomias, sistemas de classificação e tesouros. Sua estrutura é composta de termos, conceitos e relações conceituais, com o objetivo de fornecer parâmetros para a representação da informação, sendo que várias são as teorias que embasam o levantamento e a definição de termos. Nessa pesquisa, a proposta é explorar a ideia de desclassificação do conhecimento, do autor Antônio García Gutiérrez, que transporta a prática de desenvolvimento de SOC para o âmbito da discussão sobre a relação entre diferentes culturas, a sub-representação de certas manifestações culturais e as consequências disso no resultado final dos SOC. Desse modo, a pesquisa possui como objetivo geral, verificar como se manifesta a desclassificação com relação aos sistemas de organização do conhecimento. Os objetivos específicos são: a) Apresentar os fundamentos teóricos já consolidados dos SOC; b) Apresentar teorias críticas e socioculturais da Organização do Conhecimento; c) Apresentar os conceitos teóricos da Desclassificação do García Gutiérrez; d) Analisar os conceitos teóricos da desclassificação do García Gutiérrez que se aproximam das questões estruturais e conceituais dos SOC. O método consistirá em realizar aproximações entre os conceitos da desclassificação e os SOC, a análise consistirá em quatro eixos: Extração de alguns dos principais aspectos metodológicos de construção dos SOC; Extração das teorias críticas e socioculturais; Extração dos aspectos conceituais da desclassificação que têm alguma aderência aos processos de construção de SOC; Comparação dos três eixos anteriores de forma a apreender relações teórico-metodológicas relacionadas aos SOC. Pode-se perceber que a desclassificação pode contribuir de forma metodológica quanto a aplicação dos SOC e também agregar na formação do pensamento crítico dos profissionais da informação. Os operadores complexo e transcultural possuem uma ampla aceitação nos SOC com objetivo de promover a inclusão de várias visões do conceito de forma justa, além de denunciar os preconceitos e injustiças sociais presentes nesses instrumentos, e a partir daí de forma transcultural chegar a um consenso em relação a determinados termos e conceitos que poderão ser aceitos, formalizando assim categorias transculturalmente aceitas.

Palavras-chave: Desclassificação; Sistemas de Organização do Conhecimento; Organização do Conhecimento.

ABSTRACT

Information needs to be organized so that it can be retrieved and accessed easily and effectively and, consequently, providing to the generation of new knowledge to users. In this way, the factors within the process of representation and recovery of information need to be minimized. The issue of the language lies among these factors which are used to represent information, especially the cultural context from which the vocabulary used derives. In this aspect, the need for the construction and use of Knowledge Organization Systems (SOC), such as taxonomies, classification systems and thesauruses, is quite clear. Its structure is made up of terms, concepts, and conceptual relationships, aiming to provide parameters for the representation of information, and being that there are several theories that support the survey and definition of terms. In this research, the proposal is to explore the idea of declassification of knowledge, by the author Antônio García Gutiérrez, which transports the practice of SOC development to the scope of the discussion about the relationship between different cultures, the underrepresentation of certain cultural manifestations and the consequences of this on the ending result of the SOC. This way, the research's general objective is to verify how declassification manifests itself in relation to knowledge organization systems. The specific objectives are a) Present the already consolidated theoretical foundations of SOC; b) Present critical and sociocultural theories of Knowledge Organization; c) Present the theoretical concepts of the Declassification of García Gutiérrez; d) Analyze the theoretical concepts of García Gutiérrez's declassification that are closer to the structural and conceptual issues of the SOC. The method aims of making approximations between the concepts of declassification and the SOC, the analysis will consist of four axes: Extraction of some of the main methodological aspects of building the SOC; Extraction of critical and socio-cultural theories; The extraction of the conceptual aspects of declassification that have some adherence to the SOC construction processes; Comparison of the three previous axes in order to understand theoretical-methodological relationships related to SOC. It is obvious and notable that declassification can contribute methodologically to the application of SOC as well as to the formation of critical thinking among information professionals as well. The Complex and transcultural operators have wide acceptance in SOC with the aim of promoting the inclusion of various views of the concept in a fair way, in addition to denouncing the prejudices and social injustices present in these instruments, and from there, in a transcultural way, reaching a consensus in relation to certain terms and concepts that may be accepted, formalizing transculturally accepted categories anyways.

Keywords: Declassification; Knowledge Organization Systems; Knowledge Organization.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - ESTRUTURA E FUNÇÕES DOS SOC	27
FIGURA 2 - TAXONOMIA DAS DIMENSÕES DOS SOC.....	30
FIGURA 3 - TIPOS DE SOC.....	31
FIGURA 4 - ESQUEMAS DE RELAÇÕES HIERÁRQUICAS.....	34
FIGURA 5 - EXEMPLO DE ESTRUTURA TESAURO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO TBCI.....	39
FIGURA 6 - TESAURO DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR BRASILEIRA	39
FIGURA 7- TIPOS DE TAXONOMIAS.....	48
FIGURA 8 - EXEMPLO DE UMA TAXONOMIA.....	49
FIGURA 9 - ÁRVORE DE PORFÍRIO	55
FIGURA 10 - FORMALIZAÇÃO DO CONCEITO INDIVIDUAL	57
FIGURA 11 - FORMALIZAÇÃO DO CONCEITO GERAL.....	58
FIGURA 12 - TRIÂNGULO CONCEITUAL DE DAHLBERG.....	58
FIGURA 13 - GARANTIA CULTURA COMO CONCEITO GUARDA-CHUVA	70
FIGURA14 - SITUAÇÃO DE ESTRUTURAS IDÊNTICAS E SIMÉTRICAS NO AGROVOC THESAURUS	77
FIGURA 15 - DIVISÃO DO MUNDO EM 1492.....	83
FIGURA 16 - CONTROLES DA COLONIALIDADE DO PODER.....	84
FIGURA 18 - DIVISÕES DA CLASSE 299 NA CDD.....	102
FIGURA 19 - LEQUE SEMÂNTICO DOS CONCEITOS DO OPERADOR COMPLEXO.....	121
FIGURA 20 - LEQUE SEMÂNTICO COM OS CONCEITOS RADICAIS E ANTAGONISTAS.....	122
FIGURA 21 - OPERADOR TRANSCULTURAL	125
FIGURA 22 - SÍNTESE DO OPERADOR TRANSCULTURAL	127

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - RELAÇÃO DOS OBJETIVOS, PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E RESULTADOS.....	21
QUADRO 2 - RELAÇÕES ASSOCIATIVAS	33
QUADRO 3 - LISTA DE ABREVIATURAS UTILIZADAS EM TESAUROS.....	38
QUADRO 4 - SISTEMAS DE CLASSIFICAÇÕES BIBLIOGRÁFICA	41
QUADRO 5 - DIVISÃO DA CLASSE 299.6.....	102
QUADRO 6 - FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DOS SOC	129
QUADRO 7 - TEORIAS CRÍTICAS E SOCIOCULTURAIS.....	130
QUADRO 8 - CONCEITOS DA DESCLASSIFICAÇÃO.....	131
QUADRO 9 - RELAÇÃO DOS SOC COM A DESCLASSIFICAÇÃO	132

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 TEMA E PROBLEMA DA PESQUISA.....	15
1.2 JUSTIFICATIVA.....	17
1.3 OBJETIVOS.....	20
1.3.1 Objetivo Geral.....	20
1.3.2 Objetivos Específicos.....	20
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	20
2 SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO.....	24
2.1 RELAÇÕES CONCEITUAIS NOS SOC.....	32
2.2 TIPOS DE SOC.....	35
2.2.1 Tesouros.....	35
2.2.2. Sistemas de Classificação Bibliográfica.....	40
1.1.1 Taxonomias.....	45
2.2.4 Ontologias.....	49
1.2 DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS ENTRE OS SOC.....	52
2.4 TEORIAS QUE FUNDAMENTAM OS SOC.....	54
3 TEORIAS CRÍTICAS E SOCIOCULTURAIS DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO.....	66
3.2 GARANTIA E HOSPITALIDADE CULTURAL.....	68
3.2 VOCABULÁRIOS CONTROLADOS E TESAUROS MULTILÍNGUES.....	74
3.3 SEMIÓTICA.....	79
3.4 ESTUDOS DECOLONIAIS.....	81
3.5 ESTUDOS CRÍTICOS – ÉTNICOS, GÊNERO E RELIGIÃO.....	90
4 DESCLASSIFICAÇÃO DE GARCÍA GUTIÉRREZ.....	105
4.1 OPERADOR COMPLEXO.....	119
4.2 OPERADOR TRANSCULTURAL.....	123
5 DIÁLOGOS DOS SOC COM A DESCLASSIFICAÇÃO.....	129
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	144

1 INTRODUÇÃO

Representação, de acordo com Lima e Alvares (2012, p.21), “é o ato de utilizar elementos simbólicos - palavras, figuras, imagens, desenhos, mímicas, esquemas entre outros para substituir um objeto, uma ideia ou um ato”. Os autores ressaltam que, desde o princípio das civilizações, o ser humano utiliza diversos recursos para simbolizar a realidade que o circunda. De fato, essas realidades podem ser vistas através dos estudos arqueológicos, nos quais encontramos registros de pinturas e artefatos que representam os detalhes da cultura, bem como os modos de vida vividos.

O registro e a comunicação de aspectos da realidade se dão por meio de representações, sejam imagéticas, sonoras, figurativas ou textuais, em diferentes suportes. Para González de Gómez (1993) o conhecimento se sedimenta, primeiro, na relação direta do sujeito com a realidade, segundo sua representação na consciência do sujeito e, depois, sua representação semiótica por meio da linguagem. Neste último, a autora aponta a centralidade das condições de interpretação necessárias à reflexão baseada na linguagem.

A linguagem pode ser compreendida como signos em movimento, disponíveis às mais diversas interpretações. Entretanto, tais interpretações encontram amparo nas concepções de “cultura e convenção [que] são palavras que se unem na explicação do que é significado em sociedade” (Almeida, 2012, p. 2).

Cultura e convenção podem implicar na noção de regularidade de significado, no amplo compartilhamento e aceitação de saberes e práticas, na linearidade e repetição das representações dos saberes, das estruturas sociais e do uso da linguagem para tal. Almeida (2012) aponta que as regularidades de interpretação não são as únicas formas de conhecermos o mundo. Nesse sentido, com um olhar mais apurado, percebemos que cultura e convenção trazem em si a complexidade da variedade e da pluralidade.

A área de Organização do Conhecimento (OC) lida com questões intimamente relacionadas às conformações culturais e suas possibilidades de representação. Segundo Hjørland (2003), a OC oferece modelos de representação do conhecimento com base em literaturas e seus gêneros, instituições sociais, sistemas conceituais e teóricos, dinâmicas comunicativas de comunidades discursivas, entre outras fontes. Para o autor, os estudos em OC têm o objetivo último de subsidiar a representação e a recuperação da informação.

Um dos produtos derivados dos estudos da OC é a construção de sistemas de organização do conhecimento (SOC). O desenvolvimento desses instrumentos exige normas e metodologias adequadas de construção e atualização para finalidades e aplicações específicas.

Vale salientar que esses instrumentos estão fundamentados em um conjunto de perspectivas teóricas que advêm das mais variadas áreas do conhecimento, como a Linguística, Terminologia, Filosofia, etc. (Hodge, 2000; Lima, 2020).

Os SOC constituem de uma rede semântica de termos, conceitos e relações que podem ser mais ou menos explícitas e que são apresentadas em diferentes formatos, variando em complexidade e estrutura. Entre as etapas de construção dos SOC estão a escolha e definição de categorias classificatórias do domínio que será representado, além da seleção dos termos e respectivos conceitos.

Soergel (1999) lista uma série de funções que os SOC cumprem, como fornecer um roteiro semântico para campos individuais e as relações entre campos, propiciando orientações e servindo de ferramenta de referência, melhorar a comunicação e a aprendizagem, fornecer base conceitual para o desenho de uma boa pesquisa e implementação, fornecer classificação para ação, oferecer suporte na recuperação da informação, indicar as bases conceituais para sistemas baseados em conhecimento, fornecer bases conceituais para definição de elementos de dados e hierarquias de objetos em sistemas de software e servir como dicionário mono ou multilíngue, que serve como base para o processamento de linguagem natural para tradução automática. Podemos observar que o autor ressalta a relevância dos SOC no que tange à recuperação da informação.

Vale salientar que SOC têm o objetivo essencial de representar o conhecimento para fins de recuperação da informação. Nessa perspectiva Hjørland (2021, p.4, tradução nossa) ressalta que “a principal diferença em relação às buscas baseadas em SOC é que esta fornece estruturas conceituais para auxiliar na navegação e, assim, identificar termos, símbolos e conceitos relevantes”. Lima (2020) ressalta que os SOC são utilizados na organização da informação, com o objetivo de representar e controlar os processos descritivos e temáticos para o armazenamento dos recursos informacionais, com objetivo de recuperação e comunicação, podendo ser no meio digital ou não. Diante disso, os SOC inserem-se no âmbito que podemos chamar de perspectiva instrumental da organização e representação do conhecimento.

Nos tempos atuais, nota-se que diariamente muitas informações, seja no formato físico ou digital, têm sido produzidas, e organizá-las para posteriormente recuperá-las é um fator primordial para a sociedade. Em virtude disso, a OC tem se debruçado no aprimoramento dos SOC, com intenção de representar a informação e o conhecimento a fim de garantir excelência na recuperação da informação. Nesse sentido, áreas da tecnologia também têm se aproximado e contribuído com a elaboração dos SOC, tais como Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Inteligência Artificial, etc. Observa-se que a perspectiva instrumental da OC é

interdisciplinar. Os SOC são instrumentos que possuem a função representar o conhecimento de forma limitada, sintética e estruturada, sendo que o resultado dessa sistematização é dependente de escolhas teóricas e metodológicas.

1.1 TEMA E PROBLEMA DA PESQUISA

Diferentes fundamentos teóricos e metodológicos podem figurar como base para a construção dos SOC, perpassando os tradicionais sistemas de base hierárquica, as perspectivas facetadas, as teorias lógico-estruturais e as teorias críticas. Em contraponto aos fundamentos que refletem modelos epistemológicos pré-estabelecidos e hegemônicos, os estudos com perspectivas socioculturais vêm ganhando espaço nas pesquisas da área (Lima e Almeida, 2019).

Para Lima e Almeida (2019a), a abordagem sociocultural da OC possui um viés direcionado para a cultura, e seu contexto proporciona um “[...] olhar amplo, crítico e reflexivo sobre uma perspectiva ética relacionada à representação de diversas culturas”. Esses estudos têm levantado diálogos críticos a respeito das estruturas sociais do conhecimento, dos aspectos políticos e hegemônicos da representação do conhecimento em SOC e das possibilidades metodológicas de desenvolvimento de SOC. Moura (2018, p. 121) ressalta a relevância da visibilidade dos “legados culturais imprevistos pelas lógicas estruturantes e as possíveis assimetrias dispostas como discurso organizador ofertado no SOC, bem como sua incorporação nesses instrumentos”. Dentre essas lógicas estruturantes, é flagrante a adoção do eurocentrismo como universalidade histórica e cultural ocidental. Lima e Almeida (2019) salientam que tal “universalidade, legitimada na Modernidade, se manifesta via representação dicotômica e hierarquizada submetendo gênero, raça e culturas, não pertencentes à civilização ocidental, à sub-representação” (Lima; Almeida, 2019a).

Lara e Mendes (2017, p. 37) argumentam que o parâmetro tradicional da OC, baseado no conceito moderno de ciência, está fundamentado na “[...] racionalidade: dividir o ‘real’, classificá-lo, e identificar as relações entre os termos utilizados para nomear as segmentações produzidas, com base na procura por uma causalidade formal”. Para as autoras, essa lógica de divisão está pautada em definições particulares que, por serem plenas de referências culturais, não abrem margem para todas as variações do entendimento de um conceito. Dessa forma, a interpretação dessas representações implica em “uma derivação que só é válida e aplicável dentro do mesmo sistema de referência” (Lara; Mendes, 2017, p. 37).

Nesse sentido, a problemática da estruturação dos SOC se concentra na transferência acrítica de referências culturais específicas entre contextos diferentes, resultando no apagamento de identidades culturais e na reiteração de sua marginalização. Nessa perspectiva, as teorias socioculturais trazem uma crítica a esses modelos já consolidados, alegando que, antes de representar determinada cultura em qualquer estrutura conceitual, faz-se necessário um estudo atento das especificidades daquela cultura e de suas relações internas e externas, respeitando a linguagem no que tange a utilização da terminologia, os usos e costumes relacionados aos saberes e seus registros, proporcionando assim a sua representatividade de fato.

Olson (2001) faz uma crítica a esses instrumentos construídos com uma visão hegemônica ocidental. Para a autora, os sistemas de classificações são exclusivamente dependentes de uma hierarquia rígida e da lógica de diferenciação traçada unicamente no binômio da semelhança/diferença, que, no esforço de promover a representação do conhecimento adotando uma visão global, acabam ocultando indagações culturais. Nesse sentido, a autora frisa que as semelhanças e diferenças podem variar radicalmente entre as culturas.

Uma das teorias que traz esse olhar sociocultural para a OC é a “Desclassificação” de García Gutiérrez (2006, p.10), que propõe que seja introduzido o pluralismo na lógica central das classificações dos saberes, com objetivo de transgredir seus limites. Para o autor, “desmontar uma estrutura de ordenação dominante - geralmente hierárquica - implica reclassificar com parâmetros diferentes aos dessa estrutura”.

Para García Gutiérrez (2011a), o ato de desclassificar, ou seja, de desconstruir e desmontar a classificação hegemônica, daria lugar aos conhecimentos e culturas que até então eram marginalizados. Para isso, o autor destaca a utilização de uma lógica paraconsistente em oposição à lógica Aristotélica, que possibilitaria uma configuração horizontal, interativa e transdisciplinar, onde a contradição é possível, e uma coisa pode ser outra coisa ou simplesmente não ser, de acordo com determinada cultura. É necessário perceber criticamente a redução cultural existente no mundo das mediações simbólicas e conceituais, compreendendo a pluralidade de conexões, rupturas, continuidades, simultaneidades e contradições que compõem o conhecimento (García Gutiérrez, 2018).

García Gutiérrez (2006, 2007, 2011a) deixa claro que a desclassificação não nega a classificação, pois estamos a todo momento classificando. No entanto, deve-se envolver a suposição metacognitiva de uma lógica diferente, plural e não essencialista e automática. O que o autor propõe é que devemos rever os modelos que desprivilegiam determinados

conhecimentos, como quando definimos categorias que não estão ajustadas à realidade e aos contextos das comunidades discursivas, desconsiderando assim as questões éticas e culturais na organização e representação do conhecimento.

Para García Gutiérrez (2007, 2011b), a desclassificação se contrapõe aos posicionamentos autoritários, burocráticos e conservadores que são absorvidos e executados pelos profissionais da informação na ação de classificar e organizar o conhecimento. Para o autor, os SOC tradicionais possuem foco na especificidade e na superespecialização, fato que pode ser visualizado nas divisões de classes e subclasses e assim por diante. Eles possuem uma lógica demarcacionista, com postulados e conceitos que afastam uma cultura da outra, em vez de interligá-las.

Considerando que os SOC são representações linguísticas de conjuntos terminológicos culturalmente demarcados, que os estudos culturais evidenciam a urgência crítica da reflexão sobre práticas e parâmetros de estruturação de SOC, e que a desclassificação é um dos caminhos teóricos que podem subsidiar o desenvolvimento da OC nesse sentido, a questão que norteia a pesquisa é: Quais concepções da teoria da desclassificação podem oferecer parâmetros para o efetivo fazer desclassificatório no que se refere aos SOC?

No cruzamento teórico entre a desclassificação de García Gutiérrez e a estrutura dos SOC como se conhece atualmente, buscamos fornecer subsídios teóricos e práticos para a aplicação das perspectivas socioculturais no campo da Organização do Conhecimento.

1.2 JUSTIFICATIVA

Desenvolver estudos na Organização do Conhecimento (OC) possibilita construir um arcabouço teórico e prático, com pretensões de abrir margens para novos debates e estudos no campo. Diariamente, estamos sendo expostos a uma quantidade significativa de conhecimento e informações produzidas e lançadas na sociedade, e organizá-las para recuperá-las é uma das discussões centrais entre os profissionais da informação. É nesse aspecto que relevantes estudos no que tange à construção e ao aprimoramento dos SOC têm sido formalizados na tentativa de facilitar os processos de representação e recuperação da informação.

Na perspectiva da (CI), os processos de organização e representação do conhecimento só são válidos para o conhecimento socializado, ou seja, aquele que é gerado, registrado e compartilhado. Isso caracteriza a CI como uma área social, sendo suas aplicações refletidas diretamente na sociedade com o foco em satisfazer as necessidades informacionais, além de preservar a memória da produção intelectual. Desta forma, pesquisas acerca das abordagens

socioculturais aplicadas aos SOC trazem benefícios à sociedade, na medida em que abrem espaço para dialogar e proporcionar representatividade a várias culturas.

A classificação é o fundamento para a construção de SOC desde o reconhecimento e recorte do âmbito cultural de referência, passando pela seleção de fontes e garantias, pela escolha terminológica que constituirá o SOC, pela compreensão das possibilidades de significados, pela opção de uma ou outra forma estrutural de acordo com parâmetros de uso e aplicação, até a estruturação própria do sistema com a representação do conhecimento registrada nas relações conceituais. À maneira clássica, as classificações partem de princípios de divisão hierárquicos, implicando na restrição das relações semânticas entre termos e cujos aspectos escolhidos como parâmetros classificatórios são registrados nas classes mais gerais e refletidos nas classes mais específicas.

Ocorre um distanciamento semântico importante, em que as especificidades de vários elementos dos SOC ficam suprimidas dentro da sub-representação das generalidades. A classificação busca indicar, estabelecer e definir os conceitos em classes, de modo que esses conceitos sejam representados hierarquicamente.

A escolha da abordagem da desclassificação de Garcia Gutiérrez se dá porque o autor apresenta uma contraposição acerca da epistemologia classificatória dominante no ocidente, buscando representações mais plurais e condizentes com a sociedade atual, isso se estende como uma crítica ao engessamento estrutural dos SOC. Outros autores, como Farias e Almeida (2016), destacam que os estudos da desclassificação trazem um contraponto à classificação, tão enraizada na OC. Nessa perspectiva, Gaudêncio, Albuquerque e Côrtes (2021) afirmam que a desclassificação dá suporte à revisão de paradigma na OC para a consolidação do seu paradigma social e inerente à responsabilidade sociocultural. Para os autores, existe uma carência de estudos investigativos direcionados à desclassificação, com objetivo de mostrar aos profissionais da informação que existem outras formas de atuação.

Lima e Almeida (2019b) ressaltam que os estudos socioculturais propõem um avanço teórico para a OC de forma a não substituir ou invalidar as teorias tradicionais. Isso possibilita que as ideias de desclassificação sejam cotejadas com as práticas consolidadas. Dessa forma, a análise aqui proposta não é paradoxal, mas complementar. Não se pretende apontar o que não está certo ou o que está faltando no desenvolvimento de SOC, mas complementar o que já se faz em direção à desclassificação para nos aproximarmos cada vez mais da pluralidade cultural de fato na representação do conhecimento.

Bamberg e Vital (2021), em uma análise bibliográfica sobre a temática “representação sociocultural” nas publicações dos anais do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação

em Ciência da Informação (ENANCIB) no período de 2010 a 2019, encontraram um total de 17 artigos. Convém destacar que a partir do ano de 2015 houve um crescimento de trabalhos sobre a temática. As autoras analisaram os artigos levando em consideração três categorias: representação sociocultural (estudos que abordam de forma geral), estudo de gênero e estudos étnico-raciais. Os trabalhos reunidos na categoria de representação sociocultural somam um total de três e abordam a “necessidade de um olhar plural para a CI e seus instrumentos. Os autores utilizam em sua base teórica os estudos de Garcia Gutierrez (2011)” (Bamberg; Vital, 2021).

Diante disso, observa-se que os estudos socioculturais na CI estão se desenvolvendo no campo teórico, mas existem poucos estudos voltados especificamente para os SOC na perspectiva estrutural e metodológica. Farias (2019, p.28) afirma que “a cultura possui a característica de integrar sociedades, grupos e comunidades com base em seus contextos, ela propicia a mediação, pois é mediadora das trocas simbólicas e de experiências permitindo o diálogo entre os sujeitos”. A autora ainda ressalta que a cultura interage nas fronteiras, impondo que seus limites sejam assimilados por meio de códigos. Desta forma, com o reconhecimento e o uso de linguagens é possível construir e socializar conhecimentos.

Os estudos embasados nos fundamentos teóricos socioculturais, decoloniais e críticos aplicados aos SOC podem ser impulsionados por várias razões: o reconhecimento das diversidades e a multiplicidade de perspectiva sobre o mundo, refutar as hierarquias de poder construídas com legados do colonialismo, e a busca de reconhecimento culturais que não são valorizados, indicando que também devem ser representados. Objetiva-se ampliar a representatividade nos SOC no que tange a diferentes grupos sociais, étnicos, raciais, gêneros, religião, fazendo com que todas as culturas sejam representadas.

Vale destacar que as diferentes perspectivas teóricas, como as socioculturais, decoloniais e a desclassificação, proporcionam um enriquecimento ao pensamento crítico e estimulam a inovação intelectual, e isso deve ser vivenciado desde o início da formação do profissional de biblioteconomia, para que isso permita uma análise mais profunda e contextualizada dos problemas e fenômenos complexos que enfrentamos.

É nessa visão que a desclassificação poderá ser aplicada na tentativa de quebrar/romper com os preconceitos estabelecidos, onde uma cultura é dominante em relação às outras, sem abrir margem para que outras culturas possam ser representadas nos SOC.

1.3 OBJETIVOS

A seguir será apresentado o objetivo geral e específico do estudo.

1.3.1 Objetivo Geral

Investigar como se manifesta a desclassificação com relação aos sistemas de organização do conhecimento

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Apresentar os fundamentos teóricos e metodológicos já consolidados dos SOC;
- b) Levantar teorias críticas e socioculturais da Organização do Conhecimento;
- c) Identificar os conceitos teóricos da Desclassificação do Garcia Gutiérrez;
- d) Analisar conceitos teóricos da Desclassificação do Garcia Gutiérrez que se aproximam do desenvolvimento dos SOC.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Apresentamos o caminho metodológico da pesquisa, sua caracterização, e as ações que foram executadas neste estudo.

A pesquisa é de cunho teórico e, do ponto de vista técnico, é classificada como bibliográfica, pois é fundamentada em estudos já consolidados. Esse tipo de pesquisa “busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científica do passado sobre um determinado tema ou problema” (Cervo; Bervian; Silva, 2007, p. 60).

Do ponto de vista da abordagem do problema, a pesquisa é de natureza qualitativa. Flick (2009, p. 20) ressalta que a pesquisa qualitativa “é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida”. Nesta pesquisa, não trabalhamos com dados quantificáveis com o objetivo de obter resultados estatísticos. O escopo da pesquisa está na qualificação e interseção de informações buscando uma análise teórica dos seus resultados.

De acordo com os objetivos, esta pesquisa é exploratória, pois “tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo explícito ou a construir hipóteses” (Gil, 2002, p. 27). Além disso ela “realiza descrições precisas da situação e quer

descobrir as relações existente entre seus elementos componente” (Cervo; Bervian; Silva; 2007, p. 60)

Ao afirmar que a pesquisa é bibliográfica, estamos convencidos de que esse tipo de abordagem nos permite identificar o estágio atual da temática, o que nos leva ao passo de ampliar nossas análises. A pesquisa foi estruturada com base em uma ampla gama de fontes, incluindo teses, dissertações, artigos acadêmicos, anais de eventos e livros relacionados aos Sistemas de Organização do Conhecimento, aos fundamentos críticos e socioculturais da Organização do Conhecimento, e à teoria da Desclassificação proposta por Antônio García Gutiérrez. Os materiais consultados foram extraídos de diversas bases de dados, como a Brapci, portais acadêmicos e catálogos de livros. A seleção das fontes abrange um intervalo temporal significativo, com publicações datadas desde 1969 até 2024, garantindo uma perspectiva histórica e atualizada sobre o tema. Essa abordagem nos permitiu construir uma base sólida para a análise e discussão dos conceitos abordados na dissertação.

No quadro abaixo, é possível observar os objetivos da pesquisa, os procedimentos metodológicos adotados e os resultados.

Quadro 1 - Relação dos objetivos, procedimentos metodológicos e resultados

Objetivo Geral: Investigar como se manifesta a desclassificação com relação aos sistemas de organização do conhecimento		
Objetivo Específico	Procedimentos Metodológicos	Resultados Alcançados
Apresentar os fundamentos teóricos e metodológicos já consolidados dos SOC.	Pesquisa bibliográfica	Capítulo 2 Sistemas de Organização do Conhecimento.
Apresentar teorias críticas e socioculturais da Organização do Conhecimento.	Pesquisa bibliográfica	Capítulo 3: Teorias Críticas e Socioculturais da Organização do Conhecimento.
Apresentar os conceitos teóricos da Desclassificação do Garcia Gutiérrez.	Pesquisa bibliográfica e documental	Capítulo 4: Desclassificação de García Gutiérrez

Analisar conceitos teóricos da Desclassificação do Garcia Gutiérrez que se aproximam das questões estruturais e conceituais dos SOC.	Análise de dados da teoria da desclassificação, os fundamentos dos SOC e das teorias críticas e socioculturais.	Capítulo 5: Diálogos dos SOC e com a desclassificação. Dados apresentados através de quadros demonstrativos.
--	---	--

Fonte: Elaborada pela autora

A Desclassificação proposta por García-Gutiérrez não tem a pretensão primeira de oferecer subsídios metodológicos para o desenvolvimento de SOC. Entretanto, certos aspectos de sua teoria podem contribuir para uma reflexão crítica a respeito desse fazer, assim como contribui para a reflexão sobre a área de organização do conhecimento de forma mais geral. A fim de apontar aproximações entre os conceitos da desclassificação e os SOC de forma específica, foram elaborados quadros com base na análise teórica realizada das revisões de literatura. A análise consistiu basicamente em três eixos:

- 1 Extração de alguns dos principais aspectos metodológicos de construção de SOC como, por exemplo, teoria do conceito;
- 2 Extração de conceitos centrais das teorias críticas e socioculturais que podem ser aplicadas aos SOC;
- 3 Extração dos aspectos conceituais da desclassificação que têm alguma aderência aos processos de construção de SOC;
- 4 Cotejamento dos três eixos anteriores de forma a depreender relações teórico-metodológicas relacionadas aos SOC.

No primeiro eixo, foram abordados os fundamentos teóricos consolidados dos Sistemas de Organização do Conhecimento, como lógica, teoria da classificação, teoria do conceito e linguística, entre outros.

No segundo eixo, exploramos os fundamentos socioculturais e críticos que podem ser aplicados aos SOC. No terceiro eixo, foram apresentados os fundamentos teóricos da desclassificação de Antônio Garcia Gutierrez, incluindo os operadores desclassificatórios e a lógica paraconsistente. No quarto e último eixo, realizamos uma análise comparativa e aproximativa entre os três eixos anteriores, buscando entender como a desclassificação pode

contribuir para os SOC, e as teorias socioculturais com a desclassificação, considerando sua abordagem crítica e sociocultural para a organização do conhecimento.

A partir dos quadros, foi possível tecer uma visão geral dos SOC na perspectiva da desclassificação de García Gutiérrez, ou seja, apontamentos de alguns aspectos que podem levar uma prática de SOC para a desclassificação.

2 SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Lima e Alvares (2012) afirmam que o conhecimento está relacionado aos aspectos cognitivos da mente humana, envolvendo processos mentais de captação, assimilação, associação, e de construção, desconstrução e reconstrução de conceitos. No entanto, a palavra conhecimento também pode ter dimensões relacionadas ao acúmulo de saberes ao longo do tempo. Diante disso, observamos que o conhecimento comporta significados “relacionados a processo individual e mental, quanto a um conjunto de saberes que se desenvolvem e evoluem continuamente e que são socializados em uma área, uma ciência ou um domínio da atividade humana” (Lima; Alvares, 2012, p. 25).

Sendo o conhecimento algo dinâmico, relativo tanto aos processos subjetivos da mente individual quanto aos processos contínuos das relações sociais que interferem na sua construção, a OC enquanto área de pesquisa, lida com representações do que seria o conhecimento.

Dahlberg (1993, p. 211, tradução nossa) afirma que a OC “deve ser baseada em unidades de conhecimento - que não são nada mais do que conceitos”. Nessa mesma linha, Campos (1996, p.74) complementa que o “conceito de Organização do Conhecimento pressupõe um sistema de conceito, pois conhecimento pode ser definido com um conjunto de conceitos de um dado campo de saber que interagem entre si”. De fato, a noção de conceito é central para a OC, mas o conceito de conceito também tem variações nesta área, como já demonstrado por Silva e Almeida (2017), Maculan e Lima (2017), Almeida e Teixeira (2020), entre outros. O conceito não é um elemento individual que estabelece relações com outros elementos individuais; ele existe na continuidade de aproximações e distanciamentos de significados que acontecem de forma complexa e dinâmica. Daí a noção limitante que precisa ser considerada quando da tentativa de representação objetiva desse cenário.

Hjørland (2008) divide a OC em duas vertentes. No sentido estrito, a que abrange aspectos abordados especialmente pela Biblioteconomia e CI, com um foco nos processos de tratamento da informação. Já no sentido amplo, a OC trata da organização social do conhecimento, consistindo em um campo de estudo preocupado com a natureza e com a qualidade dos processos e dos sistemas de organização do conhecimento.

De forma geral, depreendemos que a OC é voltada para os processos de representação do conhecimento e se estende às questões de indexação, classificação, descrição e recuperação da informação (Hjørland, 2021). Busca responder questões sobre “como se representa o

conhecimento; se as áreas do conhecimento são representadas da mesma maneira; o que pode ser representado; e se tudo pode ser representado” (Lima; Alvares, 2012, p. 27-28).

Os SOC são instrumentos essenciais para a representação do conhecimento. De acordo com Brascher; Café (2008, p.8), os SOC “são sistemas conceituais que representam determinado domínio por meio da sistematização dos conceitos e das relações semânticas que se estabelecem entre eles”. Carlan e Brascher (2011, p.54) complementam ao sintetizar que os SOC “são sistemas conceituais semanticamente estruturados que contemplam termos, definições, relacionamentos e propriedades dos conceitos”. Nesse contexto, os SOC são utilizados na tradução dos conteúdos dos documentos originais e complexos, para um esquema estruturado sistematicamente, representando esse conteúdo, com a função de organizar a informação (Carlan; Brascher, 2011).

Hodge (2000) ressalta que os SOC visam abranger todos os tipos de esquemas para organizar informações, variando em nível de detalhe e estrutura de acordo como objetivo. O foco do autor está no uso dos SOC na recuperação da informação.

Os SOC podem ser aplicados a registros de metadados para cada recurso, embutidos em metatags ou separados dos recursos da biblioteca digital como parte do mecanismo de acesso. Independentemente de sua localização com relação ao recurso, sua origem ou seu tipo, o SOC tem um único propósito: organizar o conteúdo para apoiar a recuperação de itens relevantes [...] (Hodge, 2000, p.1, tradução nossa).

Carlan e Brascher (2011, p.54) destacam que as estruturas dos SOC “variam de um esquema simples até o multidimensional, enquanto, suas funções incluem a eliminação da ambiguidade, controle de sinônimo ou equivalente e estabelecimento de relacionamentos semânticos entre conceitos”.

Um aspecto relevante que Hodge (2000) argumenta sobre os SOC, é que esses sistemas impõem uma visão particular do mundo a uma coleção e aos itens que ela contém e que essa mesma coleção pode ser caracterizada de diversas formas, dependendo do SOC que é utilizado. Diante disso, o autor ainda ressalta que é preciso que haja correspondência suficiente entre os conceitos expressos em um SOC e os objetos do mundo real a que esses conceitos se referem, para que possa ser aplicado com uma razoável confiabilidade. Além disso, Hodge ressalta que, ao utilizar um SOC, uma pessoa deve ser capaz de conectar o conceito que construiu em suas relações sociais com sua representação no sistema. Isso significa que os conceitos e termos presentes em um SOC devem refletir de maneira precisa e reconhecível as construções sociais e culturais dos usuários.

Vickery (2008) traça a evolução dos SOC em uma ordem cronológica em quatro estágios:

- 1- Pré-coordenação: Assumem estruturas estáticas e são organizados em ordem alfabética ou em um padrão de assunto (índice de assunto, sistemas de classificação).
- 2- Pós-coordenação: Os SOC assumem a forma de elementos manipuláveis e independentes, usados dinamicamente na representação dos assuntos dos documentos (vocabulários controlados, tesouros)
- 3- Internet: Classificações hierárquicas e facetadas utilizadas para exibir os termos e resultados que melhor representam a consulta realizada, índices de busca online que extraem e/ou relacionam automaticamente termos e documentos.
- 4- Web semântica: SOC que possam ser usados por agentes de software inteligentes na busca por informação, como ontologias.

São várias as categorizações dos tipos de SOC, tomando-se perspectivas diversas, como o tipo de estrutura, a riqueza semântica, os objetivos de aplicação, entre outras características. Na presente pesquisa, a relevância de se conhecer a tipologia de SOC sob diferentes olhares recai na posterior discussão da desclassificação, já que podemos supor que certos tipos de SOC podem apresentar maior possibilidade de incursão na desclassificação do que outros. Apresentaremos a seguir algumas dessas categorizações.

Segundo Hodge (2000) os SOC podem ser agrupados em três categorias gerais: Lista de Termos, classificações e categorias e listas de relacionamentos.

Lista de Termos: Inclui os arquivos de autoridade, para controlar as variações de nomes para uma entidade como as listas de nomes de autores, nomes de países, editoras etc. Também os glossários, que trazem termos geralmente definidos dentro de um ambiente específico e dificilmente incluem significados variantes. Os dicionários, que são listas de palavras organizadas por ordem alfabética, oferecem informações sobre a origem da palavra, variações (ortografia/morfologia) e seus significados. Inclui também os gazetteers, dicionários geográficos em formatos de uma lista com os nomes de lugares. Apresentam informações geográficas de cidades, rios etc.

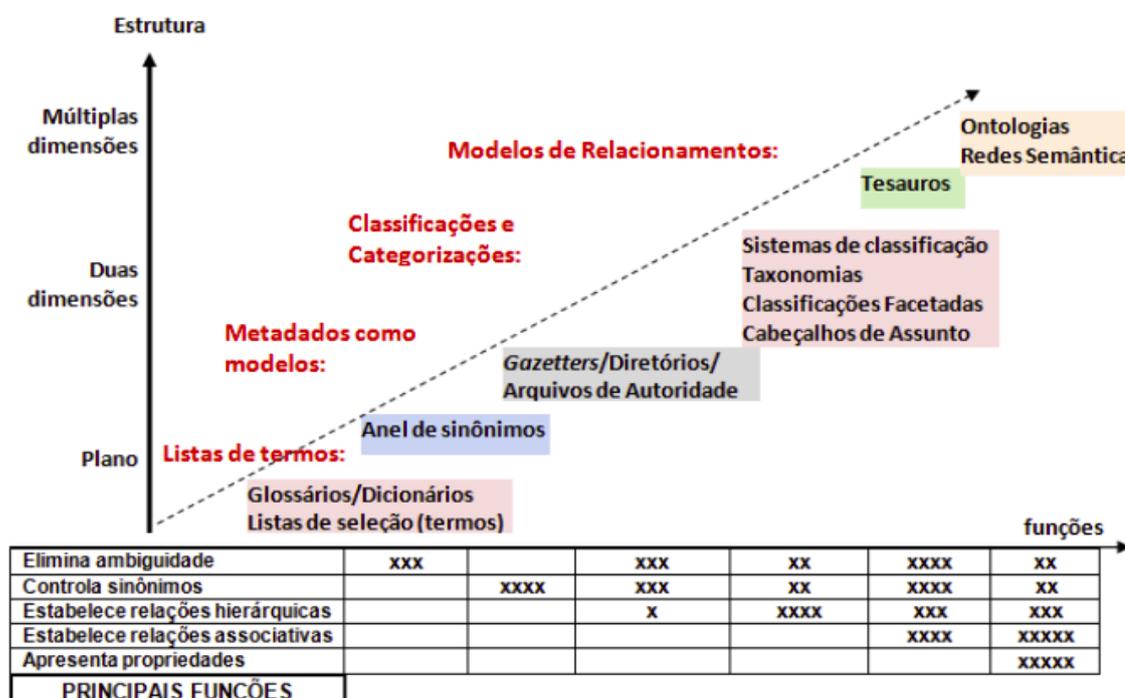
As **Classificações e categorias** incluem os cabeçalhos de assuntos que se configuram como conjuntos de termos controlados que representam os assuntos de uma coleção e cuja hierarquia é limitada. Os títulos das categorias tendem a ser pré-coordenados e com

apresentação de regras a fim de fornecer os conceitos mais específicos. Também são considerados nessa categoria os esquemas de classificação, taxonomias e esquemas de categorização que, de forma geral, são agrupamentos de assuntos em tópicos de acordo com características que enfatizam semelhanças e distinções entre os tópicos. Para tanto, é comum o uso de notação numérica e/ou alfabética.

As **Listas de relacionamento** incluem os tesouros, redes semânticas, ontologias. Com diferentes estruturas, as listas de relacionamentos mantêm como foco a relação entre termos, suas conexões e as implicações semânticas dessas relações.

Muito semelhante à proposta de Hodge, para Zeng (2008), os SOC podem ser divididos em quatro grandes grupos, desde os mais simples até os mais complexos: listas de termos, modelos de metadados, classificação e categorização, modelos de relacionamento. A figura 1 apresenta os instrumentos pertencentes a cada grupo. É possível observar na figura a seguir que a autora indica a estrutura e as funções fundamentais que cada instrumento cumpre. “Estas funções são: eliminar ambiguidade, controlar sinônimos, estabelecer relações (hierárquicas e associativas), e apresentar propriedades” (Zeng, 2008, p.162, tradução nossa)

Figura 1 - Estrutura e Funções dos SOC



Fonte: Zeng (2008, p.161 *apud* Maculan, 2015, p.127)

Conforme a figura 1, é possível observar que Zeng (2008) engloba na categoria **lista de termos**: dicionários, glossários, vocabulários controlados e anéis de sinônimos. Fazem parte

do grupo **modelos de metadados**: arquivos de autoridade, diretórios e Gazetteers. No grupo **classificação e categorização** estão incluídos: cabeçalhos de assuntos, esquemas de categorização, taxonomias e esquemas de classificação. Na categoria **modelos de relacionamento**, estão os tesouros, redes semânticas e as ontologias.

Moreiro González (2011) classifica os SOC em quatro grupos de linguagem: Palavras-chave independentes; Lista de palavras; Facetas, categorizações e classificações; e, por último Grupo de relações. No mesmo entendimento dos anteriores, os grupos se diferem principalmente pelo aumento da complexidade das relações conceituais entre os termos.

Observa-se que três dos quatro grupos de SOC apresentados por Moreiro González (2011) vão ao encontro das classificações indicadas por Hodge (2000) e Zeng (2008). As folksonomias e os sistemas de indexação social são o que difere de um autor para os demais. Vale ressaltar que, mesmo Zeng (2008) não inserindo as folksonomias nas divisões das categorias, a autora o considera como um SOC.

Saindo um pouco das classificações do SOC, direcionamos nosso olhar para as funções que esses sistemas cumprem. Moreiro González (2011, p. 41-42) afirma que os SOC “permitem categorizar recursos com os esquemas de organização determinados, para facilitar sua posterior recuperação. Permitem ao usuário interpretar estruturas de conhecimento de maneira organizada. Contribuem para melhorar a eficiência dos serviços de informação [...]”.

Conforme já apresentado, Zeng (2008) ressalta que a estrutura desses instrumentos cumpre algumas funções: eliminar a ambiguidade, controlar sinônimos, estabelecer relações (hierárquicas e associativas) e apresentar propriedades do conceito.

A ambiguidade pode causar problemas na recuperação da informação, ocorre na linguagem natural, em palavras homógrafas ou polissêmicas. Por exemplo, o termo “mercúrio” que pode se referir ao planeta, ao metal ou à mitologia romana, dependendo do contexto (Zeng, 2008). Outro exemplo é o termo “manga”, pode se referir ao fruto da mangueira ou parte da roupa. Essas ambiguidades resultam em baixa precisão na recuperação da informação. Para amenizar essa problemática, Zeng (2008) enfatiza a necessidade de adicionar um qualificador ao termo, para indicar sua especificidade, bem como atribuir um contexto para os termos.

Outro problema que causaria impasse na recuperação da informação seria a falta de controle em termos considerados sinônimos. Esse fato influencia diretamente na eficácia das buscas, pois a falta de controle terminológico em termos considerados equivalentes resulta na possível não recuperação de informações que podem ser relevantes. Um conceito pode ser representado por mais de um termo. Por exemplo, os termos “mandioca”, “aipim” e “macaxeira” possuem o mesmo conceito, “planta de raiz tuberosa, pertencente à família das

Euforbiáceas, originária da América do Sul, cuja raiz é largamente utilizada na culinária” (Dicio, 2022).

Sobre essa problemática, Zeng (2008, p. 164, tradução nossa) argumenta que “isso significa que, o conteúdo desejado pode estar espalhado em um espaço de informações ou banco de dados porque pode ser descrito por terminologia diferente, mas equivalente. Este é um problema comum que resulta em um retorno insuficiente durante a recuperação de informações”. A autora ainda ressalta que é necessário incluir os sinônimos e as variações dos nomes ocorridos ao longo dos anos, termos que apresentam idiomas diferentes, acrônimos e variações ortográficas.

As listas de termos com variações de nomes, os arquivos/listas de autoridades (nomes de pessoa, assunto, corporativos, geográficos, eventos), os Gazetteers e os tesouros são SOC que permitem controlar as diferentes variantes da denominação de uma entidade, com o objetivo de compensar os problemas causados pela sinonímia, assegurando que cada conceito seja representado por um único termo preferido (Zeng, 2008).

A terceira função fundamental dos SOC apontada por Zeng (2008) é estabelecer as relações entre termos. Essas relações podem ser hierárquicas ou associativas. Para a autora, a relação hierárquica é a característica principal que diferencia as taxonomias de instrumentos com estruturas mais simples, como as listas e anéis de sinônimos. As relações hierárquicas são constituídas por níveis de superordenação e subordinação, sendo que os termos que pertencem ao mesmo nível estão em uma relação de coordenação. As classes podem ser divididas em várias subclasses, onde cada subclasse é um subconjunto da classe original. Outro aspecto fundamental é que “as relações hierárquicas abrangem três condições logicamente diferentes e mutuamente exclusivas: relações genéricas, relações de instâncias e relações de todo-parte” (Zeng, 2008, p. 168, tradução nossa). Esses tipos de relações são vistos nas taxonomias, classificações bibliográficas, nos tesouros e nas ontologias.

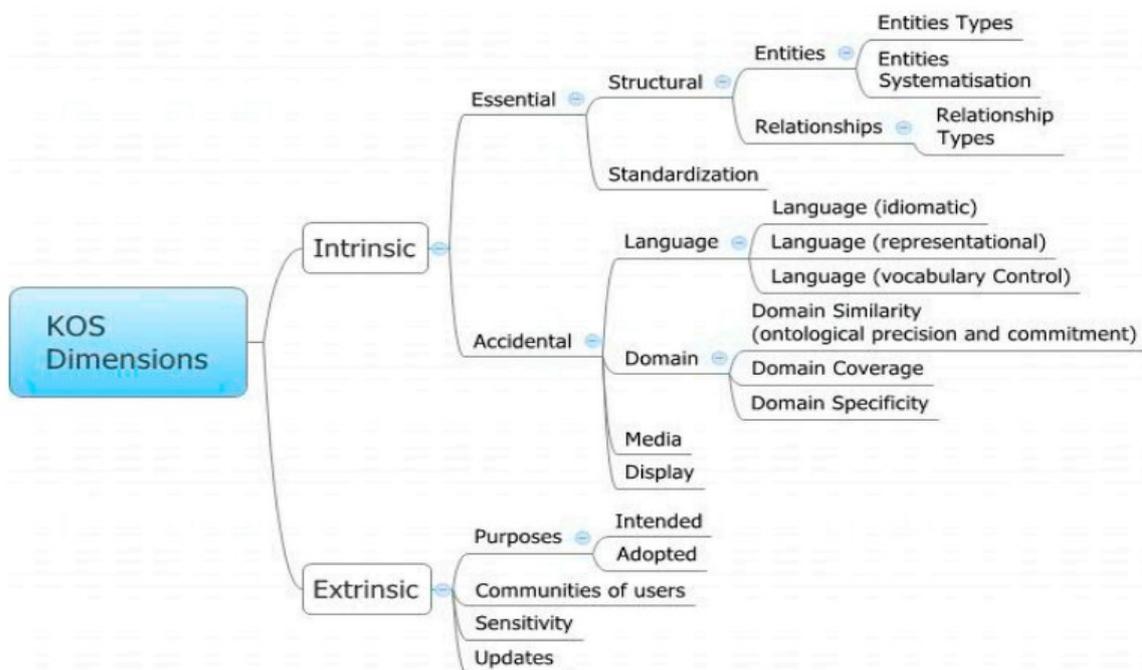
Os relacionamentos associativos são “as relações entre termos que não são equivalentes nem hierárquicos, mas os termos são associados e coexistentes semanticamente ou conceitualmente, de modo que a ligação entre eles deve ser explicitada no vocabulário controlado” (Zeng, 2008, p. 171, tradução nossa). Esse tipo de relacionamento é encontrado nos tesouros, onde um termo X não possui relação hierárquica com o termo Y, mas apresenta relação entre si. Por exemplo, as relações de matéria-prima/produto (uva/vinho) e ação/produto (escrita/publicação) são associativas (Cintra; *et al.*, 2002)

Segundo Zeng (2008), as ontologias englobam estruturas classificatórias utilizadas nas taxonomias e nos tesouros, mas sua principal característica é a apresentação de propriedades

para cada classe. Apresentar as propriedades dos conceitos é a quarta e última função que os SOC desempenham. A autora diz que as propriedades são os atributos e os relacionamentos dos termos. As propriedades são uma quantidade de enunciados com a função de descrevê-los, sendo que cada elemento representa uma característica do conceito.

A autora apresenta a função dos SOC a partir do arranjo, ou seja, trata-se da função que a estrutura do SOC desempenha, dependendo da sua complexidade. Os tipos específicos de relações conceituais serão abordados na seção 2.1. Souza, Tudhope e Almeida (2012) apresentam uma taxonomia genérica que contempla as dimensões dos SOC (figura 2).

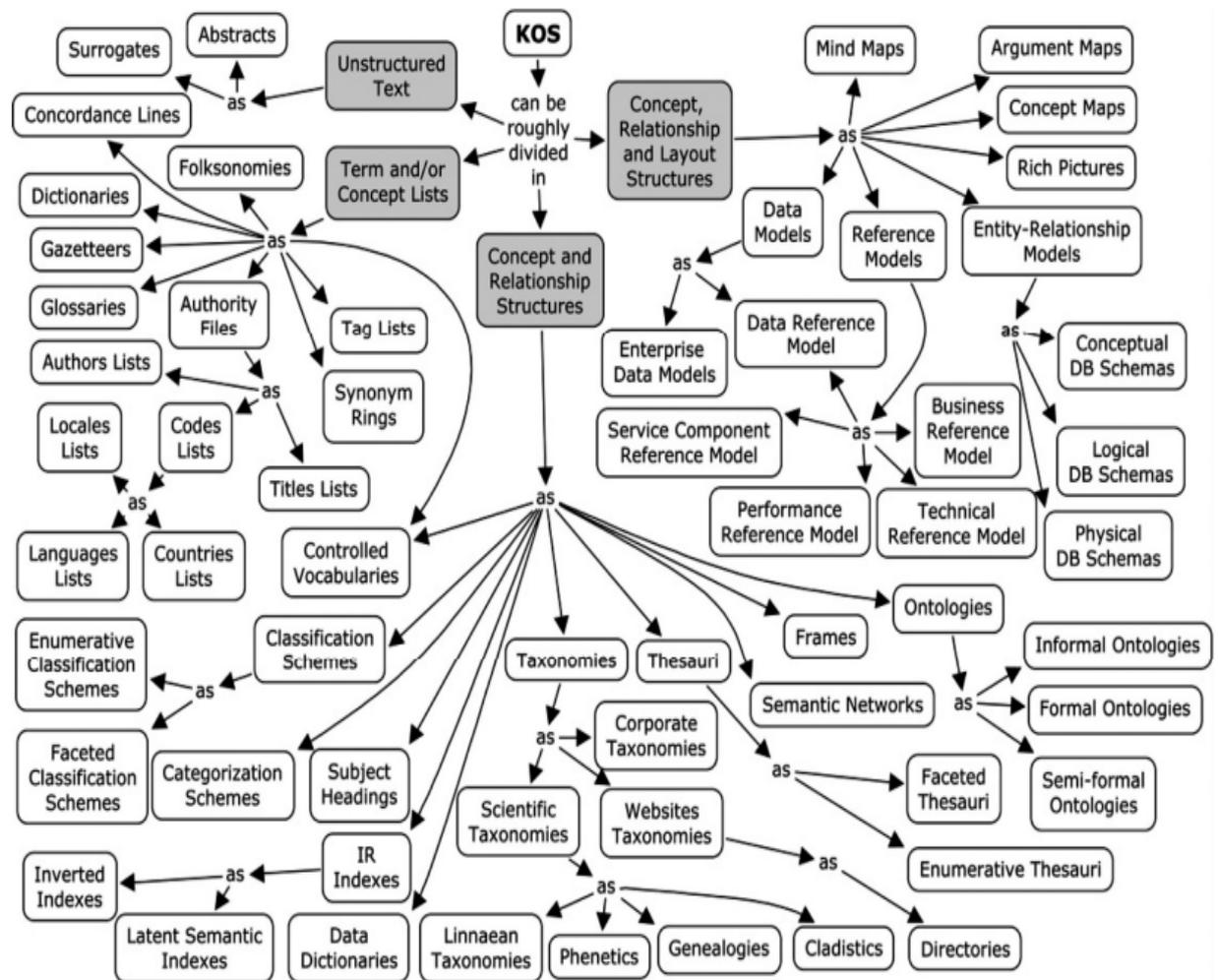
Figura 2 - Taxonomia das Dimensões dos SOC



Fonte: Souza, Tudhope e Almeida (2012, p.189)

Segundo os autores, a dimensão intrínseca se refere à estrutura do SOC em si, enquanto a dimensão extrínseca traz características relacionadas ao ambiente de uso do SOC, incluindo seus propósitos. Essa taxonomia foi desenvolvida com base em representações classificatórias dos SOC propostas por diversos autores, entre eles Hodge (2000) e Zeng (2008), e com base em um mapa conceitual proposto pelos próprios autores. Souza, Tudhope e Almeida (2012) tentam mapear os tipos de SOC existentes, conforme apresentado na figura 3 a seguir.

Figura 3 - Tipos de SOC



Fonte: Souza, Tudhope e Almeida (2012, p.181)

Na figura acima, o mapeamento divide os tipos de SOC pelas suas estruturas semânticas, depois em subtipos e exemplos de SOC.

Mazzocchi (2018) faz uma análise crítica com base em questões teóricas e práticas que impactam o desenvolvimento de SOC e de propostas de tipologias. Para o autor, a estrutura é o aspecto mais utilizado para categorização de tipos de SOC, especialmente em função do contexto de automatização de tarefas baseadas nestas ferramentas semânticas, no entanto, a comparação linear entre os SOC é insuficiente, sendo importante considerar as bases teóricas e fundamentos epistemológicos, especialmente referentes às teorias do conceito, adotados no desenvolvimento dos SOC.

Carlan e Brascher (2011), considerando também a estrutura dos SOC, apontam suas funções em relação à aplicação que é dada ao sistema. Tal aplicação é dependente da infraestrutura disponível de software e hardware para integração e manutenção e das

necessidades dos usuários e dos sistemas. Os tesouros, que preveem alto controle terminológico, têm como função principal apoiar o processo de indexação realizado por profissionais e, posteriormente, apoiar o processo de busca da informação. As taxonomias são empregadas como base para criação de metadados, para dar suporte na navegação e mineração de dados. As ontologias promovem e facilitam a interoperabilidade entre sistemas de informação, possibilitam o nível de representação semântico e compartilham e reutilizam o conhecimento entre os sistemas. Os sistemas de classificação possibilitam a organização dos acervos em bibliotecas, com o objetivo de facilitar o acesso às informações pelos usuários (Carlan; Brascher, 2011). Para além da representação e recuperação da informação, SOC também servem para conhecermos um campo de conhecimento, entender os significados que ocorrem em certo contexto etc. (exemplo classificação das áreas pelo CNPq, classificação de doença e tipos de classificações que podem ser considerados SOC).

2.1 RELAÇÕES CONCEITUAIS NOS SOC

Dahlberg (1978, p. 104) em sua teoria do conceito, diz que “quando a comparação entre as características dos conceitos mostra que dois conceitos diferentes possuem uma ou duas características em comum, então há que se falar da relação entre tais conceitos”. Trata-se de uma teoria de base lógica-estrutural, ou seja, a definição conceitual é relacional, restrita ao conjunto de conceitos previamente delimitados e sustentada pelo subsídio lógico (Moreira, 2019). As relações conceituais que a autora apresenta são: relações lógicas (identidade, implicação, intersecção, disjunção e negação), relações hierárquicas (entre gênero e espécie), relações partitivas (entre todo e as partes), relações de oposição (contradição e contrariedade) e relações funcionais (conceitos que estão implicados em um processo) (Dahlberg, 1978).

Moreira (2019, p. 12) diz que, de modo geral essas relações podem ser subdivididas em dois grandes grupos:

- a) relações hierárquicas: compreendem as relações genéricas (e.g. roedores / ratos), as relações partitivas (e.g. sistema respiratório / pulmão) e as relações instâncias (e.g. regiões montanhosas / Cordilheira dos Andes);
- b) relações associativas, nas suas mais diversas naturezas

O quadro 2 mostra algumas possibilidades de relações associativas.

Quadro 2 - Relações associativas

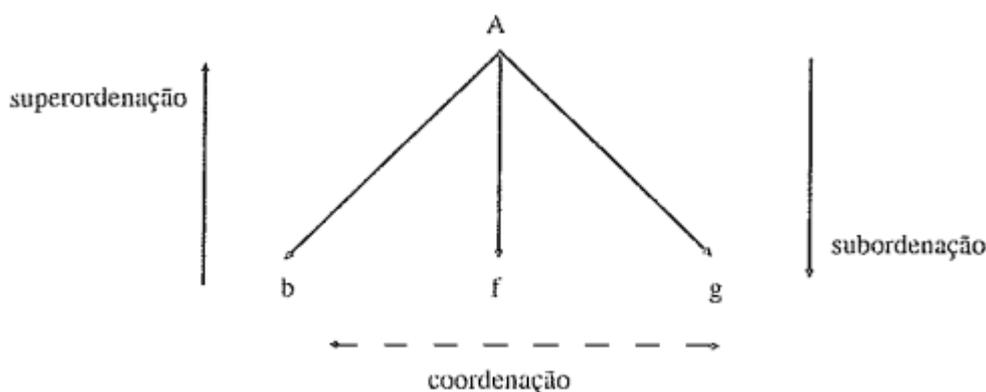
DESCRIÇÃO	EXEMPLOS
ação / destinatário ou alvo	cultivo / colheita
ação / propriedade que lhe é associada	flexão / plasticidade
atividade / produto	tecelagem / roupas
atividades complementares	ensino / aprendizagem
causa / efeito (e vice-versa)	patógenos / doenças
coisa / atribuição	economia / nível de atividade econômica
coisa ou atividade / propriedades definidoras ou agentes	venenos / toxicidade
coisa, objeto ou processo / contra-agente	insetos / inseticidas
conceito / influência	política monetária / inflação
conceito / unidade de medida	corrente elétrica / ampere
disciplina ou campo de estudo / fenômeno estudado	silvicultura / florestas
matéria-prima / produto	caulim / porcelana
objeto / aplicação (e vice-versa)	abastecimento de água / irrigação
objeto / partes (quando não se qualifica como relação hierárquica)	instrumentos óticos / lentes
operação ou processo / agente ou instrumento	termostato / controle de temperatura
opostos	emprego / desemprego
pessoas ou coisas / origem	brasileiros / Brasil
termo composto / substantivo que é seu foco (quando não há relação hierárquica)	répteis / répteis fósseis

Fonte: Moreira (2019, p.12-13)

Segundo Moreira (2019, p. 14), “as relações hierárquicas são estabelecidas entre dois conceitos quando o espectro semântico de um deles encaixa-se completamente no espectro semântico do outro”. Neste sentido, Cintra *et al.* (2002, p. 51) dizem que essas relações “são aquelas que acontecem entre termos de um conjunto, onde cada termo é superior ao termo

seguinte por uma característica de natureza normativa”. De acordo com a posição dos conceitos na relação hierárquica, ou seja, conforme os níveis de generalidade ou especificidades, esses assumem entre si relações de superordenação (a classe) e de subordenação (o membro, a parte ou instância), formando assim renques e cadeias (Moreira, 2019). Cintra *et al.* (2002) ressaltam que as noções que são agrupadas no mesmo nível e que são subordinadas a um conceito são chamadas de noções coordenadas, ou seja, conceitos irmãos. A figura 4 a seguir apresenta um esquema de relações hierárquicas.

Figura 4 - Esquemas de relações hierárquicas



Fonte: Cintra *et al.* (2002, p. 51)

O renque é uma série horizontal dos conceitos que podem ser vistos nas letras b, f e g da figura acima. As cadeias são as séries verticais dos conceitos. Neste sentido é necessário estabelecer a ordem que cada conceito deverá ocupar em relação aos demais conceitos.

Cintra *et al.* (2002, p.59) ressaltam que “as relações genéricas indicam que todo conceito que pertence à categoria do conceito específico (a espécie) é parte da extensão do conceito amplo (o gênero)”. Neste sentido, o gênero é entendido como a noção superordenada que apresenta as mesmas características das noções subordinadas. Desse modo, os conceitos específicos possuem todas as características dos conceitos mais amplos, e mais uma ou duas características diferentes.

Para Dahlberg (1978, p. 104), “as relações partitivas existem entre o todo e suas partes [...] constitui também uma relação partitiva a que existe entre um produto e os elementos que o constituem”. Moreira (2019) destaca que a norma ISO 25964 é cuidadosa quanto ao uso e aplicação dessa relação, e recomenda alguns tipos de conceitos que possuem essa relação: Sistemas e órgãos do corpo humano, localizações geográficas, disciplinas e campos de discurso, estruturas sociais hierárquicas.

Sobre as relações de instâncias, Moreira (2019, p. 17) diz que:

Uma relação de instância conecta uma classe geral a uma instância individual componente dessa classe. Forma-se, desse modo, uma “classe” que pode conter apenas um elemento. Esse tipo de relação funciona perfeitamente nas ontologias, nas quais as relações hierárquicas podem ser identificadas genericamente pela relação “is-a” (é-um).

As relações associativas, ou como denominam Cintra *et al.* (2002), relações não hierárquicas ou sequenciais, são as relações entre os termos que não são equivalentes e nem hierárquicos, ou seja, não possuem relação de superordenação e subordinação, mas, de certa forma, possuem uma associação semântica. Segundo Cintra *et al.* (2002, p. 62), essa relação possui “uma dependência resultante de uma contiguidade espacial ou temporal, do tipo causa/efeito, antes/ depois, esquerda/ direita [...]”. Sendo assim, se há uma relação conceitual entre dois termos que não pode ser considerada hierárquica, então essa relação será do tipo associativa, conforme já apresentado no quadro 1.

2.2 TIPOS DE SOC

A seguir serão descritos em detalhes os quatro SOC levantados por Carlan e Brascher (2011) que se constituem nos tipos mais comumente estudados na Ciência da Informação: tesouros, sistemas de classificação, taxonomias e ontologias.

2.2.1 Tesouros

Sobre a definição e os relacionamentos dos tesouros, Currás (1995) destaca que ao longo do século XX o conceito de tesouro foi formulado por autores de diversos países, mas a pioneira no uso da palavra *thesaurus* no âmbito das atividades de classificação e indexação foi Helen Brown no ano de 1957 durante a *Dorking Conference on Classification*. De acordo com Currás (1995, p. 85) “o problema da recuperação da informação é transformar conceitos e suas relações da forma como se expressam na linguagem dos documentos, em uma linguagem mais regularizada, com sinônimos controlados e suas estruturas sintáticas simplificadas”. Na década de 1970, a autora cita duas obras importantes de dois autores que se destacaram, Alan Gilchrist do Reino Unido e *Gernot Wersing* da Alemanha, ambos trouxeram contribuições nos estudos dos tesouros.

Na norma ANSI/NISO Z39.19:2005 – R2010

o tesouro é um vocabulário controlado organizado em ordem e estruturas conhecidas de tal maneira que os relacionamentos de equivalência, homografia e hierarquia e associações entre os termos são dispostos claramente e representados por indicadores de relacionamentos padronizados e recíprocos (NISO, 2010, p. 9, tradução nossa).

O tesouro, como definido por Currás (1995, p. 88) “é uma linguagem especializada, normalizada, pós-coordenada, usada com fins documentários, onde os elementos linguísticos que o compõem – termos, simples ou compostos – encontram-se relacionados entre si sintática e semanticamente”. Esta definição é complementada por Hodge (2000, p. 6, tradução nossa) que afirma que “os tesouros são baseados em conceitos e mostram relações entre os termos. Os relacionamentos comumente expressos em um tesouro incluem hierarquia, equivalência (sinonímia) e associação ou parentesco”.

Nesta mesma linha, Moreira (2019) ressalta que os relacionamentos conceituais dos tesouros são constituídos pela relação hierárquica (gênero/espécie e todo/parte) e associativa. Lima e Maculan (2017) acrescentam ainda a presença do relacionamento de equivalência, que trabalha com sinônimos.

Quanto a abrangência da área coberta pelo tesouro, Currás (1995) ressalta que é possível construir tesouros voltados para um tema específico ou uma determinada área de forma mais geral. Sobre essa classificação de tesouros voltados para um tema especializado, Sales e Café (2008, p. 1) afirmam que o tesouro é um tipo “linguagem documentária que está caracterizada pela especificidade e pela complexidade existente no relacionamento entre os termos que comunicam o conhecimento especializado”. Dentro dessa especialização temática o tesouro pode representar uma disciplina ou várias de uma determinada área, sendo assim, eles podem ser monodisciplinares ou multidisciplinares (Currás, 1995).

Schiessl e Shintaku (2012, p. 93) destacam que a restrição do tesouro a uma área não pode ser total, “[...] pois há, na maioria das vezes, de se observar elementos que tangenciam o tema principal e são importantes para domínio e, portanto, devem ser incluídos”. Os autores ainda ressaltam que os tesouros podem ser principais ou auxiliares.

Outro tipo de classificação dos tesouros é a apresentação dos termos, que pode ser alfabética ou sistemática. Dentro da apresentação, os tesouros podem apresentar a ordenação dos termos de forma sistemática agrupados hierarquicamente, facetas ou através de gráficos, seguindo sempre sua finalidade ou na forma alfabética com alguma forma de indicação hierárquica.

Atualmente duas normas principais apoiam a construção de tesouros e SOC: NISO Z39.19:2005 (R2010) – *Guidelines for the Construction, Format, and Management of Monolingual Controlled Vocabularies*, e a ISO 25964:2011 *Information and documentation –*

Thesauri and interoperability with Other vocabularies, que é dividida em duas partes. A parte 1: *Thesauri for information retrieval*, publicada em 2011, corresponde a atualização da norma ISO 2788:1986, a parte 2: *interoperability with Other vocabularies*, publicada em 2013, aborda a integração dos tesauros com outros sistemas de organização do conhecimento para facilitar a busca de informação e outros serviços na internet, com base nos desenvolvimentos dos sistemas abertos, automáticos e interligados que marcam a noção de Web Semântica (NISO, 2010; 2013).

Essas normas visam auxiliar na construção e na interoperabilidade da linguagem entre sistemas.

Segundo Fujita (2011) a organização da estrutura do tesauro está fundamentada em:

- a) **Registro dos termos de indexação:** os termos devem ser compilados em registros individuais, com informações contendo área de assunto, categoria, termo, definição, termo equivalente, remissiva, termo genérico, associado, específico e a fonte de coleta do termo;
- b) **Seleção dos termos compilados:** está dividida em três fases. A primeira fase consiste em alfabetizar os registros dos termos e eliminar todos os termos que se repetem. A segunda acontece no tratamento das relações, e consiste em fatorar formas compostas de termos e eliminando termos que não possuem significados diretos com a área do assunto. E a terceira fase acontece durante o tratamento da categoria, que consiste em classificar os termos em categorias;
- c) **Planejamento e construção da estrutura de categorias (categorização):** nessa etapa são estabelecidas as subclasses dentro da área e, dentro dessas subclasses, deve-se classificar os termos selecionados, com a intenção de estruturar o conhecimento da área. Nessa etapa deve haver a participação de especialistas na construção de modelos de categorização;
- d) **Estrutura de conceitos:** os conceitos devem ser estruturados por meio da categorização, classificação dos termos nas categorias e as indicações de relacionamento entre os termos. É necessário ter estabelecidas algumas decisões tais como, limitações de quantidade de níveis hierárquicos, associações de termos restritos dentro desses níveis hierárquicos estipulados, e a poli hierarquia entre os termos.

Para estabelecer relações entre os termos, os tesauros utilizam os indicadores de relacionamentos. No quadro 3 é possível observar essas relações e as abreviaturas e símbolos utilizados.

Quadro 3 - Lista de abreviaturas utilizadas em tesouros

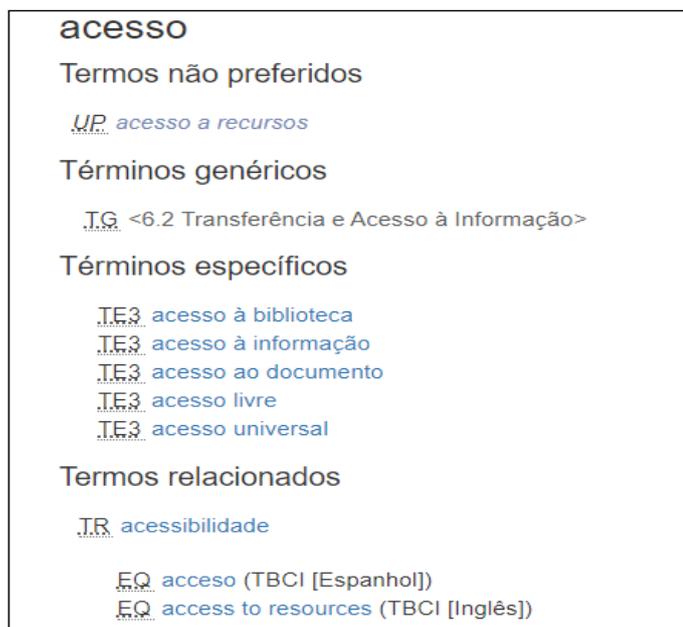
PORTUGUÊS	INGLÊS
TG = Termo Genérico/Geral. O termo que segue refere-se a um conceito com conotação mais ampla. Superordenado.	BT = Broader Term
TGM = Termo Genérico/geral. Maior. O termo que segue é o nome da classe mais ampla à qual pertence o conceito específico usado também, às vezes, na seção alfabética de um tesouro.	BTG = Broader Term (Generic)
TGP = Termo Genérico Partitivo O termo que segue representa o todo em relação à parte.	BTP = Broader Term (Partitive)
TE = Termo Específico O termo que segue refere-se a um conceito com conotação mais específica. Subordinado	NT = Narrower Term
TEP = Termo Específico Partitivo O termo que segue representa a parte em relação ao todo.	NTP = Narrower Term (Partitive)
TR/TA = Termo Relacionado/Associado. O termo que segue está associado, mas não é nem sinônimo, nem termo genérico ou termo específico.	RT = Related Term
NE = Nota Explicativa (ou Nota de Escopo) Nota que se junta a um termo para indicar seu significado específico dentro de uma linguagem de indexação.	SN = Scope Note
UP = Usado Para. O termo que segue é um sinônimo ou um quase-sinônimo do termo preferido.	UF = Used For
USE O termo que segue é o termo preferido quando se deve escolher entre sinônimos ou quase-sinônimos	USE

Fonte: Adaptado de Cervantes (2009, p 50.)

A diferença da estrutura dos tesouros para os outros instrumentos é a apresentação das siglas, que servem para estabelecer as relações entre os conceitos. Alguns tesouros não utilizam siglas, mas sim apresentação de termos autorizados e não autorizados.

Na figura 5 a seguir é possível verificar a estrutura de um tesouro, o termo selecionado foi “Acesso”. É possível observar que as siglas TE e TR são utilizadas para construir os relacionamentos conceituais entre os termos no Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação (TBCI)

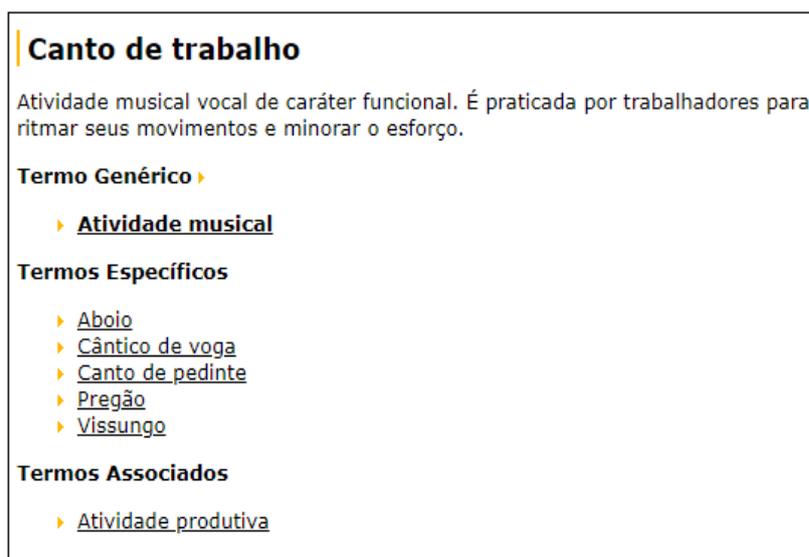
Figura 5 - Exemplo de estrutura Tesauro Brasileiro de Ciência da Informação TBCI



Fonte: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (2023)

Na figura 6 temos o Tesauro de Folclore e Cultura Popular Brasileira. O termo selecionado foi “Canto de trabalho”. Podemos verificar que o tesauro não utiliza siglas e sim palavras, termo genérico e termos específicos.

Figura 6 - Tesauro de Folclore e Cultura Popular Brasileira



Fonte: Instituto do patrimônio histórico e artístico nacional (2022)

No caso do Tesauro de Folclore e Cultura Popular Brasileira também estão incluídas imagens, vídeos e sons em alguns registros de termos.

2.2.2. Sistemas de Classificação Bibliográfica

Os Sistemas de Classificação Bibliográfica destinam-se a apresentar as classes de assuntos e conceitos através da notação classificatória com o objetivo de organizar acervos bibliográficos. Para isso, esses sistemas oferecem uma notação, que consiste em um conjunto de símbolos (letras, números, sinais gráficos) que, combinados, representam um assunto. Os assuntos dos sistemas de classificação bibliográfica partem e são objetivados em uma estrutura fundamentalmente hierárquica com “grandes classes” e com subdivisões de assuntos específicos (Barbosa, 1969).

Sobre classes, os autores Schiessl e Shintaku (2012, p. 58) ressaltam que:

Classe, por sua vez, relaciona-se com estudos de organização e criação de estruturas que permitem representar o conhecimento de determinada área. Já a classificação é um processo que cria estruturas que organizam o conhecimento de uma área e que difere do processo de rotulação ou seleção de classes.

Portanto, todo sistema de classificação possui divisão por classe, que é dividida em subclasses e assim sucessivamente até chegar ao conceito mais específico. O que de fato demonstra que essa sequência de divisão é composta por classes subordinadas, classes superordenadas e classes ordenadas. Segundo Moreira (2019) o princípio que atesta a presença das relações conceituais nos sistemas de classificação é o princípio da hierarquia, onde,

As classes subordinadas (subclasses) herdam os atributos das classes superordenada (classes) [...], o que é verdadeiro para a classe também é verdadeiro para a divisão e para a seção, numa forma de herança atributiva em cadeia. Esse processo de herança, denominado “força hierárquica”, ocorre tanto por meio da notação utilizada pelo sistema como pelo modo como se apresenta sua estruturação (Moreira, 2019, p.13).

A divisão por classes se baseia no princípio de divisão, que visa estabelecer critérios obedecendo a uma característica específica de divisão e se baseia também nas classes simples e compostas. A classe simples identifica uma única característica, na qual não cabem mais divisões, e a classe composta identifica mais de uma característica, na qual podem caber mais divisões (Lima; Maculan, 2017).

Dentre o rol de classificações existentes, podemos citar a Classificação Decimal de Dewey (CDD), Classificação Decimal Universal (CDU), Classificação da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos e a Classificação de Dois Pontos.

A estrutura dos sistemas de classificação usualmente é constituída por: (1) um esquema de classificação agrupando elementos; (2) uma notação de classificação, que representa os

cabeçalhos; e (3) um índice (Lima; Maculan, 2017, p.64). No quadro 4, a seguir, é possível observar de forma resumida alguns dos sistemas de classificação e suas estruturas.

Quadro 4 - Sistemas de Classificações Bibliográfica

SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO	ESTRUTURA
<p>CLASSIFICAÇÃO DECIMAL DE DEWEY-CDD</p> <p>Criação Creditada: Melvil Dewey Ano de criação: 1876</p>	<p>Compreende 10 grandes classes de assuntos, a notação é construída de números decimais e foi usado um mínimo de três algarismos, tais como 100 e 200. O único sinal gráfico utilizado é um ponto após o terceiro algarismo, sendo que o único valor deste sinal é facilitar a leitura.</p>
<p>CLASSIFICAÇÃO DECIMAL UNIVERSAL-CDU</p> <p>Criadores: Paul Otlet e Henri LaFontaine Ano de criação: 1892</p>	<p>Esta classificação é baseada na CDD, composta de 10 classes, sendo uma delas vaga permitindo expansão, com notação mista com sinais gráficos, letras ou palavras, o que representa os conceitos na classificação e expressa sua ordenação.</p>
<p>CLASSIFICAÇÃO DE CUTTER</p> <p>Criadores: Charles Ammi Cutter Ano de criação: 1876</p>	<p>Classificação expansiva, é mista e possui letra e algarismo arábico e ponto.</p>
<p>CLASSIFICAÇÃO BIBLIOTECA DO CONGRESSO (LCC)</p> <p>Criação creditada a: Equipe da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos Ano de criação: 1800</p>	<p>Classificação mista, constituída de letras maiúsculas, algarismos arábicos, de 1 a 9999, em ordem aritmética, e um sinal gráfico, o ponto. O conhecimento está dividido em 20 classes, indicadas por letras maiúsculas. Classificação que permite expansão.</p>
<p>CLASSIFICAÇÃO DE BROWN</p> <p>Criação: James Duff Brown e John Henry Quinn Ano da criação: 1894</p>	<p>Este modelo de classificação, assim como outros, adota uma notação mista, composta por letras de A X, algarismos em ordem aritmética, letras minúsculas e sinais gráficos. As classes são subdivididas em 11 grandes categorias, que ocasionalmente representam as ciências como subdisciplinas ou grandes divisões delas</p>
<p>CLASSIFICAÇÃO DE BLISS</p> <p>Criação: Henry Evelyn Bliss Ano da criação: 1908</p>	<p>Bliss, dividiu o conhecimento em quatro grandes classes: Filosofia, Ciência, História, Tecnologia e Arte. Sua notação era mista, constituída por letras maiúsculas e minúsculas, algarismo arábico e sinais gráficos.</p>
<p>CLASSIFICAÇÃO DE DOIS PONTOS</p> <p>Criação creditada: Shiyali Ramamrita Ranganathan Ano da criação: 1924</p>	<p>A notação da classificação de dois pontos é mista, utilizando algarismos arábicos, letras minúsculas e maiúsculas, letras gregas e sinais gráficos, somando cerca de 70 caracteres, cuja combinação tem base na noção de faceta. O conhecimento humano é dividido em 41 classes principais.</p>

Fonte: Adaptado de Pontes Júnior; Carvalho; Azevedo (2013, p. 9)

Os sistemas mais utilizados nas bibliotecas brasileiras são os sistemas CDD e CDU. A CDD está organizada em dez classes, uma para “generalidades” e nove para assuntos específicos representados por disciplinas. Dentro de cada classe principal existem dez subdivisões, que por sua vez são novamente divididas em seções. Assim, o sistema propõe uma organização por meio de representação com números decimais de forma hierárquica, do nível geral para um nível específico. As classes principais são enumeradas por três algarismos e vão de 000 até 900. O primeiro dígito representa a classe, o segundo indica a divisão da disciplina, o terceiro indica os ramos específicos da disciplina.

O sistema contempla tabelas auxiliares, que podem ser utilizadas na construção das notações, como, por exemplo, a tabela de subdivisões comuns e a tabela de locais geográficos. As obras são classificadas primeiramente por assunto, com extensões para representação de aspectos secundários do assunto (local, época ou tipo do material), produzindo números de classificação de no mínimo três dígitos, mas de tamanho máximo indeterminado. A representação de aspectos diferentes do assunto principal é limitada às regras específicas prescritas no sistema.

Com a utilização da 5ª edição da CDD, Otlet e La Fontaine classificaram 400.000 fichas. Com isso, eles perceberam que necessitavam de uma classificação mais detalhada. Examinaram todos os sistemas de classificação da época, a fim de suprir suas necessidades e não encontraram. Sendo assim, eles tomaram a decisão de expandir a CDD, realizaram alterações e adições, com uso de um enfoque facetado, que permitia a análise de assuntos mais detalhados. Em 1905, foi publicada a primeira versão da CDU, contendo 33000 subdivisões e 40000 entradas no índice (Piedade, 1983).

A CDU mantém algumas categorias da CDD, mas com numerações diferenciadas. A notação da CDU é mista, utilizando-se de números decimais, sinais gráficos, letras e palavras. As tabelas auxiliares são representações de forma, tempo, língua, etnias, lugar e características gerais. A notação da CDU é flexível, permitindo tomar como aspecto principal qualquer uma das facetas representadas nas tabelas auxiliares. A ordenação dos elementos é que identifica a centralidade das facetas, já que é essa ordenação que vai impactar na organização do acervo. Além disso, a CDU oferece a possibilidade de uso de sinais que expressam a combinação entre facetas, por exemplo, pode-se utilizar o símbolo + (mais) quando se deseja unir dois aspectos da mesma posição ou : (dois pontos) para indicar relação entre assuntos. Vale ressaltar que quanto mais símbolos e letras a notação apresentar, mais informação sobre o assunto será representada.

Uma classificação que também possui forte inspiração na CDD é a Classificação Decimal Coreana (*Korean Decimal Classification – KDC*), inclui uma tabela de assuntos gerais que vai de 000 a 999, expandida, com base na notação decimal, possui índice relativo e oito tabelas auxiliares. Seus relacionamentos conceituais estão apresentados de forma hierárquica (Oh, 2012)

A Classificação da Biblioteca do Congresso do Estados Unidos (*Library of Congress Classification – LCC*) foi desenvolvida para organizar o acervo da Biblioteca do Congresso Americano, a Biblioteca Nacional dos Estados Unidos, elaborada por Charles Martel, Jens Christian Meinich Hanson e Herbert Putnam sob a influência do sistema de classificação de Cutter. As classes de assuntos principais são representadas por letras maiúsculas, que variam de A à Z. Piedade (1983) ressalta que as primeiras classes a serem construídas foram E F, em 1901, seguido pela classe Z. O conhecimento está dividido em 20 classes.

A notação da LCC é uma combinação de até três letras no formato maiúsculo e até quatro algarismos arábicos. A primeira letra representa o assunto mais geral, e a segunda e terceira representam sua especificidade. A LCC também utiliza tabelas auxiliares, com subdivisões de forma, geográfica, cronológica, assuntos específicos e subdivisões combinadas. Pelo site da Biblioteca do Congresso, é possível acessar uma versão preliminar da classificação, com as principais divisões e subdivisões.

A *Color Classification*, traduzida como Classificação de Dois Pontos, não é um esquema estruturado hierarquicamente, apesar de apresentar características de ordem gênero-espécie, apresenta aspectos independentes, que podem ser utilizados em combinação para subdividir os assuntos. Tem como principal característica a utilização de facetas e focos utilizados para representar os assuntos dos documentos. “Analisar um assunto por facetas significa que cada aspecto desse assunto pode ser visto como manifestações de certas características ou facetas que obedecem a postulados pré-determinados. O sistema torna -se, assim, multidimensional e ilimitado” (Barbosa, 1969 p. 166). Cada divisão de uma faceta é chamada de foco, que pode ser utilizada no plano ideal que significa a classe, no plano verbal representa o assunto e no plano da notação e representa o número de classificação (Barbosa, 1969).

A classificação de dois pontos consistia em dividir o conhecimento em classes principais, e dentro dessas classes foram aplicadas as análises de facetas. Cada uma das facetas de qualquer assunto e os focos dentro de cada uma delas são vistos como manifestações das cinco categorias fundamentais, representadas pela sigla PMEST (personalidade, matéria, energia, espaço, tempo).

Sobre os relacionamentos conceituais nas classificações, Mitchell (2001) ressalta que, assim como os tesouros, a CDD é composta de três tipos básicos de relações: hierárquicas, de equivalência e associativas. Essas relações podem ser apresentadas na hierarquia notacional e estrutural, onde todos os tópicos da CDD, com exceção das dez classes principais, fazem parte de algum tópico maior. Para relação de equivalência, Mitchell (2001, p.216 tradução nossa) ressalta que a “CDD é apoiada por vários tipos diferentes de títulos e notas que identifiquem sinônimos, nomes variantes e anteriores, e grafia variantes. Os antônimos são tratados da mesma forma que os sinônimos”. Para sinalizar que um termo possui uma relação de equivalência, são utilizados parênteses com remissivas indicando variações dos termos que podem estar em outros lugares do sistema, tais como em tabelas (línguas, lugares geográficos). As relações associativas, como o próprio nome sugere, relacionam os termos por associação, sendo indicadas na CDD de duas formas: através da nota de classe e da nota de referência “ver também”.

A CDU, baseada na CDD é um sistema com relações hierárquicas, sobre a ordem e as relações de assuntos, Sales (2016) argumenta que vários instrumentos de classificação dentre eles a CDD e a LCC, são combinadas de maneira prescritiva e seguem hierarquias rígidas, no qual os assuntos costumam ser relacionados de forma hierárquica, uns subordinados aos outros. Sales (2016, p.64) ressalta que,

Embora a rigidez desses relacionamentos entre os assuntos fosse relativizada por relações do tipo associativas (relações semânticas não-hierárquicas), ou por dispositivos sintagmáticos, como no caso da CDU, o fato é que a base estruturante das classificações descritivas, pré-estabelecida no momento em que a classificação é elaborada, está definida e pronta para ser utilizada. Isso significa que a hierarquia e a relação dos assuntos, definidas quase sem exceção pela lógica *top-down* (do mais geral para o mais específico), não podia ser modificada pelo utilizador da classificação

Os Sistemas de Classificação Bibliográfica possuem relacionamentos de equivalência, hierárquica e associativa. A relação de equivalência está presente por meio do recurso “Remissiva Ver” (Brascher; Carlan, 2010) que busca informar termos semelhantes ou usados em outras áreas do conhecimento. As relações hierárquicas nos sistemas de classificação geralmente são apresentadas do geral para o específico, onde quanto mais específico for o assunto do livro, maior será a notação (conjunto de códigos).

É possível perceber que os tradicionais sistemas CDD e CDU possuem relacionamentos que partem do geral para o específico, que pode ser notada na divisão das classes, por exemplo, em Ciências e Matemática. No relacionamento parte/todo, podemos tomar como exemplo um livro de romance, que por sua vez é parte da categoria maior como de literatura. Nas relações associativas pode existir uma relação, mas não necessariamente de

hierarquia e parte/todo, mas sim de associação. Por exemplo, um livro sobre história da arte, pode estar associado a livros sobre biografias de artistas ou técnicas de pintura. Já os relacionamentos de equivalências, como já mencionamos são dois ou mais termos utilizados para referir-se ao mesmo conceito, podendo haver no sistema “notações de expressões” e remissas indicando que um termo pode estar associado a um número específico na classificação, enquanto outro termo equivalente é explicitamente indicado com uma nota para aquele número. Por exemplo, o número 641.5 na CDD é atribuído a “Cozinha gourmet”, mas pode haver a utilização de uma nota associada indicando que este número também pode ser usado para “Culinária refinada”.

A classificação de dois pontos, ou classificação facetada, era baseada no agrupamento de assuntos que representavam as mesmas características e os mesmos relacionamentos. Seu criador Ranganathan, foi além dos modelos tradicionais de classificação baseada na relação de assuntos gerais para específicos, e trouxe novos possíveis tipos de relacionamentos conceituais, como parte/todo, propriedade-possuidor, ação-paciente ou agente, etc. (Sales, 2016). Assim ele desenvolveu um novo modelo de classificação de assuntos livres, de forma que as facetas tinham a função de agrupar os componentes formadores de assuntos compostos e complexos (Sales, 2016).

Na CDD e na CDU, a organização hierárquica aplica apenas um princípio por vez. Já “na construção da classificação por facetas permite uma análise ampla de assuntos, tornando possível a simultaneidade dos critérios classificatórios estabelecendo relações de diversas naturezas entre os conceitos” (Pinho; Vital, 2016, p. 100). Outro aspecto que Sales (2016) destaca é que a classificação de dois pontos busca compreender os assuntos utilizando a abordagem *bottom-up*, do geral para o específico, a fim de compreender as partes que as constituem. Já no sistema LCC, os relacionamentos conceituais são os mesmos da CDD e CDU, incluindo gênero/espécie, parte/todo, associativas, relações de causa e efeito e equivalência.

1.1.1 Taxonomias

As taxonomias, segundo Moreiro González (2011, p. 51) “é o estudo dos princípios gerais da classificação científica, a classificação sistemática, [...] classificação ou categorização de um conjunto de coisas de forma hierárquica”. O autor ressalta que no âmbito das linguagens documentárias, é uma “lista de termos preferenciais com estruturas hierárquicas [...] serve para ordenar a informação em uma hierarquia” (Moreiro González, 2011, p. 51). Pode-se observar que o conceito de Moreiro González (2011) está amparado na norma

ANSI/NISO Z39.19 (NISO, 2010, p. 9, tradução nossa) que define taxonomia como uma “[...] coleção de termos de um vocabulário controlado, organizados em uma estrutura hierárquica [na qual] cada termo [...] está em uma ou mais relações tipo pai/filho (geral/específico) em relação a outro termo nessa taxonomia [...]”.

As taxonomias são estruturas de forma hierárquica, cuja construção segue uma forma sistemática e regras que estabelecem um certo padrão para agrupamento em classes e para a própria formação da estrutura. Dessa forma elas podem ser compreendidas por humanos e máquinas (Schiessl; Shintaku, 2012).

A taxonomia se caracteriza pela classificação de semelhança e diferença de um objeto e pode ser utilizada em várias disciplinas. Por exemplo, no âmbito digital, é utilizada em sites para organizar e estruturar com hierarquias os termos apresentados nos menus. Na linguística, refere-se à parte da gramática responsável pela classificação das palavras. Na biologia, descreve, identifica e classifica os seres vivos. Na OC é uma das possibilidades de representação do conhecimento que são aplicadas na representação da informação (Schiessl; Shintaku, 2012).

As taxonomias possuem elementos como classes, subclasses e superclasses, relacionadas em uma sequência hierárquica. Na maioria das vezes, estruturam-se em árvores, no formato *top-down* (de cima para baixo), seguindo ordem do termo mais abrangente para o específico. Essa estrutura é conhecida como generalização-especificação, o que faz uma subclasse abaixo e subordinada a uma classe. Dessa forma, as relações hierárquicas surgem da necessidade de estabelecer relacionamentos de semelhanças e pertinência. Assim, a classe raiz possui características mais gerais de um conceito e vai se especializando conforme avança nas subclasses (Schiessl; Shintaku, 2011).

Moreiro González (2011, p.52) descreve as características e componentes básicos de uma taxonomia.

Estrutura classificatória hierárquica (contexto conceitual): com determinados níveis de profundidade. Rótulos de entrada: lista de termos que dão nome aos conceitos. São agrupados em blocos temáticos. Admitem facetas não hierárquica: dão dinamismo e pluralidade de enfoque aos assuntos.

O autor ainda ressalta que uma taxonomia, além de organizar os conteúdos propriamente ditos, organiza também os serviços, produtos e recursos humanos (quando no contexto das empresas).

Sobre as estruturas das taxonomias, Lima e Maculan (2017) destacam que esse SOC possui: uma lista de termos estruturada que representam os conceitos, apresenta relações hierárquicas gênero/espécie e todo/parte, não oferece definição dos termos, permite navegação

e busca por tópicos/rótulos, comporta agregação de metadados e dados, proporciona um modelo conceitual e mapa conceitual do domínio modelado e, por último, não inclui códigos e notações como aqueles utilizados nos sistemas de classificação.

As taxonomias utilizam a relação todo/parte, que consiste na composição de subclasses que são subconjuntos ou componentes de superclasses. Assim, para uma classe, a superclasse tem um aspecto de todo, e a subclasse tem aspecto de parte. Sobre essa relação, Schiessl e Shintaku (2011, p.85) afirmam que “esse tipo de relação acomoda uma conveniência na ação da organização da informação, pois nele a subclasse não herda característica da classe, mas aponta que ela é parte integrante do todo que compõe o conceito que está analisando”.

De modo geral as relações empregadas nas taxonomias são as relações hierárquicas. Para Campos e Gomes (2007), a taxonomia do tipo canônica, que adota a classificação binária (dicotomia), vai estabelecer relações do tipo gênero e espécie. Já a taxonomia de domínio e de processos é caracterizada como policotômica, o que “possibilita uma organização que representa classes de conceitos com um princípio de divisão (coisas e seus tipos, processos e seus tipos...), não priorizando nenhum dos aspectos, sendo os níveis subsequentes uma simples especificação do primeiro” (Campos; Gomes, 2007). Essa forma classificatória baseia-se nos princípios de categorias conceituais.

Outro tipo de relação entre conceitos que Vital e Café (2011, p. 124) indicam ter nas taxonomias são as de funcionalidades. Essa relação é aquela em que “pode-se conhecer o caráter semântico [...] tendo por base as chamadas valências semânticas dos verbos [...]”. Valência semântica é caracterizada como “a soma dos lugares a serem preenchidos de acordo com a ligação deste conceito com outros”

As taxonomias são utilizadas na criação de metadados ou termos comuns para descrever um objeto, com foco na Recuperação da Informação (RI) e na categorização, como suporte de navegação e esquemas que organizam o conteúdo das páginas na web (Carlan; Brascher, 2011).

Os autores Aganette, Alvarenga e Souza (2010, p. 84) descrevem os tipos de taxonomia utilizados na literatura seguindo suas principais características. A classificação foi realizada em três segmentos: Elaboração, origem e uso organizacional. As autoras destacam que nos aspectos relacionados à elaboração “verificou-se que há diversidade de atributos definidores, tais como ser descritiva, ter temas agrupados por facetas, ter abordagem multidimensional, ser organizada por assuntos e ter abordagem relacional”. Na figura 7 a é possível observar os tipos de taxonomias levantados pelas autoras.

Figura 7- Tipos de Taxonomias

TAXONOMIA		
TIPOS	Elaboração	Taxonomia descritiva
		Taxonomia facetada
		Taxonomia multidimensional
		Taxonomia por assunto
		Taxonomia relacional
	Origem	Taxonomia aristotélica
		Taxonomia científica
		Taxonomia clássica
		Taxonomia vegetal
	Uso Organizacional	Taxonomia corporativa
		Taxonomia de gerenciamento de dados
		Taxonomia funcional
		Taxonomia por unidade de negócio
		Taxonomias para navegação

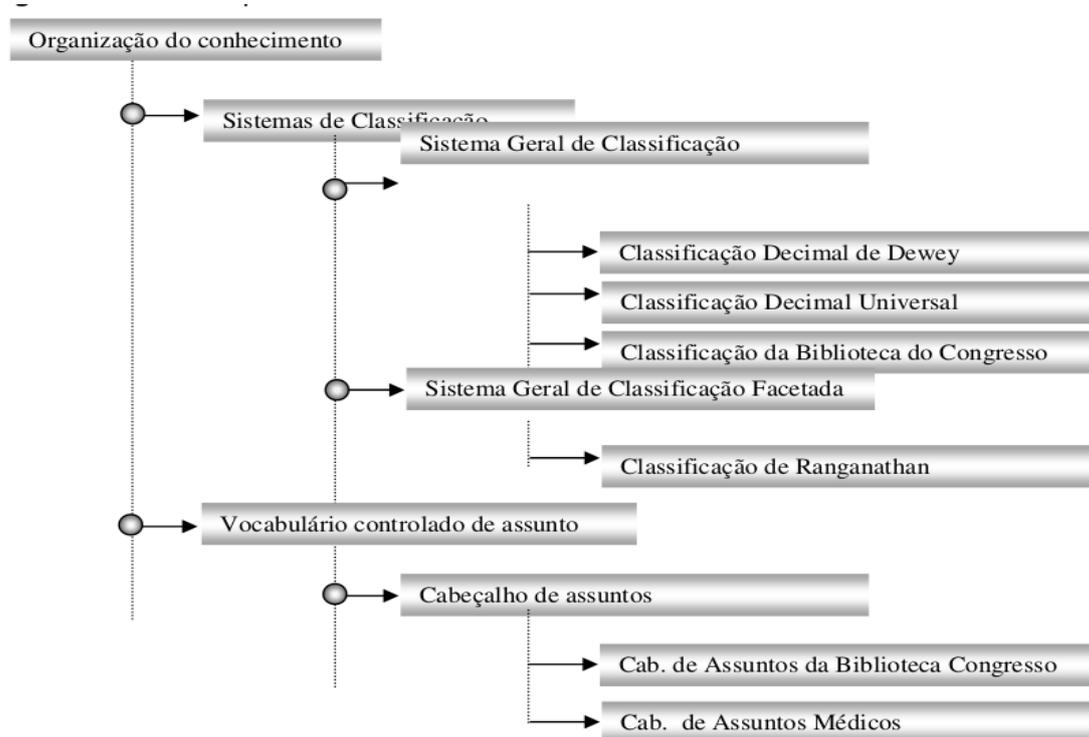
Fonte: Aganette; Alvarenga; Souza (2010, p. 84)

As autoras destacam que a essência da taxonomia é composta por quatro características:

- Atributos genéricos (características gerais das taxonomias);
- Classificação (tipos de funções classificatórias);
- Estrutura (características de cunho estrutural). Se é uma lista, relação equivalência, hierárquica e associativa);
- Terminologia (definições e funções terminológicas).

Na figura 8 é possível observar uma taxonomia unidimensional.

Figura 8 - Exemplo de uma taxonomia



Fonte: Pontes Junior; Carvalho; Azevedo (2013, p. 11)

Diante disso, observa-se que as taxonomias possuem definições, características e origens variadas, o que proporciona uma aplicação em diversos ambientes informacionais. No contexto atual, levando em consideração o crescente acesso ao meio digital, as taxonomias têm auxiliado na organização e acesso da informação nas plataformas e sites online.

2.2.4 Ontologias

Sobre as ontologias, Moreira (2019) as relaciona aos aspectos da Ciência da Computação, com o objetivo de construir representações computacionais a partir de modelos da realidade. Dessa forma a OC se aproxima da segunda vertente, com objetivo de representar o conhecimento.

As ontologias são estudadas por várias áreas do conhecimento, mas sua origem está na filosofia. A definição de ontologia como uma ciência se deve a Aristóteles, mas no que tange à CI e à Ciência da Computação, as ontologias são estudadas como instrumentos de representação do conhecimento, no amplo sentido, como um artefato computacional. Assim, as ontologias descrevem formalmente termos e relações que podem existir entre eles dentro de um determinado domínio, de modo que seja inteligível pelo computador (Lima; Maculan, 2017).

O termo ontologia é utilizado por Gruber (1993)

para significar uma especificação de uma conceituação. Isto é, uma ontologia é uma descrição (como uma especificação formal de um programa) dos conceitos e relacionamentos que podem existir para um agente ou uma comunidade de agentes. Esta definição é consistente com o uso da ontologia como definições de conjuntos de conceitos, mas de forma mais geral. E isso é certamente um sentido diferente da palavra do que seu uso em filosofia (Gruber, 1993, p. 3, tradução nossa).

Nascimento (2018, p. 44) enfatiza que uma ontologia é “a representação de um conhecimento sobre um determinado domínio, produto da organização da informação realizada por um grupo de indivíduos em computadores, cujo conhecimento é um entendimento consensual para a comunidade o qual é compartilhado”. Nessa mesma perspectiva, Carlan e Brascher (2015, p. 142-143) ressaltam que “uma ontologia define os termos usados para descrever e representar uma área do conhecimento, podem ser utilizadas por pessoas, banco de dados, em técnicas e aplicações de raciocínio indutivo e inferência que necessitam compartilhar informações dentro de um domínio”. Para as autoras o conceito de ontologia na organização e recuperação da informação está ligado à Web Semântica, com o objetivo promover e facilitar a interoperabilidade entre os sistemas de informação.

Sobre a estrutura desse SOC, Gruber (1993) resalta que os componentes básicos de uma ontologia são classes, relações, axiomas e instâncias. Sobre esses componentes, Moreira González (2011) explica que as classes ou conceitos são as ideias básicas que se tenta formalizar, tais como: classes de objetos, métodos, planos, estratégias, processos de raciocínio. O componente relação representa a interação e os enlaces entre os conceitos do domínio. O autor insere nesse rol as funções, que são um tipo concreto de relação, onde se identifica um elemento mediante o cálculo de uma função que considera vários elementos da ontologia. As instâncias servem para representar objetos determinados de um conceito. E por último, o componente Axioma, consiste em expressões assertivas sobre relações que os elementos devem cumprir, para isso utilizando a linguagem da lógica.

Da mesma forma que os tesouros e as redes semânticas, as ontologias trabalham com conceitos relacionados. No entanto, diferentemente desses instrumentos, elas permitem definir relações semânticas complexas, regras e axiomas, atributos que não estão presentes nos demais SOC. As ontologias codificam o conhecimento de um domínio e podem também codificar conhecimentos que abrangem mais de um domínio. Sendo assim, elas podem fazer com que o conhecimento seja reutilizável. São desenvolvidas seguindo sempre uma mesma estrutura de forma padronizada, mas possuem em sua forma básica os componentes classes, os relacionamentos, os axiomas, as instâncias e as funções (Nascimento; Pinho, 2020).

Moreira (2019, p. 16) ressalta que “nas ontologias todas as relações devem ser detalhadas e formalizadas em relação a sua natureza e ao compromisso ontológico assumido”. O autor ressalta, que conforme a ISO 25964, as ontologias são admissíveis de relação instâncias, uma relação é necessária para a clareza do que se quer representar com um design ontológico. As relações hierárquicas nas ontologias geralmente podem ser identificadas com a relação “is-a” (é-um).

Sobre as relações conceituais das ontologias, Lima e Maculan (2017, p.66) afirmam que “existem várias relações que podem ser representadas em uma ontologia, sendo as mais comuns: a relação classe-classe (a relação “é um”), a relação instância-classe (“é instância de”) e a relação instância - instância (a relação “é parte de”)”. Ao comparar as ontologias com os demais SOC, as autoras ressaltam que as ontologias podem ser consideradas linguagens semanticamente ricas, pois todas as relações entre os termos podem ser explicitadas, inclusive de equivalentes e as associativas.

Almeida e Bax (2003) afirmam que as ontologias podem se diferenciar quanto a sua função, grau de formalismo, aplicação, estrutura e conteúdo. Nas funções, é possível classificar as ontologias em: de domínio (vocabulário sobre conceitos), de tarefa (especificações das tarefas que podem estar dentro desse domínio) e gerais (vocabulário relacionados a coisas, eventos etc.). Quanto ao grau de formalismo, é possível encontrar ontologias classificadas como: altamente informais (linguagens livres), semi-informais (linguagem natural de forma estruturada), semiformais (linguagem artificial definida informalmente) e ontologias rigorosamente formais (termos definidos com semântica formal, teoremas e provas). As estruturas das ontologias podem ser classificadas em: alto nível (conceitos gerais), domínio (domínio específico do conhecimento) e tarefa (descreve uma atividade específica). Moreira González (2011) acrescenta mais um nível, as ontologias de aplicação, que descrevem os conceitos de um domínio e de uma tarefa.

Segundo Carlan (2010, p. 56), “na visão da web semântica, as ontologias proporcionam termos com significados explícitos de maneira a possibilitar que as máquinas processem, automaticamente, as informações encontradas na web”. Diante disso, para representar o conhecimento, as ontologias utilizam uma linguagem própria, com formulações matemáticas que permitem criar algoritmos inteligíveis por máquinas, possibilitando que agentes informatizados processem seus elementos. As ontologias utilizam linguagem *OWL*, *XLM*, *XML Scheme*, *RDF* e *RDF scheme*, que são tecnologias capazes de pesquisar e/ou captar informações de diferentes comunidades (Carlan, 2010).

1.2 DIFERENÇAS E SEMENLHAS ENTRE OS SOC

Bräscher e Carlan (2010) listam alguns aspectos em comum que as classificações, tesouros, taxonomias e ontologias (CTTOs) compartilham entre si: O primeiro deles é o “princípio da classificação”, característica que possibilita o agrupamento dos conceitos com atributos em comum. O segundo aspecto comum é chamado de “Rótulos ou Etiquetas”. As autoras ressaltam que todos os sistemas utilizam signos que representam os conceitos. O terceiro aspecto é a “Padronização Terminológica”, que contempla aspectos de forma gramatical e correspondência semântica.

Brascher e Carlan (2010, p. 169) definem o quarto aspecto comum nas CTTOs, de “Especificação do Conceito”. Segundo as autoras, esses instrumentos “apresentam recursos para delimitar o significado que compreendem, desde o simples agrupamento de termos em classes ou categorias adotadas pelas classificações, até as complexas definições de propriedades/atributos e formalismos empregados pelas ontologias”. O quinto e último aspecto comum apresentado nas CTTOs, é o “Relacionamento Conceitual”.

As diferenças estruturais desses SOC estão principalmente no nível de especificação e flexibilidade do princípio de classificação (que impactam não só na organização do próprio SOC, como nos contornos do âmbito de conhecimento representado), na possibilidade de variação na representação de rótulos ou etiquetas, nas bases utilizadas para maior ou menor padronização e construção conceitual e na possibilidade de estabelecer relações conceituais mais ou menos plurais, podendo ainda serem mais ou menos dependentes de princípios hierárquicos.

No estudo de Nascimento e Pinho (2020), os autores apontam que as taxonomias, os tesouros e as ontologias possuem geralmente um aspecto mais restrito a um domínio do conhecimento, estando centradas em representar com maior ou menor abrangência um assunto específico, em determinado campo do conhecimento.

Segundo Vital e Café (2011), as taxonomias estão voltadas para o desenvolvimento de categorias com o objetivo de facilitar a recuperação da informação, por outro lado, as ontologias buscam desenvolver um “consenso linguístico” em áreas específicas. As autoras ressaltam que:

Ontologias representam o conhecimento de um dado domínio em forma de uma rede relacional, intencional, onde as relações se sobrepõem aos possíveis ‘estados da coisa’. As ontologias podem ser consideradas mais complexas que as taxonomias, levando em consideração que não se limitam aos relacionamentos taxonômicos adotados na ordenação de classes e subclasses, estabelecendo outros tipos de relações semânticas, como as de associação, derivadas da explicitação das características dos conceitos (Vital; Café, 2011, p.126).

Para Sales e Café (2008), as diferenças e semelhanças entre os sistemas podem ser apresentadas no que tange ao termo, conceito e objetivos. Para os autores, nos tesouros, os termos restringem a linguagem para poder representar conceitos univocamente, enquanto, nas ontologias, os termos possuem a função de descrever e formalizar, no sentido de automatizar os conceitos denotados pelos termos do domínio para um sistema de informação.

O objetivo de cada sistema também se difere, os tesouros procuram estabelecer uma ponte entre a linguagem natural e artificial, buscando estruturar e instrumentalizar a terminologia de uma área, promovendo a padronização terminológica. Já as ontologias buscam fornecer um mapa semântico de um domínio (Sales; Café, 2008).

Sobre as semelhanças entre o tesouro e ontologia, Sales e Café (2008, p.8-9) afirmam que:

- [...] Os termos genéricos e específicos dos tesouros podem ser considerados nas ontologias como os termos universais (Tipo) e particulares (Instâncias). [...]
- As características do conceito, ou seja, os atributos predicáveis de cada objeto conceitualizado, regem o relacionamento entre os termos. Uma segunda semelhança referente ao relacionamento entre os termos está no fundamento da relação Gênero/Espécie (tesouro) e Tipo/Instância (ontologia). Outro ponto de encontro é a relação de qualidade, onde uma faceta ou categoria está atrelada a um valor de qualidade. [...]
- Na prática, tanto tesouros quanto ontologias, têm como objetivos organizar informações especializadas, coordenar o vocabulário especializado, auxiliar a consulta do usuário de forma sistemática e, potencializar a recuperação da informação, atuando como interfaces entre informações e seus consumidores.

Schiessl e Shintaku (2012) sinalizam que as principais diferenças entre os sistemas estão no significado especificado para cada termo, bem como nas diferentes formas de notações que são utilizadas para especificar o significado.

Outra diferença fundamental que precisamos destacar são as referências culturais adotadas para embasar os conceitos e relações dos SOC. Por exemplo, enquanto a CDD e a CDU se baseiam em um rol de disciplinas como base para classificação, a classificação da Biblioteca Chinesa dá destaque às teorias mais relevantes para seu contexto, sendo as disciplinas a base para o restante da estrutura do sistema. Os aspectos culturais e sociais serão discutidos em detalhe nas próximas seções.

Os SOC são construídos com base em alguns princípios teóricos de área da Ciência da Informação, Linguística, Terminologia dentre outros, que serão apresentados na próxima seção.

2.4 TEORIAS QUE FUNDAMENTAM OS SOC

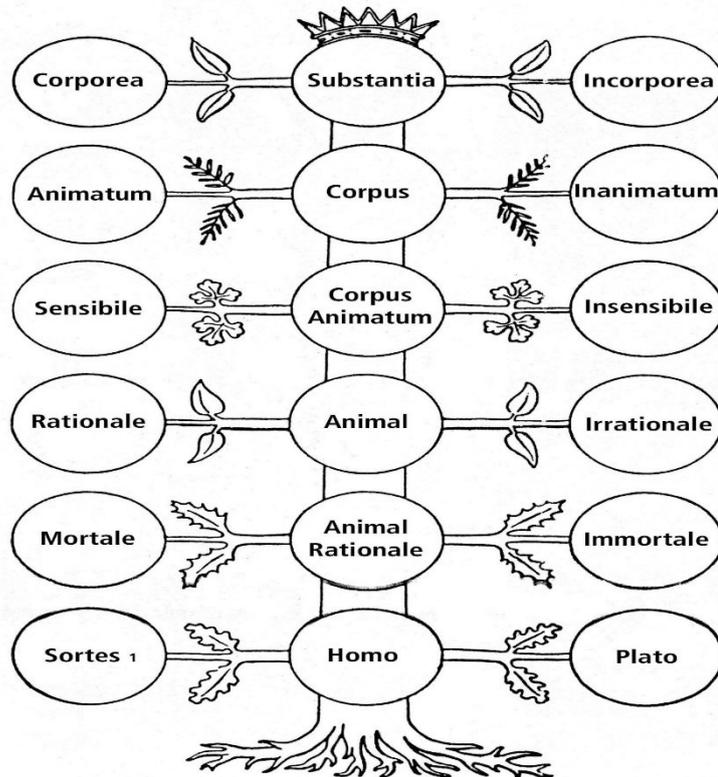
Os fundamentos teóricos da classificação estão amparados principalmente na lógica aristotélica, com a divisão dicotômica das coisas em gênero e espécie, que originaram as primeiras classificações. Segundo Araújo (2006) a contribuição de Aristóteles para a criação da teoria da classificação foi a elaboração dos cinco predicados, ou seja, os tipos de relação existentes em um arranjo lógico: gênero, espécie, propriedade, acidente e diferença.

O gênero/classe é o grupo que apresenta objetos com características em comum. A espécie é o objeto que possui uma diferença que a distingue de seu gênero, ou seja, é uma subdivisão do gênero, com uma característica diferente. A propriedade significa algo próprio de cada elemento de uma classe, mas que não é imprescindível à definição da classe. O predicado acidente é uma qualidade não obrigatória a todos os elementos de uma classe. O predicado diferença é a característica que gera uma espécie, cada diferença gera uma nova espécie (Monteiro; Giraldez, 2008).

No sistema lógico criado por Porfírio, foram empregados cinco predicáveis, que incluem gênero, espécie, diferença, propriedade e acidente. Similarmente a Aristóteles, uma definição associa o gênero à diferença, mas, em contraste, Porfírio introduziu a espécie em suas proposições lógicas. Ele exemplifica essa ideia ao abordar a espécie "homem", que é caracterizada como um "animal racional", com "animal" servindo como o gênero e "racional" como a diferença específica (Monteiro; Giraldez, 2008).

Porfírio partiu do geral para o específico, de forma a desdobrar uma árvore de coisas dependentes ou diferentes mediante os binômios tais como: mortal/imortal, racional/irracional, onde foi possível construir diversas estruturas hierárquicas utilizando um sistema de classificação dicotômica. A partir disso, Porfírio sugeriu a ideia de “árvores” em sua obra *Isagoge (Eisagogué- século III d.C)* (Monteiro; Giraldez, 2008). Na figura 9, é possível observar o sistema elaborado por Porfírio.

Figura 9 - Árvore de Porfírio



Fonte: Bornoni; Salmo (2023)

Aristóteles pensou a natureza unificada em um todo e o todo em suas partes: classes naturais, subclasses, sub-subclasses e assim por diante. Esse princípio, chamado de princípio da hierarquia, segue uma série de regras de associações e distinções ordenadas e sistematizadas.

Foi na tentativa de resolver essa problemática que Ranganathan estabeleceu outros princípios teóricos para a classificação bibliográfica. A Teoria da Classificação Facetada (TCF) criada na década de 1930, com a criação da *Colon Classification*, marcou a divisão do que chamamos de abordagem tradicional para a abordagem moderna (Sales, 2016).

A TCF é uma abordagem analítica-facetada, onde as facetas são as manifestações das categorias fundamentais e demarcam a primeira classificação de assuntos dentro de um grande universo. A classificação criada por Ranganathan significou um avanço na área, pois ela proporciona uma inter-relação de conceitos, o que de fato rompendo com a tradição demasiadamente hierárquica e abrindo espaço para uma organização mais flexível e pós-coordenada. Segundo Pinho e Vital (2016), Ranganathan formulou oito postulados na classificação facetada (alguns já abordados na sessão anterior):

- 1 Criação das categorias fundamentais (PMEST);

- 2 Concretude: Significa que os assuntos seguem uma ordenação do mais concreto ao menos concreto obedecendo às cinco categorias principais;
- 3 Transformação: Deve-se retirar todas as preposições, artigos e conjunções, para os assuntos listados fiquem de forma objetiva e precisa dentro das categorias fundamentais;
- 4 Tradução em números: Após a definição dos termos, eles serão traduzidos para uma representação numérica, estabelecida na Classificação de Dois Pontos. Essa tradução permite a criação de códigos de classificação curtos e memoráveis, que facilitando a identificação e o armazenamento dos documentos;
- 5 Símbolos de conexão: A conexão entre as diferentes facetas é estabelecida por meio de símbolos de pontuação pré-definidos: P(.) M(;) E(:) S(.) T(‘). Esses símbolos permitem a construção de códigos de classificação precisos e expressivos, que refletem a estrutura complexa dos assuntos;
- 6 Síntese dos números: A notação final é composta por uma combinação de números e símbolos de conexão, representando de forma codificada a complexa estrutura do assunto. Essa síntese facilita a identificação e a recuperação dos documentos, pois os códigos de classificação fornecem uma visão abrangente do conteúdo dos documentos;
- 7 Ideia isolada: Diferentemente da faceta básica, que é um assunto em si, a ideia isolada sempre se combina com uma faceta básica;
- 8 Três planos de trabalho: A análise de assuntos é dividida em três planos: ideacional (onde os assuntos são analisados), verbal (onde os assuntos são objetivados, postulado) e notacional (onde ocorre a síntese do assunto e sua representação numérica, postulado).

Os fundamentos teóricos da classificação facetada têm embasado as construções dos tesouros e das taxonomias, ainda que em última representação, continuam em destaque os princípios hierárquicos.

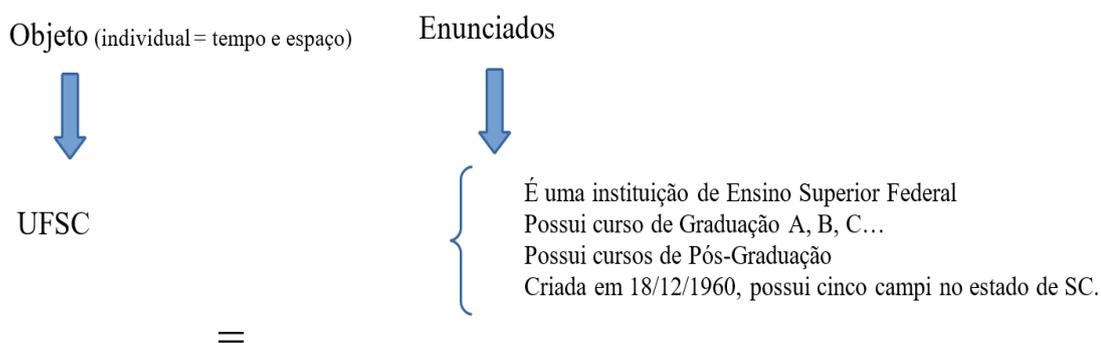
A Teoria do Conceito de Dahlberg (1978) possui uma importância fundamental na construção dos SOC, pois, segundo Campos (2001, p. 87) essa teoria “possibilitou uma base mais sólida para a determinação e o entendimento do que consideramos conceito, para fins de representação/recuperação da informação”. A teoria foi desenvolvida por Ingetraut Dahlberg nos anos 70, com a finalidade de adotar princípios lógicos para a elaboração de terminologias na área das Ciências Sociais; no entanto, mais tarde, a autora utilizou a teoria como amparo nas

construções de linguagens documentárias, especialmente na elaboração dos tesouros, fornecendo bases seguras e definindo as relações e determinações do termo (Campos, 2001).

A abordagem de Dahlberg (1978) se refere à predicação conceitual. Para a autora, a linguagem possibilitou que pudéssemos nos relacionar com os objetos que nos cercavam, permitindo assim que elaborássemos enunciados sobre esses objetos. Quando pensamos em um objeto único, distinto dos demais, o que possibilita constituir uma unidade inconfundível como coisas, fenômenos processos, acontecimentos e atributos, estamos falando de **objetos individuais**, ou seja, objetos únicos que apresentam definições, são diferentes de outros, e existe a presença de tempo e espaço. Por exemplo: O cachorro (este cachorro específico, o Luke). Mas podemos também nos referir a **objetos gerais**, que não estão relacionados a algo único, mas que podem estar relacionados a várias situações, ou ocorrer em diversas situações em um âmbito geral. Considerando o exemplo acima, o cachorro (um cachorro qualquer).

Segundo Dahlberg (1978, p. 143) um conceito “é uma unidade de conhecimento, compreendendo declarações verificáveis sobre um item de referência selecionado, representado em uma forma verbal”. Cada enunciado verdadeiro representa um atributo/elemento ou característica do conceito. Para a autora, o conceito é formado a partir de três passos: referencial, predicacional e representacional. A autora distingue os conceitos em gerais, especiais e individuais. O conceito geral é um conceito cujo referente aponta para todos os itens (um gênero) de um determinado tipo, podendo ser algo abstrato. O conceito especial é quando o referente aponta para alguns itens (uma espécie) de um determinado tipo, e o conceito individual é quando o referente aponta para um único item (um indivíduo) de um determinado tipo. Na figura 10 seguir é possível observar como que formaliza um conceito individual a partir dos objetos.

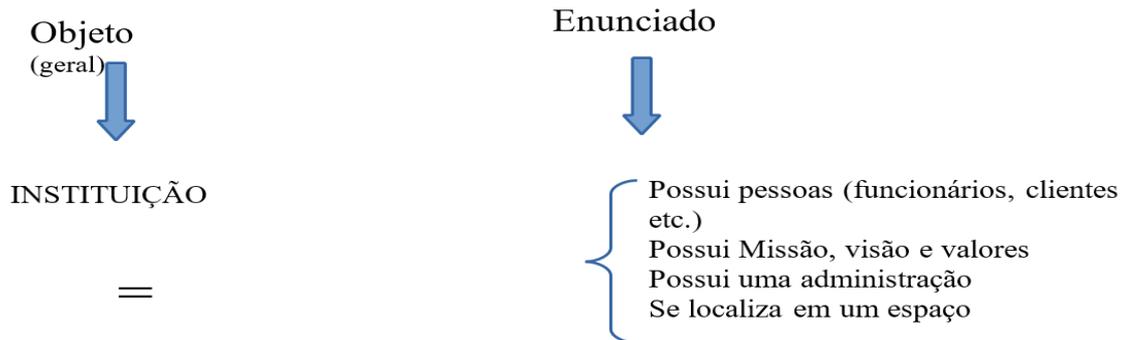
Figura 10 - Formalização do conceito individual



Fonte: elaborado pela autora

Com isso, percebemos que o conceito UFSC é a soma dos enunciados. Diante disso, podemos afirmar que a soma total dos enunciados verdadeiros de um objeto individual equivale ao conceito individual desse objeto. Porém, se tomamos o objeto geral “Instituição” podemos formular os seguintes enunciados (Figura 11):

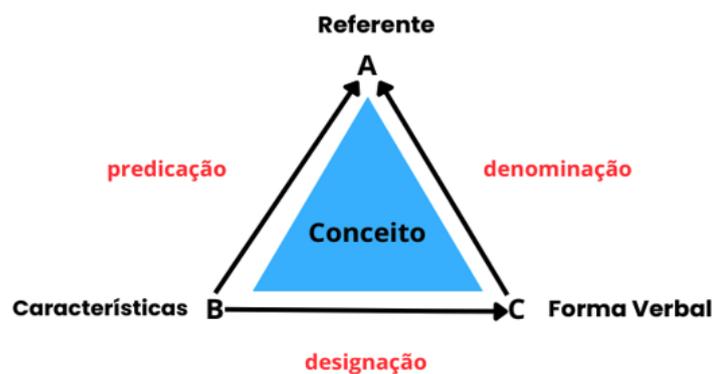
Figura 11 - Formalização do conceito geral



Fonte: elaborado pela autora

Na figura 11 podemos observar que a partir da somatória dos enunciados verdadeiros de um objeto geral, resulta o conceito geral desse objeto. Podemos assim dizer que, o conceito é a reunião, ou seja, a compilação de enunciados verdadeiros de um determinado objeto. A Teoria do Conceito tem como base o triângulo conceitual (figura 12), desenvolvido por Dahlberg com base no triângulo semiótico de Ogden e Richards de 1984 (Dahlberg, 1978)

Figura 12 - Triângulo conceitual de Dahlberg



Fonte: Dahlberg (1978, p. 145)

O triângulo apresenta: o referente (A - são as coisas que desejamos conceituar), as características (B - são as predicções verdadeiras do referente) e, por último, a forma verbal (C - designação de um referente, como termo ou nome). Ressaltamos o uso da expressão “predicações verdadeiras”, empregada pela autora, que implica formas lógicas de verificação. Também vale comentar a noção de conceito como “unidade de conhecimento”, princípio que sofre críticas, já que a condição de relação é fundamental para a constituição do conceito; a própria definição conceitual por meio da exposição de atributos implica, inevitavelmente, em estabelecer relações.

Segundo Dahlberg (1978, p. 102), “todo enunciado sobre objetos contém um elemento do respectivo conceito. Estes elementos identificam-se com as chamadas características dos conceitos”, conforme apresentado na figura 12, sendo que essas características podem ser essenciais (necessárias) e acidentais (adicionais ou possíveis) (Dahlberg, 1978).

Outro aspecto que a teoria contempla é sobre a intenção e extensão do conceito. A intenção é a soma total das suas características específicas. Já a extensão do conceito é a somatória de todos os conceitos mais específicos.

Para Dahlberg (1978), a relação entre conceitos é quando dois conceitos diferentes possuem uma ou mais características em comum. Essas relações são camadas de relações lógicas e podem ser de: identidade (as características dos dois grupos são as mesmas), implicação (o conceito de A está contido no conceito de B), intersecção (os dois conceitos coincidem em algum elemento), disjunção (nenhuma característica em comum) e, por último, a negação (A inclui uma característica cuja negação está em B). Esses relacionamentos semânticos são encontrados nos tesouros e nos sistemas de classificação, como as relações hierárquicas (implicação), relação de oposição (negação), relação funcional (intersecção) e relação partitiva.

A Linguística também é uma teoria intimamente relacionada à área de OC. Com base na tradição francesa da *analyse documentaire* de Gardin, Kobashi (1996, p. 7) destaca que “toda linguagem documentária é constituída por um conjunto de termos (**o léxico**), por relações entre as unidades lexicais, determinadas *a priori* (**o eixo paradigmático**) e por uma sintaxe que articula os encadeamentos entre os termos da linguagem (**o eixo sintagmático**)”. Os termos que compõem um SOC estão subordinados a uma terminologia, essa está incorporada a um domínio do conhecimento específico. Encontra-se aqui influência da linguística estruturalista de Ferdinand de Saussure com a relação entre signo, significado e significante.

Para Saussure (1973, p. 80) “o signo linguístico une não uma coisa e palavra, mas um conceito e uma imagem acústica”, que, segundo o autor “não se refere a som ou a coisa

puramente física, mas sim a sua impressão psíquica”, ou seja, a representação que nos proporciona em nossos sentidos. O autor conserva o termo signo para designar o total da representação e propõe que seja realizada uma substituição do **conceito e imagem acústica** por **significado e significante**. Sendo então, o signo o total resultante da associação de um significante com um significado. “Daí, utilizou-se a palavra símbolo para designar o signo linguístico ou o que chamamos de significante que possui uma relação racional com o significado” (CARLAN, 2010, p.89).

Da linguística, os estudos sobre semântica também são de especial atenção para os SOC. Carlan (2010, p. 90) ressalta que os “SOC são ferramentas semânticas e são constituídos de termos, conceitos e relações semânticas. Uma teoria para os SOC deve explicar como os termos, conceitos e os relacionamentos semânticos devem ser selecionados”.

Sobre os estudos de Terminologia, Campos (2001) ressalta que na literatura existem três perspectivas: lista de termos com seus significados, os termos de um domínio do conhecimento, e um conjunto de princípios teóricos.

A primeira vertente/significado é entendida como uma apresentação ordenada de um certo grupo de conceitos e termos de uma área qualquer, podemos encontrar essa terminologia organizada e estruturada em forma de dicionários técnicos e vocabulários controlados. A segunda vertente diz respeito à terminologia como o estudo científico dos termos de uma área específica, tais como os termos utilizados na física, química etc. Segundo Campos (2001, p. 59) a terceira e última vertente/significado tem a terminologia como “a área de estudo dos princípios teóricos básicos para trabalho terminológico, denominado como o estudo científico fundamental da terminologia, isto é, aquele que propicia ao termo o *status* de área do saber, através do estabelecimento deste princípio”.

Com base na última vertente, Drozd (1981, p.117, *apud* Campos, 2001, p. 59) destaca que, etimologicamente, a palavra terminologia, ou seja, “ciência da terminologia, significa: ramo do saber, disciplina científica, uma ciência em si, ciência como tal”. Como disciplina científica a terminologia propicia princípios metodológicos com o intuito de elaborar terminologias, ou seja, sistemas de conceitos, mais bem estruturados para diversas áreas de conhecimento (Campos, 2001). Nesse sentido Carlan e Bascher (2011, p. 65) afirmam que a terminologia como campo “inter e transdisciplinar trabalha com a descrição e ordenamento do conhecimento no nível cognitivo, com as transferências do conhecimento em nível comunicacional e com os elementos centrais, conceitos, termos e áreas de experiências no nível de normas internacionais.”

A terminologia como *status* de área do conhecimento foi elaborada na década de 1930 por Eugène Wüster, engenheiro austríaco. O fio condutor dessa teoria foi a partir da organização da terminologia de eletrotécnica, onde o Wüster tinha como objetivo garantir uma comunicação precisa, sem ambiguidade nesse campo especializado, o que levou posteriormente ao desenvolvimento da Teoria Geral da Terminologia (TGT), formalizada em sua tese de doutorado. Essa teoria visava ocupar-se dos conceitos de uma língua técnica ou especial, que se relacionam entre si como um sistema de conceitos (Campos, 2001; Carlan; Brascher, 2015).

A TGT tem por objetivo estabelecer princípios de modo que estes possibilitem uma correspondência exata entre os conceitos e termos, com a função de facilitar a comunicação nos diversos domínios da Ciência e Tecnologia. O princípio da univocidade propõe uma correspondência única entre significante/significado, ou entre denominação e conceito; essa correspondência se dá através da normalização, ou seja, uma política e normas técnicas. A TGT possui o princípio geral da monorreferencialidade, que está relacionado ao fato de “um significante terminológico, mesmo complexo, representa no espírito de um especialista da área um conjunto conceitual único” (Campos, 2001, p. 68).

Sobre o arranjo sistemático que a TGT postulava Gomes (2021, p.1987) ressalta que:

Tal arranjo constituía um “auxílio apreciável” para a compreensão das definições, uma vez que podia evitar contradições que podem surgir no momento de definir o conceito, como se observa em geral nos dicionários alfabéticos. O arranjo sistemático, através de sua árvore de conceitos, permitiria a compreensão da herança conceitual de um termo, ou seja, a possível identificação das classes superordenadas e subordinadas de conceitos. Desta forma auxiliaria na compreensão do conteúdo conceitual do termo e, em determinadas circunstâncias, tornaria a própria definição supérflua, pois tal arranjo acaba substituindo parte do que estaria descrito em tais definições, pelo menos no que concerne às relações de gênero e espécie

Além da teoria da TGT, encontra-se nos estudos da Terminologia a Teoria da Socioterminologia de François Gaudin, que traz uma perspectiva descritiva com ênfase no uso social da língua, onde são aceitas variações e flexibilidade lexical e conceitual, o que proporciona uma aproximação do usuário e o sistema. A autora Maria Teresa Cabré criou a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) fundamentando os aspectos comunicativos das línguas naturais para melhor conduzir a comunicação entre especialistas (Carlan; Brascher 2015).

Com base nos estudos teóricos da linguística, temos o controle do vocabulário nos SOC baseados na semântica, que visam comportar de maneira uniforme e com o mínimo de variações, ou seja, neles as relações entre forma significante e significado tendem a ser unívocas, evitando a polissemia e priorizando monossemia. Os fundamentos da linguística

podem ser observados nos SOC nos controles da polissemia, com o objetivo de controlar ambiguidades em palavras homônimas e homógrafas e também a sinonímia. A polissemia é a capacidade de uma palavra comportar mais de um significado, tais como: “banco” (instituição financeira ou assento em um parque), “pé” (parte do corpo humano, também pode ser unidade de medida), entre outros exemplos.

As palavras homônimas consistem “em uma mesma forma significante remeter a duas realidades vocabulares diversas, sejam unidades com identidade fônica (homofonia) ou identidades gráficas (homografia) pode gerar ambiguidade” (Cintra *et al.* 2002, p. 71). Existem, homônimos perfeitos, quando duas palavras possuem escrita e pronúncia igual, mas com significados diferentes, como a palavra, “Rio”, pode ser rio, lugar onde tem água, ou o ato de dar risadas. Já as palavras homógrafas ou homografia são palavras com a mesma grafia, mas com pronúncias diferentes, tais como “colher” relacionado ao talher, e “colher” que representa a ação de colher. Por último, as palavras homófonas ou homofonia são as que possuem o mesmo som, mas apresentam grafia diferente, tais como, “cela” de prisão e “sela” objeto de montar em cavalos.

Não podemos esquecer da sinonímia, Cintra *et al.*, (2002, p. 74) ressalta que a sinonímia “é uma relação de equivalência entre, ao menos, duas palavras. Por meio dela não se afirma a identidade entre os elementos envolvidos na relação”. A equivalência é um recurso normalizador importante para a compreensão dos SOC, pois, se por um lado, ela permite normalizar a polissemia, indicando as variações de palavras que compartilham significados próximos expressam-se por um mesmo descritor, por outro lado, permite compartilhar a linguagem do usuário com a linguagem do sistema, funcionando como operador de sentido (Cintra *et al.*, 2002).

As teorias da OC vêm buscando espaços e reflexões teóricas e metodológicas abordadas a partir do contexto cultural do conhecimento. A temática, análise de domínio, desenvolvida por Hjørland e Albrechtsen no ano de 1995, possui um papel fundamental na OC como aporte teórico-metodológico. Como destaca Dias (2015, p.7 - 8) a análise de domínio é um “processo importante para identificar os objetos, os processos e suas relações para a construção de um vocabulário de um determinado domínio que, pode ser usado tanto para as atividades de organização, quanto de recuperação da informação e do conhecimento”. Na perspectiva instrumental, Smiraglia (2012, p. 114, tradução nossa) ressalta que:

Um domínio é melhor entendido como uma unidade de análise para a construção de um SOC. Ou seja, um domínio é um grupo com uma base ontológica que revela uma teleologia subjacente, um conjunto de hipóteses comuns, consenso epistemológico sobre abordagens metodológicas e semântica social. Se, após a realização da análise

sistemática, não surgir consenso sobre esses pontos, então nem a intenção nem a extensão podem ser definidas, e o grupo, portanto, não constitui um domínio

Smiraglia (2012) ressalta que tem havido algumas confusões sobre a definição do que seria o domínio, pois, devido à sua diversidade, alguns o descrevem como comunidades discursivas, disciplinas, faculdades invisíveis e ecologias do trabalho. De forma geral, o autor sintetiza que um domínio é um grupo de pessoas que compartilham uma ontologia, realizam pesquisas e trabalhos comuns, e também se envolvem em discurso ou comunicação, podendo ser formal ou informal. O autor complementa que um domínio é qualquer grupo que seja útil para a construção dos SOC.

Hjørland (2003) elaborou onze abordagens para conhecer um domínio: (1) Guias de literatura; (2) classificações especiais e tesouros; (3) indexação; (4) estudos de usuários; (5) estudos bibliométricos; (6) estudos históricos; (7) estudos de documentos e gêneros; (8) estudos epistemológicos e críticos; (9) estudos terminológicos; (10) estudos de estruturas e instituições de comunicação científica; (11) Análise de domínio em cognição profissional e inteligência artificial.

No objetivo de analisar um domínio, essas abordagens não devem ser utilizadas de forma isolada, mas combinadas entre si, para alcançar caracterizações mais abrangentes do domínio (Guimarães, 2014).

Guimarães (2014) enfatiza as onze abordagens aplicadas como perspectivas metodológicas para a organização da informação. Para o autor, os guias de literatura possibilitam a organização das fontes de informação de um domínio, levando em consideração suas tipologias e funções exercidas dentro de uma perspectiva sistêmica. A construção de classificações e tesouros irá proporcionar uma organização das estruturas lógicas e dos conceitos de um domínio, e ao mesmo tempo estabelecer relações semânticas entre os conceitos. Os estudos de usuário, por sua vez, identificam as necessidades dos usuários em diferentes comunidades, permitindo assim que o domínio seja organizado de acordo com as preferências e comportamentos dos usuários.

Guimarães (2014) complementa que os estudos bibliométricos permitem reconhecer os autores, os trabalhos mais citados, etc., com o objetivo de contribuir para identificar a natureza de uma disciplina e suas relações com as demais. Os estudos históricos, epistemológicos e críticos têm como base

a abordagem de um domínio de conhecimento a partir de sua trajetória de construção, seus paradigmas, assim como dos seus fundamentos e dos conhecimentos (teorias, metodologia, aplicações) que lhes são específicos, ao que se aliam as possibilidades

de diálogos que podem ser estabelecidos com outros domínios de conhecimento (Guimarães, 2014, p.18).

Sobre a questão documental que sustenta o domínio, Guimarães (2014, p. 18) ressalta que “têm-se os estudos de gêneros (*genre studies*), voltados para as tipologias documentais inerentes a um dado domínio, ou, em outras palavras, as formas pelas quais os conceitos se articulam e se materializam a partir da tradição daquele domínio”. Os estudos terminológicos buscam identificar como determinado domínio nomeia os conceitos, observando os aspectos da organização das palavras, textos e enunciados levando em consideração os critérios semânticos e pragmáticos. Os estudos das estruturas e instituições da comunicação científica “permitem que melhor se conheçam os principais atores e instituições segundo a divisão interna do trabalho no domínio” (Guimarães, 2014, p. 18). E a análise de domínio da cognição científica, conhecimento especializado e inteligência artificial “observa que aqueles fornecem “modelos mentais de um domínio” ou ainda “métodos para obter conhecimento de modo a produzir sistemas especialistas” (Guimarães, 2014, p. 19).

Dias (2015, p.10) ressalta que “a literatura sobre análise de domínio voltada para a organização do conhecimento destaca dois focos importantes para estudos sobre o tema. São eles as garantias relacionadas à organização do conhecimento e as comunidades”. As garantias são importantes para validar os SOC, assim como as comunidades de práticas revelam aspectos fundamentais nas construções dos SOC.

Para Almeida *et al.* (2007) comunidades discursivas, “são aquelas formadas pelo pensamento, linguagem e conhecimento sincronizados de grupos sociais distintos que fazem parte da sociedade moderna. São construções sociais constituídas por indivíduos e suas dimensões culturais, sociais e históricas”.

Sobre comunidades discursivas, Dias (2015, p 11) ressalta que,

a literatura sobre análise de domínio reconhece que as comunidades discursivas compõem-se de atores com pontos de vista distintos, estruturas de conhecimento individuais, predisposições, critérios de relevância subjetivos, estilos cognitivos particulares. Mas, se fazem presentes no jogo entre as estruturas de domínio e o conhecimento individual e na interação entre o nível individual e social. A história do indivíduo, inserida dentro de uma história coletiva, apresenta suas variáveis e diferenças, e são estas que caracterizam as possibilidades de diferentes percepções, trajetórias, propósitos e apreciações em cada domínio de conhecimento.

Nessa perspectiva, a análise de domínio considera as tradições culturais no que tange ao ambiente profissional e científico. Deste modo, o domínio deve ser formatado levando em consideração as características próprias dessas comunidades, e tais características podem influenciar o uso das informações.

Assim, as construções dos SOC devem ser realizadas de forma a considerar as possíveis garantias necessárias para a validação dos instrumentos. Nesse sentido, Francelin e Zamboni (2016, 8.) ressaltam que no campo da OC “o termo “garantia (*warrant*, em inglês) é utilizado para designar o embasamento que respalda a elaboração e a utilização de um sistema de organização e representação da informação e do conhecimento”. Assim, o termo carrega consigo os significados de “autorização, certificação, sanção, validação, justificativa, razão, embasamento”, e noções de aprovação e de qualidade (Francelin; Zamboni, 2016, p. 8).

Com base em Dias (2015), o estudo das garantias compreende as garantias literária, garantia do usuário, garantia educacional, garantia cultural, garantia documental e garantia terminológica. Para a autora, a garantia literária garante o universo dos termos que serão utilizados para representar um domínio de acordo com o que já foi produzido. Na garantia do usuário, busca-se que os termos escolhidos sejam equivalentes àqueles escolhidos pelos usuários nas pesquisas e nos sistemas de recuperação da informação. A garantia educacional está baseada em um sistema de princípios de ideais educacionais. A garantia cultural quer dizer que qualquer SOC pode ser “maximamente apropriado e útil para indivíduos em algumas culturas apenas se isto é baseado em pressupostos, valores e predisposições daquela cultura” (Dias, 2015, p. 14) Neste sentido Beghtol (2002) resalta que garantia cultural é descrita como a percepção de que as classificações e as relações semânticas são dependentes do contexto cultural.

Para Dias (2015, p.14) a garantia documental,

especifica um dos princípios dos sistemas de classificação cujo enunciado sugere que qualquer tabela de classificação ou toda a estrutura de conceitos deve ser apoiada pelas características, especificidade, abordagens e terminologia com que é tratada a disciplina na documentação corrente, em vez de considerações ou postulados teóricos.

E por fim, a garantia terminológica sugere apelar aos termos usados pelos escritores mais reconhecidos de uma área para nomear os conceitos mais representativos, o que, por esse motivo se aproxima mais da garantia da literatura (Barité, *et al.*, 2010).

As teorias de garantia cultural de Beghtol, ética na OC de Guimarães e as teorias críticas serão abordadas no desenvolvimento da pesquisa. Com relação aos estudos críticos, mais fortemente relacionados aos aspectos socioculturais da representação do conhecimento, serão futuramente discutidas as perspectivas das epistemologias feministas, teoria queer e teorias críticas de raças (Martinez-Ávila; Semidão; Ferreira, 2016), semiótica da cultura (Farias; 2019), estudos decoloniais (Lima, Almeida, 2019; Araújo *et al.*, 2021) entre outros, além dos conceitos de universalidade (Olson, 2001), garantia cultural (Beghtol, 2002), entre outros.

3 TEORIAS CRÍTICAS E SOCIOCULTURAIS DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

As teorias críticas, conforme descrevem Garcez e Sales (2022, p.91), foram desenvolvidas como

alternativa teórica para se alcançar a compreensão das tensões socioculturais por meio de uma tomada de consciência oposta àquela proporcionada pela cientificidade cartesiana, a teoria crítica busca unir de uma vez por todas teoria e prática e problematizá-las a partir de uma realidade atravessada por aspectos humanos, econômicos, históricos, culturais e ideológicos

Vale ressaltar o estudo de Araújo (2009), que descreve as correntes teóricas da CI e destaca que as teorias críticas da informação têm fundamentos nas humanidades, filosofia e na história. Nas palavras do autor “a teoria crítica vai enfatizar o conflito, a desigualdade, o embate de interesses em torno da questão da informação - e para tanto, buscará explicitar os fenômenos a partir de sua historicidade” (Araújo, 2009, p.196). O autor ainda destaca que, aos olhos das teorias críticas “a informação é entendida como recurso fundamental para a condição humana no mundo e como tal, a primeira percepção que se tem é de sua desigual distribuição entre os atores sociais” (Araújo, 2009, p.197).

Tratando das teorias críticas na OC, nos deparamos com o estudo de Martínez-Ávila, Semidão e Ferreira (2016, p.120) que argumentam que essas teorias são oriundas da escola de Frankfurt e escolas francesas, pós-modernistas/pós-estruturalistas e têm como objetivo oferecer assistência e fortalecer soluções aos problemas éticos da representação do conhecimento como a sub-representação, o uso de terminologias ofensivas, dentre outros, “nos contextos dos grupos sociais que não estão sendo adequadamente considerados pelos sistemas universais, ou seja, estudar ou representar abordagens particulares à organização do conhecimento”. Nessa perspectiva, as teorias críticas em OC têm relação direta com estudos socioculturais. Martínez-Ávila, Semidão e Ferreira (2016) apontam algumas teorias críticas relacionadas aos SOC, são elas: epistemologias feministas, teorias queer e teorias críticas de raças. Garcez e Sales (2022) realizaram um estudo bibliométrico a fim de identificar as abordagens teóricas que são utilizadas por autores latino-americanos da OC que se aproximam com as teorias críticas, são elas: Teorias da Representação Social; Teoria Crítica da Raça; Teoria Queer; Teorias semióticas; Teoria pós-moderna da OC; Teoria da linguística documental; Epistemografia interativa; Jogo de linguagem ou jogos de linguagem; Memória social; Teoria do colecionismo; Teoria comunicativa da terminologia.

Antes de abordar os fundamentos teóricos de cunho crítico e sociocultural, é importante apresentar o conceito do termo “sociocultural” e sua relevância nos estudos da área da Organização do Conhecimento.

A autora Dal'Evedove (2014) ressalta que os estudos com a abordagem sociocultural se originam da contribuição do teórico Lev Vygotsky sobre a compreensão da mente humana em suas relações individuais, sociais e culturais. Houve um grande impulsionamento desses estudos por parte de teóricos e pesquisadores das áreas da Sociologia, Antropologia e Educação na década de 1990, sobre a cultura e a cognição pela abordagem sociocultural. Assim Dal'Evedove (2014, p. 68) ressalta que “o ponto contributivo dos princípios da abordagem sociocultural [...] é que o campo da informação precisa retirar a atenção da estrutura individual do conhecimento e direcioná-la para as comunidades de intérpretes”, ou seja, para as pessoas e a cultura em que essas pessoas estão inseridas.

De acordo com Boccato e Biscalchin (2014, p.239) o elemento cultura nos direciona a “um universo conceitual complexo, constituído por inúmeras vertentes teórico-ideológicas que reflete nas diferentes visões sobre sua concepção e dimensões existentes”.

As abordagens socioculturais no campo da OC fornecem subsídios e contribuem para a “análise das questões éticas, linguísticas, políticas e sociais que se direcionam à configuração de sistemas de organização e representação do conhecimento”. Assim, essas abordagens representam estudos investigativos que ressaltam a necessidade de compreender a cultura e os contextos das comunidades discursivas (Farias; Almeida, 2015).

Nessa mesma perspectiva, Lima e Almeida (2019b) ressaltam que essa abordagem “se configura em pesquisa direcionada para a cultura e seu contexto e possibilita um olhar crítico reflexivo sobre uma perspectiva ética relacionada à representação de diversas culturas em diferentes contextos [...]”, revelam a necessidade de reflexão sobre a cultura, tendo em vista a diversidade cultural e os demais aspectos que envolvem o conhecimento e sua representação.

Os estudos da abordagem sociocultural têm o objetivo de trazer fundamentos teóricos e metodológicos para subsidiar as construções dos SOC, de forma que as culturas sejam representadas respeitando suas especificidades. No estudo bibliométrico de Manhique e Casarin (2019), é possível verificar os direcionamentos que os estudos com base na cultura têm tomado na OC. Segundo os autores, no âmbito teórico-epistemológico esses estudos estão fundamentados em quatro eixos, que são detalhados a seguir:

O primeiro eixo engloba a abordagem cultural como integrada na análise do domínio, que contemplando um olhar epistemológico que fixa a organização do conhecimento como processos que refletem a realidade de comunidades discursivas específicas. Os autores

ressaltam que “o viés epistemológico desses estudos se enquadra no paradigma sociocognitivo, segundo o qual a informação e a construção do conhecimento são determinadas pelo contexto em que as pessoas estão inseridas” (Manhique; Casarin, 2019, p.11). Esse contexto ressalta a importância de atualizar e adaptar os instrumentos a vários contextos, conforme as necessidades locais.

No segundo eixo, os estudos são voltados para “a necessidade de observância dos elementos históricos e culturais para a representação de grupos e/ou comunidades tradicionalmente excluídos ou marginalizados dos sistemas de organização do conhecimento” (Manhique; Casarin, 2019, p.12). Isso destaca uma hegemonia nos instrumentos onde essa classificação é insuficiente e marginaliza tais conhecimentos. Os autores ressaltam que as pesquisas desse âmbito se enquadram nas perspectivas críticas da OC.

Os estudos da semiótica da OC, no que tange à abordagem cultural, são tratados no terceiro eixo, em que “tratam da noção da antropossemiose como uma importante concepção para o desenvolvimento de linguagens que não tenham como ponto de partida a língua enquanto signo linguístico” (Manhique; Casarin, 2019, p.13).

Já no quarto eixo, os autores apresentam estudos que tratam da dimensão ética como fundamento da OC, ressaltando os desafios éticos nos processos de organização e representação da informação ligados a certos temas como o feminismo, homossexualidade, aspectos conceituais sobre a ética no que tange aos aspectos profissionais e a vieses éticos que ocorrem nos SOC (Manhique; Casarin, 2019).

Nas seções a seguir serão discutidas algumas teorias socioculturais, tais como Garantia e Hospitalidade Cultural de Clare Beghtol; Tesouros e Vocabulários Multilíngues de Michele Hudon, Semiótica da Cultura de Mona Cleide de Farias e Carlos Cândido de Almeida, além dos estudos críticos, como a epistemologia feminista, estudos de gênero, étnicos e religiosos.

3.2 GARANTIA E HOSPITALIDADE CULTURAL

O termo garantia foi cunhado no campo da OC por Edward Wyndham Hulme no ano de 1911, a expressão utilizada foi “*literary warrant*”, ou seja, garantia literária. Para Barité (2011, p. 3-4) essa garantia tem como base

que esquemas e a terminologia de um sistema devem basear-se nos tópicos presentes na documentação e não nos modelos de classificações científicas ou filosóficas. [...] Esse princípio tem sido a base dos sistemas de classificação como a LCC e a CDD, sendo considerado como uma fonte de validação terminológica para as construções de vocabulários controlados monolíngues.

Desde a criação do termo estabelecido por Hulme, “o preceito de garantia como um princípio de validação semântica de uma linguagem documentária tem sido aplicado ao longo dos tempos na conjuntura de práticas da ciência da informação” (Guedes; Moura 2016, p.3). Dessa forma, o estudo da garantia se embasa na terminologia enquanto metodologia para refletir meios de assegurar as correspondências dos termos.

O termo garantia ficou conhecido mesmo com o estudo de Beghtol (1986), que traz o sentido de validação e justificação do termo, nas palavras da autora:

a garantia de um sistema de classificação pode ser pensada como a autoridade que um classificacionista invoca primeiro para justificar e, posteriormente, para verificar as decisões sobre quais classes/conceitos incluir no sistema, em que ordem as classes/conceitos devem aparecer nos esquemas, em quais unidades as classes/conceitos são divididos, até que ponto a subdivisão deve prosseguir, quanto e onde a síntese está disponível, se as ordens de citação são estáticas ou variáveis e questões semelhantes. A garantia cobre suposições e decisões conscientes ou inconscientes sobre quais tipos e quais unidades de análise são apropriadas para incorporar e levar o significado ou uso de uma classe ao classificador, que deve interpretar tanto o documento quanto o sistema de classificação para classificar o documento por meio de dispositivos sintáticos disponíveis (Beghtol, 1986, p. 110, tradução nossa).

É nítido que Beghtol está preocupada com os aspectos éticos sobre os sistemas de classificação, lançando uma reflexão crítica aos profissionais da classificação e aos conteúdos informacionais que serão representados. Sundstrom (2021, p.75) ressalta que “a origem da garantia literária dialoga com a responsabilidade de validação terminológica. O que faz com que alguns estudos interpretem a garantia literária como garantia da terminologia”. A autora frisa que “a característica ampla da Garantia Literária, as inúmeras necessidades que existem dentro de um sistema de organização, alinhando, também, as possibilidades de relações dentro desse mesmo sistema, podem motivar o surgimento de outras garantias” (Sundstrom; 2021, p.75). É nessa perspectiva que Barité *et al.* (2010) ressaltam que o surgimento de novas garantias acontece em virtude de a garantia literária ser insuficiente como única base para uma metodologia a ser utilizada nas construções de estruturas conceituais.

Vários estudos e alternativas de garantias foram desenvolvidos no campo da OC, conforme já mencionado na seção anterior, no entanto, nesse estudo daremos foco à garantia cultural e à hospitalidade cultural. Para Guedes e Moura (2016, p.14) a noção de garantia cultural poderia ser compreendida como um conceito “guarda-chuva, pois as demais como: garantia literária, garantia filosófica, garantia do usuário, garantia estrutural, etc. que são empregados no desenvolvimento dos SOC seriam manifestações práticas — e mais ou menos formalizadas — dos valores culturais compartilhados por grupos e comunidades sociais”. Na figura 13 é possível observar a ampliação desse conceito compreendida pelos autores.

Figura 13 - Garantia Cultura como conceito guarda-chuva



Fonte: Guedes e Moura (2016, p.14)

Outros conceitos são importantes para a discussão sobre garantia, como o conceito de “cultura” e “globalização”. Barité (2011) ressalta que definir o termo cultura não é uma tarefa fácil, pois esse termo sempre apresentou conceitos variados e, às vezes, controversos em áreas como antropologia e em outros campos disciplinares, e pode ser utilizado em uma ampla variedade de comunidades de discurso. Por esse motivo, é difícil elaborar um conceito único do termo que abranja e que se adapte a todas as ocasiões e contextos. Nessa perspectiva, Beghtol (2002, p. 509, tradução nossa) ressalta que “o conceito de cultura é transdisciplinar e descreve, em geral os vários fenômenos que compõem as crenças e atividades coletivas de algum grupo de pessoas”. As discussões sobre cultura geralmente referem-se a valores compartilhados, história, língua, memória coletiva, atitudes sociais, preferências e práticas sociais, entre outros. A preocupação da autora não está respaldada somente no conceito de cultura, mas também nos significados dos elementos que devem ser considerados no momento de uma representação (Beghtol; 2002)

A declaração universal da UNESCO traz o conceito de cultura como o “conjunto de traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que inclui, além das artes e das letras, modos de vida, modos de convivência, sistemas de valores, tradições e crenças” (UNESCO, 2001). Assim, a cultura abrange o que foi criado pela humanidade e adicionado à natureza, seja material ou imaterial (Barité, 2011).

Já o conceito de “globalização”, segundo Beghtol (2002) remete a questões das tecnologias de informação, levando em consideração os aspectos de desenvolvimento e velocidade nos regimes capitalistas, ou seja, a globalização está intimamente ligada à propagação das tecnologias de informação e ao capitalismo. Assim, a autora apresenta uma sugestão para questões que tratam da dimensão ética no que tange à organização e representação do conhecimento levando em consideração o contexto global de acesso à informação.

“Na literatura de representação e organização do conhecimento, a suposição de que indivíduos em diferentes culturas necessitam de diferentes tipos de (e caminhos para) informação tem sido chamada "garantia cultural" (Beghtol, 2002, p. 511). O termo garantia cultural abordado na OC se desenvolveu com o foco direcionado nos sistemas de classificação.

Para Beghtol (2002, p.511, tradução nossa) a garantia cultural “significa que qualquer tipo de representação do conhecimento e/ou sistema de organização pode ser maximamente apropriado e útil para os indivíduos em alguma cultura apenas se for baseado nos pressupostos, valores predisposições dessa mesma cultura”. A autora ressalta que se o sistema não for baseado neste pressuposto, ele será útil em certa medida para os usuários, no entanto, não será possível ter um aproveitamento completo, pois qualquer SOC implícito ou explícito bem-sucedido é um artefato cultural. Nessa perspectiva Beghtol (2005, p.511, tradução nossa) salienta que “estes tipos de artefatos culturais, embora não necessariamente objetos físicos e provavelmente não inteiramente perceptíveis pelos membros de uma cultura, exercem uma poderosa influência sobre os indivíduos dentro dessa cultura”.

Dessa forma, a garantia cultural “significa que as culturas pessoais e profissionais dos buscadores e trabalhadores da informação garantem o estabelecimento de campos, termos, categorias ou classes apropriadas em um sistema de representação e organização de conhecimento” (Beghtol, 2005, p. 904, tradução nossa). Ou seja, a garantia cultural busca fornecer fundamentos teóricos e, ao mesmo tempo, autoridade para as decisões sobre os conceitos e estabelecer relações apropriadas em um sistema de representação e organização do conhecimento. A autora ressalta que a garantia cultural aumenta a complexidade nos processos de organização e representação do conhecimento, fato que proporciona que a informação se torne disponível globalmente para os usuários de outras culturas em diversas situações. Junto com essas ênfases a autora faz uma série de questionamentos sobre alguns problemas éticos, intelectuais: “Como resolver as tensões entre os vários tipos de métodos de acesso, como incorporar as garantias culturais potencialmente distintas nos sistemas de representação e organização do conhecimento, como integrá-los entre si e como negociar entre as suas diferentes prioridades” (Beghtol; 2002, p. 512, tradução nossa).

Sob essa ótica, essa concepção permite que os profissionais da informação, que de certa forma estão envolvidos em determinados sistemas, possam refletir sobre quais conceitos e quais relações entre conceitos serão apropriados em um SOC, levando em consideração os aspectos culturais de determinado grupo. Aliado a essa reflexão profissional, é necessário direcionar nosso olhar para as tecnologias, pois, para Beghtol (2002), elas proporcionam novos dilemas éticos, que merecem e requerem novos esforços para descobrir soluções para esses dilemas dentro de um sistema ético. Aí é necessário encontrar soluções para as preocupações no que tange aos aspectos éticos que resultam da análise entre a globalização cultural e os SOC, nas palavras da autora: “nós podemos descobrir caminhos para construir perspectivas éticas no projeto, construção, manutenção e revisão de sistemas de organização e representação do conhecimento para acesso global à informação” (Beghtol; 2002, p.513). Como resultado desse caminho construiremos um fundamento multiético que construiria, assim, uma garantia ética para os sistemas globalizados de organização e representação do conhecimento, sem invisibilizar as particularidades dos contextos sociais (Beghtol, 2002).

O que devemos observar é que grande parte de pesquisas aplicadas possuem referências locais e com segmentos de informações que só possuem relevância em um determinado espaço geográfico e não em outro. Isso pode ser observado na música, usos e costumes sociais ou Direito que possui uma configuração particular para cada estado, país, município ou região dependendo da cultura e das tradições sociais de cada lugar. A garantia cultural busca orientar a garantia literária para formas locais de organização do conhecimento, de forma a respeitar as particularidades de cada cultura (Barité, 2018).

Beghtol aponta uma relação originária da garantia cultural dentro da garantia literária. Barité (2018) também sinaliza essa perspectiva e afirma que esse nascimento veio com algumas mudanças, é possível observar esse aspecto na fala do autor:

[...] à medida que a garantia literária evolui para uma garantia cultural, segue o caminho de uma perspectiva empirista para uma perspectiva pragmática; se entendermos que a literatura compilada em um campo de conhecimento pode expressar e validar as relações de poder em nossas sociedades, será necessário agregar representações simbólicas carregadas de 'valores' que garantam a visibilidade das diferentes perspectivas ou tendências de pensamento (Barité, 2018, p.520, tradução nossa).

Outro aspecto que Beghtol (2005) ressalta é que em um SOC, a garantia cultural sempre priorizará um grupo em relação ao outro, devido às escolhas feitas dos termos dentro desses sistemas. Esse fato ocorre porque as escolhas são baseadas no domínio do conhecimento e cultura de uma comunidade discursiva, e o sistema é visível para todos aqueles que dividem os mesmos elementos culturais ou que compartilham da mesma cultura.

Dessa forma, Beghtol (2005) afirma que um grupo sempre será marginalizado dentro de um SOC, o que pode gerar potenciais desacordos dentro do sistema, e dessa forma esse problema necessita ser resolvido de forma ética. Sobre os princípios éticos nos SOC, convém apresentar a seguinte fala da autora:

Uma estrutura teórica para o desenvolvimento prático de uma representação e organização do conhecimento globalmente aceitável e eticamente baseada, então, precisa idealmente de ser capaz de admitir todos os pontos de vista e todos os pressupostos que as culturas e os indivíduos dentro delas podem fazer, e, ao mesmo tempo, permanecer válida e aceitável para indivíduos em culturas completamente diferentes, talvez conflituosas ou antitéticas. Tal como outros ideais, este ideal serve como meta e como parâmetro de avaliação, mesmo que não seja totalmente alcançável na prática (Behgtol, 2002 P. 518, tradução nossa).

É com base nessas questões que a autora propõe o conceito de hospitalidade cultural, que significa que “uma representação de conhecimento e sistema de organização pode acomodar idealmente as várias garantias de diferentes culturas e refletir adequadamente as suposições de qualquer indivíduo, grupo ou comunidade” (Beghtol, 2005, p. 905, tradução nossa). Dessa forma, o sistema hospedaria vários conceitos de forma a garantir diferentes visões culturais, ou seja, “a hospitalidade cultural possibilita o “encaixe” dos conceitos em seus “devidos lugares”, permitindo o relacionamento entre conceitos “novos” e aqueles já registrados no sistema” (Biscalchin; Moreira, 2020, p.56). A autora ressalta que o conceito de cultura é interpretado de maneira ampla; a hospitalidade, dessa forma, é entendida como a capacidade de um SOC incorporar novos conceitos e, ao mesmo tempo, relacionar-se com outros conceitos já existentes.

Assim, o conceito de hospitalidade cultural está na capacidade que possui na notação de admitir novos conceitos de forma adequada e para acomodá-los nas relações com outros conceitos, e a garantia cultural prevê fomentar o acesso a informações. Farias e Almeida (2015) ressaltam que a

hospitalidade cultural busca garantir às diversas culturas, em respeito de suas particularidades, éticas, linguísticas e simbólicas. Para tanto, é fundamental uma atuação ética por parte do profissional da informação, tendo em vista que a noção de garantia e hospitalidade cultural deve prezar pelo respeito a todos os grupos étnicos e linguísticos.

Beghtol (2002) deixa claro que considera que há ética em um SOC quando este apresenta escolhas aos usuários. A autora apresenta os exemplos que consideram a globalização dentro de um sistema, nos quais ela enfatiza vários problemas como de ordem sintática e semântica. Beghtol (2002) afirma que a hospitalidade cultural complementa e estende a ideia

de garantia cultural, pois a hospitalidade cultural dentro de um SOC pode ser pensada em diferentes perspectivas, tais como diferentes atitudes e práticas culturais.

De acordo com Biscalchin e Moreira (2020), a garantia cultural, embora busque a imparcialidade, não é neutra em si mesma, assim como a cultura também não o é. Essa falta de neutralidade remete à questão da objetividade na ciência, demonstrando que a garantia cultural, por si só, não garante um tratamento igualitário e justo a todas as culturas. Na verdade, o que ocorre é a priorização das culturas representadas pelo vocabulário dominante. Diante disso, os autores ressaltam a necessidade de combinação dos conceitos da transculturalidade e multiculturalidade e da garantia cultural para a construção de vocabulários controlados multilíngues. Os vocabulários multilíngues serão abordados na seção a seguir.

3.2 VOCABULÁRIOS CONTROLADOS E TESAuros MULTILÍNGUES

Guimarães, Pinho e Milani (2016) afirmam que as práticas de representação temática são baseadas na cultura e linguagem, e o profissional deve desenvolver tais tarefas tendo como base a ética. Outro aspecto que os autores salientam é que a barreira imposta pelo idioma se tornou um ponto crítico na transferência de informações e, em especial, nos processos de representação temática. Os autores exemplificam “quando um serviço ou produto direcionado a um certo público, cuja o idioma é francês, pode solicitar estruturas semânticas e terminologicamente distintas de seu equivalente em inglês ou outro idioma” (Guimarães; Pinho; Milani, 2016, p.342)

Dessa forma os tesouros e vocabulários controlados multilíngues têm contribuído para quebrar essa barreira linguística, fornecendo assim acesso à informação a usuários que pertencem a culturas com idiomas diferentes (Guimarães; Pinho; Milani 2016). Ao longo do tempo, diversas línguas naturais tiveram que ser a língua para fins culturais, científicos e comerciais. Vale ressaltar que essa língua era da civilização dominante da época, ou seja, o inglês. Possivelmente, as autoridades governantes nessa época tinham interesse em disponibilizar as informações somente na língua da elite, assim deixando de lado a linguagem das massas, e só ocasionalmente era dada atenção a esses que não conseguiam ler os dominantes da linguagem (Hudon, 1999).

O trabalho da canadense Michèle Hudon (1997, p.85) sobre os SOC multilíngues é relevante para os usuários, pois esse instrumento

oferece inventários conceituais e terminológicos completos para cada uma das línguas envolvidas; o mais importante é que apresenta uma estrutura de tesouros totalmente desenvolvida em cada idioma, para que um usuário que consulte a versão linguística mais adequada para ele obtenha a mesma quantidade de informações semânticas.

As discussões que envolvem os trabalhos multilíngues tratados no âmbito da área da OC nutrem a necessidade de se construir uma discussão sociocultural, que permeia a construção da estrutura de instrumentos e práticas profissionais. Segundo Hudon, (1997) os tesouros multilíngues introduzem problemas socioculturais e políticos, deste modo é importante ampliar as discussões dentro da OC. Para a autora, a barreira imposta pela língua tem se tornado um ponto crítico no que tange aos aspectos relacionados à transferência de informação e principalmente na análise e representação dos conteúdos informacionais.

Os SOC, como os tesouros e vocabulários controlados multilíngues, têm contribuído para o rompimento da barreira linguística e, ao mesmo tempo têm proporcionado o acesso informacional por usuários pertencentes às culturas que possuem línguas distintas. No entanto Hudon (1997) deixa claros os problemas a que esses instrumentos estão associados:

- **Distinção da linguagem:** Adaptar a linguagem a um modelo conceitual externo a ponto de seus próprios falantes não a reconhecerem mais;
- **Transferência conceitual:** Transferir uma estrutura conceitual completa de uma cultura para outra, mesmo que inadequada;
- **Tradução literal:** Converter termos do idioma original em expressões sem sentido no idioma de destino.

É nesse contexto que podemos observar os aspectos culturais sendo reforçados na fala da autora, pois, no momento em que estamos respeitando as demais línguas envolvidas e escolhendo o melhor termo com base na vivência do usuário, estamos de fato valorizando os aspectos culturais dos usuários. Assim, os profissionais da informação devem proporcionar o tratamento igualitário às línguas envolvidas, e nos tesouros multilíngues não buscar somente apresentar os conceitos equivalentes em outras línguas, mas buscar entender as possíveis soluções e problemas de naturezas linguística e semântica, de forma a respeitar os aspectos culturais, de forma a ligar as culturas e facilitar a comunicação entre línguas, como diz a própria Michele Hudon (1997), **comunicação interlinguística**. Com base nisso, podemos observar nas palavras de Hudon as possibilidades que os tesouros multilíngues podem oferecer.

possibilita que seja ofertado um inventário conceitual terminológico completos para cada idioma representado, [...] ele apresenta uma estrutura de tesouro de modo, que se um usuário que consulta a versão linguística mais apropriada para ele obtém uma quantidade igual de informações semânticas valiosas. Um tesouro que adota um idioma de origem e fornece equivalentes de descritor em outros idiomas, mas não uma estrutura semântica completa, não é, na perspectiva da igualdade linguística, um verdadeiro tesouro multilíngue (HUDON, 1997, s.p tradução nossa.).

Cada língua tem suas particularidades e aspectos culturais imbuídos. Na construção de um SOC esses aspectos devem ser respeitados, buscando um tratamento igualmente representativo, mas respeitando suas especificidades.

Hudon (1999, p.158) ressalta que “a passagem de uma língua para outra pode levar a muita ambiguidade quando um termo disponível numa língua de origem tem mais do que um equivalente multilíngue, representando conceitos diferentes, na língua-alvo”. Desta forma a autora apresenta um exemplo para o termo em francês “*beau-père*” que é equivalente a “*stepfather*” (padrasto) e “*father-in-law*” (sogro) em inglês. Em contrapartida um termo pode existir em uma língua e não existir equivalente em outra língua, pelo fato do conceito representado na linguagem de origem não existir na cultura alvo. Boccato e Biscalchin (2014, p.244) ressaltam que “no processo de tradução e adaptação de termos ocorre a equivalência e a não equivalência entre eles, pois possuem procedências semânticas e identidades culturais distintas, considerando, também, a interferência linguística que ocorre na própria dimensão cultural”.

Dessa forma, a construção de um tesouro deve seguir os seguintes passos: consulta de fontes de informação, levantamento de termos livres e controlados empregados pelos usuários, identificação dos termos que caracterizam o ambiente, identificação dos termos que estão em consenso nas áreas científicas (garantia literária) e identificação dos termos que pertencem a cultura dos usuários (garantia cultural) (Bocatto; Biscalchin, 2014). Mas para Michele Hudon o processo de construção de tesouro multilíngues devem seguir três abordagens: a primeira é a tradução de uma ou mais línguas novas em um tesouro existente, a segunda é a fusão de vários tesouros monolíngues existentes, e a última abordagem se trata do desenvolvimento simultâneo de versões linguísticas distintas (Hudon; 1997)

Além dos aspectos culturais, é necessário levar em consideração a equivalência e não equivalência do termo, conforme já mencionado nos parágrafos anteriores. Hudon (1997) também aponta outras duas perspectivas que respaldam a construção dos tesouros multilíngues: a identidade e simetria das estruturas semânticas. Acerca desse assunto, a autora apresenta os conceitos de estruturas semânticas idênticas e simétricas, e estruturas semânticas não idênticas

e assimétricas. Assim, com base em Michele Hudon, os autores Boccato e Biscalchin (2014) ressaltam que

Nas relações de estruturas semânticas idênticas e simétricas, cada descritor deve ter um e somente um equivalente em todas as línguas e estar relacionado da mesma forma a outros descritores da língua fonte. Assim todas as diferentes versões linguísticas de um tesouro multilíngue têm que ser idênticas

Com base nessa relação os autores apresentam um exemplo extraído do Agrovoc da situação das estruturas idênticas e simétricas, com o descritor *Bioaccumulation* (em inglês), Bioacumulação (em português), Bioaccumulation (em francês) e Bioacumulación (em espanhol), conforme a figura 14.

Figura14 - Situação de estruturas idênticas e simétricas no AGROVOC Thesaurus

INGLÊS	FRANCÊS	ESPAÑHOL	PORTUGUÊS
Bioaccumulation (32389) † • UF Bioconcentration • UF Biomagnification • UF Biological magnification • RT Food chains • RT pollutants	Bioaccumulation (32389) † • UF Bioconcentration • UF Bioamplification • UF Amplification biologique • RT Chaine alimentaire • RT Polluant	Bioacumulación (32389) † • UF Bioconcentración • UF Biomagnificación • UF Magnificación biológica • RT Cadena alimentaria • RT Contaminantes	Bioacumulação (32389) † • UF Bioconcentração • UF Biomagnificação • UF Acumulação biológica • RT Cadeia alimentar • RT Poluente

Fonte: Food and Agriculture Organization of the United Nations (2023)

Conforme a figura acima, observa-se que o termo descritor apresenta a mesma estrutura semântica em cada língua, sem variação da quantidade de termos. As relações de estruturas semânticas não idênticas e assimétricas permitem que haja variações de números de descritores em cada versão de língua, ou seja, o número de descritores em cada versão linguística deve variar (Hudon; 1997). Assim “os conceitos que existem em uma cultura estão representados em sua língua, mas se os conceitos não existem em outra cultura, é improvável que representações verbais equivalentes estejam disponíveis” (Hudon; 1997, p.86) preservando-se, assim, a identidade cultural e cada termo em cada língua distinta, em que se cita.

A norma ISO 25964-1 de 2011 destaca algumas características configuradas como vantagens e desvantagens na adoção das estruturas semânticas não idênticas e assimétricas:

- 1) cada versão linguística do tesouro mantém a sua própria identidade, 2) pouca necessidade de aceitação de conceitos e termos artificiais, 3) limitações à interoperabilidade, 4) não se configura com o mesmo modelo de dados, 5) difícil encontrar software para gerenciar todas as versões linguísticas em formação (Boccato; Biscalchin, 2014, p.246).

Hudon (1999) afirma que, com o desenvolvimento das tecnologias houve um aumento exponencial dos fluxos de informação que transpõem as barreiras geográficas. No entanto ainda é possível haver barreiras linguísticas, denominadas de multilinguismo no meio informacional. A autora explica isso pelo acesso a fontes de informação estrangeiras disponibilizadas na internet, onde o usuário que possui outra língua sente a necessidade de entender e compreender essas fontes de informação, o que acaba sendo um desafio. A língua inglesa se tornou-se franca para os meios de comunicação técnicos e científicos até o início do século XX. A autora ressalta que isso não é mais considerado um meio aceitável de remover a barreira da língua, por razões políticas e nacionalistas, senão por outras razões. Para Hudon (1999), a linguagem é um meio puramente utilitário de transmissão de ideias entre os indivíduos e por outro lado, é a expressão mais conspícua da vida cultural de uma nação ou grupo de nações. A autora destaca quatro grandes problemas relacionados ao idioma, são eles: problemas de codificação, problemas morfológicos, problemas lexicais/terminológicos e problemas conceituais.

O problema de codificação está relacionado a falta de reconhecimento dos caracteres e de algumas letras. Alguns softwares não conseguem processar alfabetos não latinos. O problema morfológico tem relação com a utilização de múltiplas grafias por um termo. Está relacionado com as palavras e termos apresentarem mais de uma forma, por exemplo, Behaviour/Behavior; Clé/Clef. Hudon (1999, p.157) afirma que “outras variações morfológicas são de natureza gramatical, as várias formas de uma palavra indicando seu número, gênero e, em algumas línguas, sua função no discurso”, ex: *Student / Students; Étudiant/Étudiante/Étudiants/Étudiantes*. O terceiro problema, que engloba as questões lexicais/terminológicas

estão relacionados ao próprio vocabulário que é usado para produzir e indexar documentos e buscar informações. Uma palavra é a representação verbal de um conceito (um objeto existente no mundo físico ou no mundo abstrato). O mesmo conceito, no entanto, nem sempre é representado pela mesma palavra. Dentro do mesmo idioma natural, diferentes representações verbais[...] por exemplo: Lift/Elevator; Câncer/Carcinoma.

O último problema apresentado Hudon (1999) diz a respeito aos problemas conceituais, relacionados a encontrar termos equivalentes apropriados para uma determinada língua, pois não se trata apenas de traduzir, mas de encontrar conceitos adequados utilizados naquela cultura.

O tratamento igualitário das línguas proposto por Michèle Hudon nos vocabulários controlados ou nos tesouros, levando em consideração os aspectos culturais da língua de uma determinada cultura, é um fazer ético que permeia os profissionais da informação no momento da realização dos processos técnicos da informação. Com base nisso, os autores Boccato e

Biscalchin (2014. p.247) utilizam os aportes teóricos e metodológicos dos tesouros multilíngues para apresentar indicadores no contexto das dimensões culturais e pela perspectiva do princípio da garantia cultural de forma a contribuir na construção e aprimoramento das ferramentas. Esses indicadores são:

- a) Empregar termos representativos da cultura de um indivíduo ou de uma coletividade deles;
- b) Empregar termos técnicos - científicos representativos da cultura e da linguagem de especialidade de áreas do conhecimento;
- c) Contemplar termos representativos de grupos sociais minoritários;
- d) Promover a igualdade de termos das temáticas homens e mulheres, paz e guerra, religiões, correntes ideológicas e convicções político-sociais;
- e) Evitar termos discriminatórios ou depreciativos;
- f) Fomentar a imparcialidade na coleta de termos a partir dos princípios das garantias literária, de uso, organizacional e cultural;
- g) Praticar a seleção ética de termos para a representação por assunto de áreas do conhecimento;
- h) Traduzir os termos da linguagem fonte para a(s) linguagem(ns) alvo(s), considerando-se a correspondência conceitual que deve ocorrer entre as terminologias das áreas científicas especializadas das linguagens/idiomas envolvidos;
- i) Realizar a compatibilidade semântica entre os termos representativos de diferentes culturas nas perspectivas dos preceitos da multiculturalidade e da transculturalidade;
- j) Adotar as estruturas não - idênticas e assimétricas entre os termos na construção de vocabulários controlados multilíngues representativos dos valores sócio - histórico e cultural das terminologias de áreas do conhecimento;
- k) Releva o aspecto cultural, comunicativo e a flexibilidade na construção de vocabulários controlados multilíngues consistentes para a recuperação de informações pertinentes de áreas do conhecimento;
- l) Adotar a abordagem de desenvolvimento simultâneo do vocabulário controlado nas diferentes línguas a serem representadas.

Dessa forma os estudos da garantia cultural, hospitalidade cultural e a construção dos tesouros multilíngues podem andar juntos em prol de uma representação baseada em princípios éticos, a utilização desses indicadores associados a tesouros multilíngues proporciona uma representação do conhecimento baseado nos aspectos culturais e éticos sem a barreira linguística para frear o acesso ao conhecimento aos usuários.

3.3 SEMIÓTICA

A semiótica, em linha gerais, é a ciência que estuda os signos nos processos de significado na natureza e cultura (Barros; Café, 2012). Possui diversas correntes, as mais conhecidas são a semiótica Peirceana e a semiótica estruturalista de Greimas (Farias; Almeida, 2015). As contribuições da semiótica Peirceana passam principalmente pelo reconhecimento da diferença entre o que é experienciado e o que é comunicado, admitindo variações na

construção do significado advindas das diferentes referências de significados que as pessoas têm. Barros, Café e Laplante (2019, p. 103) argumentam que a

experiência como vivenciada não pode ser diretamente transmitida, mas pode ser compartilhada por meio da auto narrativa daquele que a vivenciou [...] e o processo de construção do significado é mais interessante para fins de OC do que considerar a expressão linguística (termo) em si como representação conceitual [...]

A CI tendo como objeto de estudo a informação, que conseqüentemente apresenta diversos processos de significação, é de suma importância, impactando na dimensão e tratamento da informação. Nos processos de organização e representação do conhecimento, torna-se necessário “interpretar e ressignificar diferentes visões de mundo, que serão representadas por estruturas conceituais” (Barros; Café, 2012, p.19-20). Nos processos de organização e representação da informação, utilizam-se técnicas e métodos de extração de conceitos que a OC adota, que são advindos de áreas como linguística e terminologia faz-se necessário que seja feito uma exploração de como esses processos de significação ocorrem de forma precedentes à aplicação das técnicas dentro e fora do âmbito da análise documental (Barros; Café, 2012). Isso é realizado pela Semiótica com específica propriedade, na elaboração dos conceitos e posteriormente nas construções dos SOC.

Os estudos da Semiótica da Cultura, conhecida também como semiótica Russa, abrangem discussões sobre os sistemas de signos culturais, textos culturais, códigos culturais e linguagem. Segundo Farias e Almeida (2015), Yuri M. Lotma é um dos estudiosos e teóricos dessa abordagem que analisa a “ semiosfera, isto é, um espaço de desenvolvimento dos sistemas de signos da cultura, um ambiente semiótico sujeito a processos de modelizações e transcódificações”. Assim a semiótica da cultura busca a análise das linguagens existentes entre a natureza e a cultura, vale ressaltar que por ser um campo transdisciplinar, possui diálogos com diversas disciplinas, por exemplo: teoria literária, linguística estrutural, semiótica, crítica da arte, teoria da informação e comunicação, neurolinguística, dentre outras

A semiótica da cultura é um campo de estudo que visa os estudos da linguagem e do texto cultural. Sendo que à primeira vista é um sistema modelizante de nível secundário que possui a função de expressar os textos da cultura de diversas maneiras; a linguagem é a expressão da cultura. Já o texto é o produto da cultura, pode ser materializado ou não, pode ser uma obra de arte, uma música, um romance, ou seja, algo que transmite uma mensagem, sempre permeada da noção de contexto (Farias; Almeida, 2013, 2015).

O conceito de “Tradução” na semiótica da cultura se refere a um processo interpretativo em que a própria cultura é resultado da tradução, remetendo à ideia de “tradução da tradição” (Farias; Almeida, 2015,).

Nos estudos de Farias e Almeida (2013; 2015) os autores apresentam as contribuições que esse campo tem agregado à área da OC, pois é baseado em conceitos como cultura, linguagem e concorda em respeitar o contexto cultural. A contribuição da semiótica é significativa, uma vez que ela oferece diversas perspectivas na construção de significados. Por ser uma teoria geral, não prescreve uma única forma de construir significados, reconhecendo a diversidade de abordagens que cada cultura emprega para criar seus próprios significados.

3.4 ESTUDOS DECOLONIAIS

Segundo Quijano (2000), a colonialidade é uma estrutura de dominação ou padrão de poder que permanece enraizado na nossa sociedade, ou seja, nos costumes, cultura etc., mesmo após o fim das relações coloniais. Vale ressaltar que existem diferenças entre os termos colonialidade e colonialismo, pois, enquanto o colonialismo manifesta-se em uma relação política e econômica de dominação colonial de um povo ou nação sobre outro, a colonialidade tem a ver com a constituição de um padrão de poder nas relações intersubjetivas de uma forma articulada com posições de domínio e subalternidade. Dessa forma, mesmo depois que a relação política e econômica do colonizador com a ex-colônia se finda, a colonialidade permanece, nas imposições das relações no que tange aos conhecimentos, ao senso comum, nos aspectos culturais. O que de fato demonstra que a colonialidade pode existir sem o colonialismo.

No Brasil, um fato de extrema relevância foram as missões, que representaram um tipo de colonização religiosa. A catequização e evangelização dos indígenas foi uma forma sujeição muito forte que, inclusive, foi usada como justificativa para o extermínio de vários povos. Nesse processo de colonização, os colonizadores, ou seja, os portugueses, ao se estabelecerem nas terras brasileiras, com foco na dominação e exploração trouxe consigo a imposição de costumes e práticas europeias, fazendo com que, as culturas, costumes e religião dos povos colonizados fossem apagados ou seja invisibilizados, de forma que os colonizadores passaram a controlar os saberes, os fazeres e até a crenças dos colonizados (Paiva; 2000).

A vinda dos jesuítas de Portugal para o Brasil, com o objetivo de educar e catequizar os povos indígenas, tinha a intenção de fomentar a valorização da crença europeia, estabelecendo a desvalorização da cultura e crença local. Esse fato é evidenciado até os dias atuais, onde a maioria da população brasileira é praticante do cristianismo (Fausto, 1996). Esse

fato pode ser evidenciado até os dias atuais, onde a maioria da população brasileira é praticante do cristianismo (católicos e evangélicos), pois, de acordo com os dados do IBGE (2010), o censo de religião brasileira mostra que o catolicismo é a maior religião brasileira, seguida pela evangélica e pela espírita. Atualmente, ainda são fortes os movimentos de evangelização das pessoas, desrespeitando as escolhas religiosas. O colonialismo está em tudo, inclusive na ciência, na guerra, na cultura, etc.

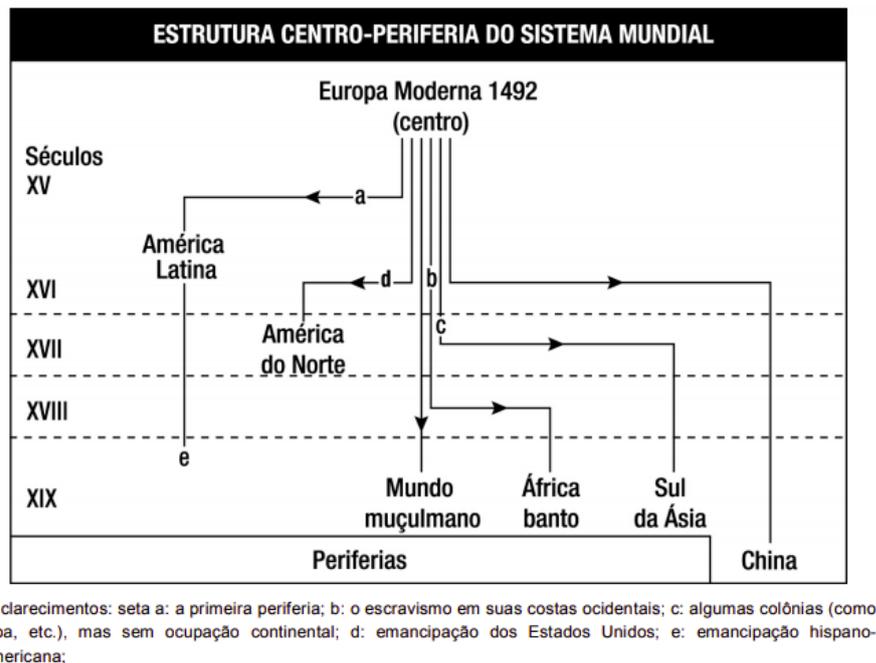
Assim, esse de modelo de colonialismo foi “essencial” para o processo do até então projeto cultural de expansão capitalista, originário no ocidente, especialmente situado no continente europeu. Todo esse processo, marcou o início da Modernidade, que consistia em um processo histórico que era orientado por diversas perspectivas dominantes. A modernidade na perspectiva europeia era representada com o movimento que marcava novas invenções, avanço nos aspectos sociais, econômicos, culturais, científicos e tecnológicos Assim, esse modelo de colonialismo foi "essencial" para o processo do até então projeto cultural de expansão capitalista, originário no Ocidente, especialmente situado no continente europeu. Todo esse processo marcou o início da Modernidade, que consistia em um processo histórico orientado por diversas perspectivas dominantes. A modernidade, na perspectiva europeia, era representada pelo movimento que marcava novas invenções, avanço nos aspectos sociais, econômicos, culturais, científicos e tecnológicos (Assis, 2014; Àvila, 2021).

Mas, ao mudarmos a lente desse olhar desenvolvimentista, nos deparamos com o conceito de modernidade pautada no eurocentrismo, revelada no Iluminismo, conhecido como século das luzes, que apresentava uma ciência racionalista, com manifestações universais. Lima (2022, p. 114) ressalta que a “racionalidade diz respeito ao ser possuidores de direito do pensamento, nesse caso os homens brancos, Cis heterossexual e cristãos e europeus”. Grosfoguel (2016) argumenta que, diante disso, outras culturas foram tratadas como se não tivessem alma, como se fossem menos humanas. Por isso, foram escravizadas e suas religiosidades/crenças foram ignoradas e destruídas.

O eurocentrismo é uma doutrina que configura o continente europeu como referência mundial de Estado Moderno e também de civilização e desenvolvimento. Seus modelos culturais se tornaram referência/padrão para as demais civilizações, culminando em um sistema fortalecido pela lógica capitalista, o que acarretou a introdução da globalização (Dussel, 2005). Os rumos da globalização configuraram-se como um projeto da modernidade, que acarretou uma divisão do mundo em países-centro, ou seja, os países em que se situava o núcleo orgânico considerados socioeconomicamente desenvolvidos, e países periféricos, que eram considerados como países do terceiro mundo/subdesenvolvidos (Dussel, 2005). Vale ressaltar que esse

enriquecimento da Europa aconteceu em virtude da colonização de outros países periféricos, com exploração de riquezas, minerais, etc. Para demonstrar melhor essa divisão, é possível observar a Europa moderna (apresentada como centro) e os demais continentes mundiais (tidos como periféricos) na figura 15, no estudo de Enrique Dussel.

Figura 15 - Divisão do mundo em 1492



Fonte: Dussel (2005, p.28)

O autor ainda ressalta que,

Se a Modernidade tem um núcleo racional *ad intra* forte, como “saída” da humanidade de um estado de imaturidade regional, provinciana, não planetária, essa mesma Modernidade, por outro lado, *ad extra*, realiza um processo irracional que se oculta a seus próprios olhos. Ou seja, por seu conteúdo secundário e negativo mítico, a “Modernidade” é justificativa de uma práxis irracional de violência. [...] (Dussel, 2005, p.29)

Sendo assim, todo esse processo de suposta superioridade intrínseca ao projeto de expansão cultural, territorial e moderno, baseado no eurocentrismo, iniciado no séc. XV, acarretou em acúmulos de riquezas, conhecimentos e experiências da Europa em detrimento dos demais continentes. Autores da América Latina como, Aníbal Quijano (peruano), Enrique Dussel (argentino) e Walter Mignolo (argentino), dentre outros, têm se debruçado em estudos voltados à epistemologia pós-colonial, decolonial e subalternos. Diante disso convém ressaltar o conceito de colonialidade na perspectiva de um desses estudiosos.

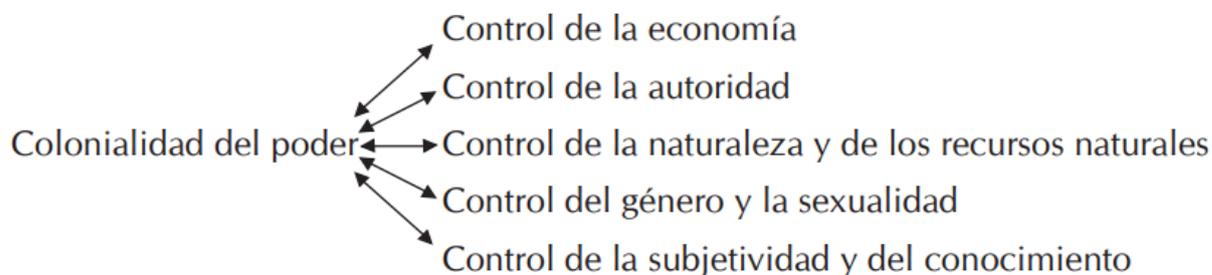
Segundo Quijano (2000, p.342, tradução nossa) a colonialidade é:

um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do dito padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivas, da existência social cotidiana e da escala social. Origina-se e mundializa-se a partir da América.

O conceito de colonialidade do poder tem um duplo propósito. Primeiro, ele expõe a persistência de formas de dominação colonial mesmo após o fim das administrações coloniais. Essa persistência é resultado das culturas coloniais e das estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial. Segundo esse conceito oferece uma ferramenta para compreender e analisar os processos contemporâneos que a modernidade supostamente teria apagado, assimilado ou superado (Grosfoguel, 2016).

Ballestrin (2013) ressalta que o conceito de colonialidade não ficou apenas relacionado ao aspecto “poder”, foi estendido para outros âmbitos, a autora ressalta que através dos estudos de Walter Mignolo (2010), é possível ver outros aspectos de colonialidade. O autor sugeriu que a matriz colonial do poder é uma estrutura complexa de níveis entrelaçados, assim como apresentado na figura 16.

Figura 16 - Controles da Colonialidade do poder



Fonte: Mignolo (2010, p 10.)

Dessa forma, “a colonialidade se reproduz em uma tripla dimensão: a do poder, do saber e do ser” (Ballestrin; 2013, p. 100). As duas primeiras foram desenvolvidas por Aníbal Quijano, e a última foi primeiramente pensada por Walter Mignolo e posteriormente desenvolvida por Nelson Maldonado-Torres, autor porto-riquenho (Ballestrin, 2013).

Quijano (2005) ressalta que os processos da modernidade moldaram uma maneira de compreender e produzir conhecimento que demonstra uma configuração global de poder: colonialismo/moderno capitalista, e centrada na Europa. Essa visão de mundo e de geração do conhecimento é chamada de eurocentrismo.

A colonialidade do saber, enraizada no eurocentrismo, moldou a perspectiva de conhecimento e seus métodos de produção durante a era moderna. Essa visão eurocêntrica,

nascida na Europa Ocidental antes do século XVII e difundida globalmente junto à expansão do poder colonial capitalista, privilegiava saberes e métodos europeus, relegando outros conhecimentos a posições inferiores (Quijano, 2005).

Os autores Silva, Baltar e Lourenço (2018, p. 70) ressaltam que nas perspectivas teóricas de Aníbal Quijano, “a colonialidade se transfere do âmbito do poder para o campo do saber, construindo a colonialidade do saber que age de forma a manter a hegemonia eurocêntrica como perspectiva superior do conhecimento”. Essa perspectiva pode ser observada quando, mesmo depois da independência do colonizador, a nação colonizada continua com relações com o colonizador. Esse poder, exercido nos aspectos culturais, também existe no âmbito do conhecimento. Assim, o conhecimento “se desenvolve dentro do espaço que lhe é ‘disponibilizado’, e a partir da episteme ‘oferecida’. Essa episteme está sustentada numa estrutura de poder que garante a hegemonia dos dominantes, ao mesmo tempo em que deslegitima as manifestações contra-hegemônicas” (Silva, Baltar, Lourenço, 2018, p. 71). Na estrutura atual, o conhecimento se organiza de acordo com os centros de poder, relegando as regiões periféricas à subordinação. Esse conhecimento hegemônico, disfarçado sob a máscara da “ciência universal” moderna, se espalha pelas periferias, criando a ilusão de um saber abstrato e universal, ignorando e marginalizando outras formas de conhecimento.

Para os autores Amorim e Alves (2022) a colonialidade do saber,

implica em reavaliações discursivas e epistemológicas nos constructos das ciências, sobretudo no que concerne a história do conhecimento em questão, uma vez que é justamente através da história que se tece o monopólio sobre determinados fundamentos, teorias e conceitos, o que viabiliza a constituição de uma narrativa hegemônica. Assim, descortinar a colonialidade do saber significa erradicar a “narrativa única” e amplificar outras vozes silenciadas pelo poder da colonialidade e da branquitude.

Ao mesmo tempo, esse conhecimento hegemônico se constrói e difunde segundo a ideia moderna de ciência universal, ou seja, se propaga na periferia de forma a criar a ilusão de um conhecimento abstrato e universal (Silva, Baltar, Lourenço, 2018; Quijano, 2005)

Apresentamos até o presente momento a colonialidade do poder e do saber, convém ressaltar brevemente alguns apontamentos sobre a colonialidade do ser. Conforme já ressaltado anteriormente, a colonialidade do ser nasceu em controvérsias sobre as implicações da colonialidade do poder em diferentes âmbitos da sociedade, essa tipologia de colonialidade refere-se às experiências vividas da colonização e seus impactos na linguagem. Nas palavras de Mignolo (2003, p. 669, tradução nossa)

A ciência (conhecimento e sabedoria) não pode ser separada da linguagem; as línguas não são apenas fenômenos 'culturais' nos quais as pessoas encontram sua 'identidade'; estes são também o lugar onde se inscreve o conhecimento. E se as línguas não são coisas que os seres humanos têm, mas algo que são, então a colonialidade do poder e do saber engendra a colonialidade do ser

Na colonialidade do ser, é possível ver uma deterioração não só da língua, mas do próprio ser, especialmente das identidades indígenas e negras, cujos aspectos físicos são inferiorizados nesse processo de colonialidade e branqueamento. Na colonialidade do ser, através da ciência e dos métodos cartesianos, verifica-se uma postura de colonização do pensamento: quem é o ser humano, quem pensa, quem merece ter direitos, tudo em detrimento do outro, o explorado e violentado. A história do ser é deturpada ao longo do tempo porque se criou uma ontologia centralizada que marginalizou outras perspectivas. Dessa forma, Maldonado-Torres (2007) tece uma série de críticas a essa postura universalizada, que não reconhece o outro enquanto indivíduo e tenta, na verdade, adequar-se a essa carapaça de um ser superficialmente construído para se ajustar aos interesses capitalistas. Essa violência contra o ser diferenciado é uma falta de ética que marginaliza os demais seres. A todo momento, o autor faz um paralelo contra o edifício do saber cartesiano, que se diz moderno e progressista, em busca do desenvolvimento, mas que, na verdade, ainda compactua com outros instrumentos e perpetua o racismo e o preconceito (Maldonado-Torres, 2007).

Maldonado-Torres (2007) ressalta que, no processo de colonização das Américas, esse primeiro contato entre o ser colonizador e o ser colonizado não foi verdadeiro, pois um contato verdadeiro preservaria a descoberta das vozes, dos povos, reconhecendo e valorizando aqueles que já estavam lá. No entanto, o que aconteceu foi um não reconhecimento do povo originário enquanto ser; o colonizador só o viu enquanto o outro, que devia ser colonizado. Dessa forma, o autor tece críticas e analisa essa contradição do caminho cartesiano que se utilizou da ciência para perguntar: quem merece ser humano? Quem é ser humano? O mais interessante nesse texto de Nelson Maldonado-Torres é que ele faz um paralelo crítico entre a colonização e o estupro, onde negros, indígenas, LGBTQIAP+ e mulheres foram mortos por essa energia do estupro, tanto nos aspectos psicológicos quanto físicos. O colonizador transforma e racionaliza os corpos dos colonizados em corpos feminizados, que devem ser controlados, dos quais deve ser extraído tudo o que for possível, para depois semear somente a cultura dominante.

Assim, é possível perceber que a colonização do ser engloba uma desvalorização e desumanização dos seres que não estão dentro do padrão eurocêntrico definido pela racionalidade. Instiga-se uma relação dicotômica, antagônica, entre brancos e não brancos,

brancos e indígenas, com um pensamento racista e **preconceituoso** de que a raça branca seria boa e civilizada, enquanto as demais seriam más e selvagens.

Por fim, convém ressaltar o conceito de “colonialidade da mãe natureza e da vida em si” cunhado por Catherine Walsh. Este conceito refere-se à forma como a natureza e a vida, em todas as suas manifestações, foram colonizadas, dominadas e exploradas pelo projeto colonial europeu (Walsh; 2008). De fato, a natureza foi dominada e transformada em recursos a serem explorados. No pensamento europeu moderno, a natureza foi frequentemente vista como uma entidade separada da humanidade, algo que poderia ser controlado e utilizado para benefício humano, especialmente no contexto capitalista, justificando assim a exploração ambiental em territórios colonizados, onde terras, florestas, rios e outros elementos naturais foram expropriados para enriquecer as potências coloniais (Walsh; 2008; Câmara, Fernandes; 2018).

Os conceitos apresentados até o momento estão imbuídos em uma série de teorias críticas ao sistema colonial. Deste modo, apresento um breve resumo de algumas epistemologias críticas que combatem esse modelo hegemônico, controlador e usurpador que é o colonialismo. Até este momento, temos total compreensão dos termos colonialismo e colonização, o que nos leva a dar um passo adiante para apresentar algumas teorias críticas que surgiram ao longo do tempo sobre esse modelo. Não temos a intenção de aprofundar na temática, mas sim de apresentar os fundamentos teóricos e seus desdobramentos para a Organização do Conhecimento.

Segundo Lima (2022, p. 118), os estudos pós-coloniais, decoloniais e subalternos “são epistemologias baseadas em saberes diversos, vindos em especial do conhecimento da América Latina, Sul global e do Oriente no que concerne aos saberes dos sujeitos subalternos”. Com o processo de colonização, esses saberes foram invisibilizados e deslegitimados no processo da modernidade como saberes inválidos ou inexistentes, que ultrapassam campos e áreas do conhecimento (Lima, 2022).

Os estudos **pós-coloniais**, **decoloniais** e saberes **subalternos** desafiam a hegemonia do conhecimento europeu, questionando sua pretensão de universalidade e abrindo caminho para repensar nossas bases epistemológicas e dar voz aos saberes marginalizados. Em resumo, esses estudos se erguem contra a lógica de dominação imperialista e o eurocentrismo enraizado nas produções de conhecimento, buscando estratégias de libertação e novas epistemologias.

Segundo Lima (2022, p. 119), os estudos Pós - coloniais “é uma linha de estudos que teorizam os processos drásticos ocorridos pelo colonialismo e que ainda sucede historicamente em diferentes espaços e dimensões”. O pós-colonialismo, como movimento amplo e interdisciplinar, teve como figuras centrais autores como Albert Memmi, Aimé Césaire e Franz

Fanon, que questionaram a dominação colonial e seus impactos. No entanto, foi com a obra *Orientalismo*, escrita por Edward Said, que a crítica se expandiu, desvendando as raízes políticas e ideológicas do pensamento ocidental e abrindo caminho para novas análises em diversas áreas do conhecimento (Aguiar, 2016).

Para Hall (2003), o pós-colonialismo, campo epistemológico marcado por fortes abordagens críticas oriundas do pós-estruturalismo, desconstrutivismo, estudos culturais e anticoloniais, investiga os efeitos do colonialismo na sociedade, propondo o questionamento de dicotomias e hierarquias que estigmatizam identidades culturais e evidenciam a essencialização e dominação histórica sofrida pelas populações marginalizadas. Os estudos subalternos foram desenvolvidos a partir de um grupo de estudiosos indianos cuja formação ocorreu entre 1970 e 1980, por pensadores e historiadores indianos, sob a liderança de Ranajit Guha, Gayatri Spivak e Dipesh Chakrabarty. Inicialmente, o grupo tinha a pretensão de analisar a historiografia da Índia realizada por ocidentais europeus e, ao mesmo tempo, a historiografia eurocêntrica produzida por indianos, incluindo também o Paquistão e outros locais (Lima, 2022; Aguiar, 2016). O grupo tinha influência gramsciana e, apesar da restrição geográfica, o viés era a crítica com base nas relações de poder e não somente nas relações de espaço (Aguiar, 2016).

O termo "subalterno" designa indivíduos e grupos marginalizados do poder e do pensamento hegemônicos. Essa perspectiva, originária da Índia, ganhou relevância internacional, chegando à academia norte-americana e, posteriormente, à América Latina (Ballestrin, 2013). Os estudos subalternos exploram vozes e experiências das comunidades marginalizadas periféricas e oprimidas (subalternas) que são ignoradas pelas narrativas dominantes, e ressaltam a importância de entender a história e a cultura a partir da perspectiva dos grupos subordinados (Ballestrin, 2013; Aguiar 2016; Lima, 2020). A área de estudo se ampliou para os Estados Unidos e chegou até a América Latina, fato que originou a criação do "Grupo Modernidade/Colonialidade"- CMD em 1992 (Ballestrin, 2013).

O CMD era composto por estudiosos de diversas nacionalidades com advindos de áreas como: sociologia, filosofia, semiótica, antropologia, linguística e direito. Dentre os membros, podemos destacar Aníbal Quijano (Peru), Enrique Dussel (Argentina), Walter D Mignolo (Argentina), Nelson Maldonado-Torres (Porto Rico), Boaventura Santos (Portugal), dentre outros (Ballestrin, 2013).

Do grupo CMD surgiu uma linha de estudo chamada de decoloniais ou decolonialidade, que de acordo com Lima (2022, p.119), esse movimento aconteceu por "[...]meio do giro decolonial abarca uma longa tradição de resistência das populações negras e indígenas e dos condenados da terra" (Lima, 2022, p.119). O termo giro decolonial foi cunhado

por Nelson Maldonado - Torre no ano de 2005, e significa “o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade. A decolonialidade aparece, portanto, como o terceiro elemento da modernidade/colonialidade” (Ballestrin, 2013, p. 105). Outro aspecto que vale salientar é que uma das críticas do grupo é sobre o conceito de periferia e subdesenvolvimento. Os autores que compunham o CMD manifestavam um descontentamento sobre essa abordagem, pois, tais nomenclaturas justificam em alguma medida a subordinação dos Estados-nação pós-coloniais, durante os séculos XIX e XX (Aguilar, 2016).

De acordo com Mignolo (2003, p.668), a descolonização hoje “já não é um projeto de libertação das colônias, com vista à formação de Estados-nação independentes, mas sim o processo de descolonização epistêmica e de socialização do conhecimento”. Portanto os estudos decoloniais ajudam a “pensar em estratégias para transformar a realidade e viabilizam o locus de enunciação dos saberes indígenas e afrodescendentes, pautando a dimensão política e a resistência no terceiro mundo” (LIMA, 2022. p. 220). Dessa forma, esses estudos buscam autonomia por meio da descolonização epistemológica dos preceitos ocidentais, e ao mesmo tempo busca refletir e evidenciar sobre a realidade da América Latina e sul global.

Em resumo, por tudo o que apresentamos até o momento, podemos sintetizar que, os estudos pós-coloniais em síntese, crítica o eurocentrismo, investiga como essa colonização modificou as demais sociedades e busca valorizar as perspectivas do colonizado. Já os estudos subalternos, busca dar voz aos marginalizados e busca compreender as dinâmicas sociais e políticas em diferentes contextos. Os estudos decoloniais, estão avançando na crítica ao colonialismo, e reconhece sua persistência nas estruturas de poder atuais.

Lima (2022, p. 110) destaca que “sub-representação dos saberes não científicos, saberes que circulam no meio cotidiano, impossibilita que pessoas que não fazem parte do meio científico tenham acesso à informação de maneira eficaz ou se enquadrem, de certa forma, nos saberes hegemônicos”. Dessa forma, os conhecimentos não científicos, ditos como marginais, ou cientificamente favelados, como ressalta García Gutiérrez (2018), são tão importantes de serem representados quanto os conhecimentos técnicos e científicos baseados no eurocentrismo e estadunidense.

Sabemos que os SOC são instrumentos construídos através de métodos de hierarquização e dicotomias do conhecimento. Os termos e conceitos utilizados nessa hierarquia foram definidos tomando por base a pessoa que os construiu, levando em consideração sua cultura e vivência de mundo. A CDD é estadunidense, a CDU é europeia. Diante disso, alguns questionamentos podem ser realizados: será que os SOC possuem a

representatividade dos povos do Sul, dos conhecimentos tidos como marginalizados, excluídos e considerados não científicos? Algumas perspectivas descolonizadoras têm sido abordadas na OC. De acordo com Garcez e Sales (2021), o *Knowledge Organization Journal*, principal publicação da área OC, vem publicando estudos sobre a decolonialidade. As propostas dos estudos dizem respeito aos aspectos da “representatividade de povos originários em sistemas de organização do conhecimento; ‘deseuropeização’ de descrições arquivísticas; modelo classificatório que represente também teorias do hemisfério sul; classificações multi-religiosas; ontologias indígenas e vocabulários controlados de línguas não dominantes” (Garcez; Sales, 2021).

No estudo de Lima (2019) o autor critica fortemente as construções dos SOC que são realizadas de maneira a silenciar e invisibilizar grupos como pessoas negras e indígenas, ciganos, quilombolas, mulheres, homossexuais, lésbicas, bissexuais e transexuais. Esses sujeitos subalternos, segundo os autores, não se encaixam na estrutura vigente, que é eurocêntrica e determina rigidamente o lugar de cada um. O autor ainda ressalta que é necessário a introdução das perspectivas pós-coloniais, decoloniais e teorias da complexidade, para construir narrativa sobre a dinâmica entre o sujeito e a pesquisa, na qual o sujeito é um personagem ativo na construção do conhecimento, nesse caso, na construção de um sistema de organização do conhecimento. Fato que acarretará construções de SOC multiculturais/transculturais.

3.5 ESTUDOS CRÍTICOS – ÉTNICOS, GÊNERO E RELIGIÃO

Exemplos de preconceitos relativos a gêneros, à sexualidade, à raça, etnias, língua e religião, têm sido descritos na literatura da OC, a comunidade científica tem buscado métodos e teorias para apresentar uma representação com diversidade e eficazes a diversas populações. Nessa seção apresentaremos breves diálogos sobre teorias críticas de raças e estudos voltados aos preconceitos e sub-representação impostos nos sistemas de organização do conhecimento como gênero e religião.

A *Critical race theory* (CRT), traduzida em português como Teoria Crítica de Raça (TCR) surgiu no final da década de 1970, com fundamentos baseados em Derrick A. Bell e Allan D. Freeman que discutiam os fundamentos racistas na legislação americana (Furner, 2007). Além do direito, outra área atuante e que contribuiu para a solidificação da teoria, era a ciência social, que colaborou com fundamentos teóricos e métodos analíticos. Sobre o conceito

da TCR, nas palavras de Furner (2007, p 145, tradução nossa) seria “a soma total do discurso crítico (ou escrita, conhecimento ou compreensão) sobre teorias de raça e racismo”.

Vários estudiosos dos Estados Unidos da América, tais como: Patrícia Hill Collins, Jane Addams, James B. Stuart, Eduardo Bonilla-Silva, Oliver Cox, James Blackwell, W. E. B. Du Bois contribuíram e reforçaram a TCR, denunciando as injustiças sociais na sociedade (Furner, 2007).

O objetivo da TCR como um projeto prático, é produzir um desafio de forma bem-sucedida à injustiça social (Furner, 2007). Para alcançar tal desafio, os métodos utilizados pelos críticos e teóricos se fundamentam em duas ações: a primeira compreende a “análise das relações sociais, econômicas, jurídicas e políticas entre os processos que envolvem indivíduos e grupos de diferentes identidades raciais, com vista a demonstrar a verdade das asserções listadas acima, (...)” (Furner, 2007, p. 146, tradução nossa), resultando assim, em descobrir, denunciar e expor qualquer natureza discriminatória da política e da prática baseada na raça.

A segunda ação busca “apelar à ação política e jurídica da forma que é necessária para erradicar a injustiça racial e substituir estruturas opressivas por alternativas administrativas democráticas” (Furner, 2007, p.146, tradução nossa). A TCR possui um compromisso com a justiça social, que se fundamenta na distribuição de bens e serviços entre os membros de uma sociedade, esses bens e serviços podem se caracterizar nos aspectos culturais e riquezas e rendas materiais.

De fato, se olharmos para o contexto econômico contemporâneo, é possível verificar que a riqueza mundial se concentra nas mãos de pessoas brancas. A Forbes (2023) apresentou um ranking mundial das vinte e cinco pessoas que possuem a maior concentração de riquezas do mundo. Podemos observar que, na lista das dez pessoas mais ricas, não há negros nem mulheres; a maior parte dos integrantes é oriunda dos Estados Unidos da América, com exceção de algumas pessoas da França, Índia e México. Vale ressaltar que a pessoa mais rica é da França, ou seja, um europeu. Diante disso, surgem alguns questionamentos: onde estão os latinos, africanos e mulheres nessa lista? Se direcionarmos nosso olhar para o contexto nacional, a Forbes também apresentou uma matéria intitulada “Os bilionários brasileiros de 2022”, onde não encontramos nenhuma pessoa negra nesse ranking, e as mulheres que constam na lista são viúvas ou herdeiras das fortunas dos pais.

Para mudar esse cenário, Melissa Adler (2016) ressalta que é necessária a criação de políticas públicas que tenham como objetivo de reparar todas as discriminações que foram impostas aos afro-americanos ao longo do tempo, pois a escravidão deixou marcas na sociedade. No Brasil estamos engatinhando em relação a esses assuntos, projetos que visam

algum tipo de reparações histórica, estão sendo criados, temos o exemplo das cotas no serviço público e nas universidades brasileiras. As poucas ações existentes encontram muitas barreiras para serem melhoradas e ampliadas e até mesmo para serem minimamente mantidas.

Quando focalizamos nossa atenção nos sistemas de organização do conhecimento, Adler (2016, 2017) apresenta uma série de denúncias aos SOC, em especial os sistemas de classificação. Adler (2016, p.631, tradução nossa) explica que, “em espaços onde as práticas injustas se tornaram profundamente enraizadas e difíceis de desfazer, sugiro que consideremos fazer taxonomias reparadoras que respondam conscientemente às injustiças”. A autora frisa que é essencial que estudiosos se debruçam aos estudos críticos e socioculturais para entender as formas pelas quais a violência nos SOC se tornou sistêmicas. Adler (2016) complementa que a marginalização do “outro” nos sistemas de classificações contribui com a privação de direitos de longo prazo e para o imperialismo cultural. Nas palavras da autora, é possível ver sua preocupação com o profissional da informação, quando ela argumenta que, “precisamos levar a sério o chamado para responsabilizar as profissões da informação, negociar novas formas de organizar a informação e pensar em como as taxonomias podem funcionar para compensar, redistribuindo o acesso ao conhecimento” (Adler, 2016, p. 631, tradução nossa).

As taxonomias reparadoras sugeridas por Adler (2016) seriam baseadas em padrões descritivos libertadores, cuja função é ir contra o sistema dominante que obscurece e marginaliza certas vozes. Para que essas taxonomias sejam bem-sucedidas, deve-se levar em consideração as necessidades dos usuários na busca e recuperação da informação. A instituição deve considerar que as pessoas acessam as informações com diferentes intenções e métodos, necessitando de diferentes formas de organização e nomeações. Assim, esses padrões libertadores dariam espaço às sub narrativas e às contra narrativas.

Sobre a reparação taxonômica sugerida por Adler (2016) a autora sugere que sejam realizadas essas reparações em diferentes contextos, tais como os afro-americanos, onde as estruturas raciais nas classificações das bibliotecas foram marginalizadas e obscurecidas e os conhecimentos sobre negros e literaturas escritas por pessoas negras foram apagadas. A autora também sugere que seja realizada reparações para as comunidades indígenas, pois esses povos foram suprimidos pelo colonialismo e violentados pela supremacia branca, que acarretou a perda de terras, mortes de aldeias e os aspectos culturais foram removidos e substituídos por aspectos europeus. A última reparação sugerida pela autora é sobre a teoria queer. Onde os sistemas de classificação ofereceram tratamentos inapropriados e inadequados de gays e lésbicas (Adler, 2016).

No artigo intitulado “*Classification Along the Color Line: Excavating Racism in the Stacks*” Adler (2017, p.3, tradução nossa) ressalta que a “violência sistêmica é fundamentalmente um problema da classificação”. Diante disso, a autora analisou três sistemas de classificação: a *Expansive Classification* criada por Charles Cutter, a *Dewey Decimal Classification*, construída por Melvil Dewey e a Classificação da *Library of Congress*. No que tange ao *Expansive Classification*, seus princípios classificatórios tiveram uma forte influência e serviram como modelos para outros sistemas. Vale ressaltar que o sistema possui sete versões, cada uma mais específica que a outra. Adler ressalta que esse sistema revela fortes abordagens e atitudes evolutivas em relação à raça. Segundo Adler (2017, p.7-8, tradução nossa)

a edição de 1902 da sétima expansão classifica os "Negros" em três locais: etnologia (PY) na seção de *Antropologia*; e *Educação de classes especiais e trabalho escravo*, ambos nas Ciências Sociais. Outra classe - F8339, definida como "*controvérsia da escravidão*", foi arquivada na *história americana*, mas não nomeou uma categoria racial. [...]. A divisão P mais ampla foi definida como "Vertebrata (Craniata)", que parece ter sido hierarquicamente equivalente à Antropologia (Pw) dentro da disciplina de Zoologia

A seção PY ocupava-se especificamente da Etnologia - o ramo da Antropologia que trata da raça e etnia. Estava organizada numa variedade de subdivisões, impulsionada em parte pelo esquema teórico em que se baseavam as classificações de raça e etnia. Por exemplo, a subclasse PYE fornece uma meta-taxonomia para "Etnografia (Raças dos homens)", indicando que a raça pode ser determinada de todas estas diferentes formas: "Agrupamento somatológico (físico)", "Agrupamento geográfico", "Agrupamento linguístico", "Por instituições e organização social", "Por artes e cultura", "Por sistemas musicais", e "Por mitologia e religião".

De acordo com Adler (2017) a classe de Ciências Sociais abrangia, os assuntos de economia, sociologia, educação e direito. A classe IZN “*Negroes, Freedmen*”, ou seja, negros libertos foi inserida dentro da classe de educação IZ, juntamente com outras classes marginalizadas como cegos surdos e mudos, mente fraca, indianos, criminosos, pobres. Conforme a figura 17.

Figura 17 - Classificação de pessoas LCC em 1902

Classes of persons	
IZA	Blind and Deaf and dumb
IZB	Blind
IZC	Books for the Blind
IZD	Deaf and dumb
IZF	Feeble-minded
IZI	Indians
IZK	Criminals
IZN	Negroes, Freedmen
IZP	Poor, The
IZW	Women, Female education, Sex in education
	Better in Kwz

Os trabalhos que abordavam a temática sobre “‘Escravidura nos EUA’ foram classificados na secção HI como uma categoria dentro do trabalho e produção. HIN era uma subclasse dentro desse agrupamento, definida como ‘Negros Libertos livres nos E.U.A. [...]’” (Adler, 2017, p.13, tradução nossa). A autora conclui que os negros no sistema de classificação de Cutter eram tidos como objetos de estudos “e interesse na medida em que informavam o comércio, as teorias da raça e da evolução social, e uma conceitualização estritamente definida da moralidade pública.” (ADLER. 2017, p. 13, tradução nossa).

Ao olhar a figura apresentada por Adler (2017), uma série de injustiça social, preconceito e sub-representação podem ser encontradas. Diante disso faço o seguinte questionamento: por que o homem branco não é apresentado nessa classe de pessoas? Porque é uma classe de pessoas excluídas, descriminalizadas ou relegadas a uma posição periférica na sociedade em virtude da raça (negro), da deficiência (mudo e surdo), da etnia (indiano), gênero (mulher), e o contexto econômico (o pobre).

Sobre a CDD Adler (2017) ressalta que as primeiras edições do sistema são semelhantes à classificação de Cutter no que tange às classes, raça, antropologia e escravidão. O termo “negro” estava classificado em dois lugares na classe 573 - História Natural do Homem, que estava dentro da Biologia, e na classe 326 - Escravidão, que estava dentro de Ciência política. Mesmo após as atualizações, ainda era possível verificar a lógica preconceituosa do sistema na edição de 1919. A seção 573-Etimologia e Antropologia era dividida em várias categorias, dentre elas assuntos como: cor no homem, antropometria, craniologia, anões e gigantes e monstruosidade. Adler (2017, p. 15, tradução nossa). “Na classe Ciência Sociais, os negros foram classificados dentro do tópico, economia doméstica, manifestando os negros como empregados domésticos estrangeiros”. Mesmo após várias revisões, Adler (2017) salienta que a CDD promove a primazia das raças europeias, isso fica nítido, quando a autora observa sistematicamente a tabela cinco, de grupo étnicos e nacionais específicos no sistema WebDewey. Os nortes americanos estão em um grupo específico (1), e os Africanos e Afrodescendentes estão em “outros grupos étnicos e nacionais” (9), onde é apresentado também “afro-americanos”, ou seja, negros dos Estados Unidos. Mas porque os negros dos EUA não estão dentro de norte-americanos? Não são todos povos dos EUA? Eles não são etnicamente ou nacionalmente americanos? São questões que nos fazem refletir quão **preconceituosos** são esses sistemas, que perpetuam o status político e social do branqueamento.

Furner (2007, p.164, tradução nossa) enfatiza que a decisão de remover a raça da tabela cinco “é percebida como tendo efeito meramente de sustentar o *status quo*, hegemônico em que a discriminação e as desigualdades econômicas e sociais em favor dos brancos são

institucionalizadas e mantidas”. O autor complementa que não se pode trabalhar em direção a sistemas de classificação mais equitativos sem antes definir claramente como seria um sistema justo (Furner. 2007).

Por último Adler (2017) destaca a Classificação da Biblioteca do Congresso Americano, que foi influenciada pelo sistema de Cutter e de Dewey, que dá primazia a certas raças com divisões etnográficas. Na seção I Sociologia, é apresentada uma divisão de classe de pessoas, onde o termo “negro liberto”, é apresentado juntamente com as classes cegos e surdos, mente fraca, criminosos, índios e pobres. Adler (2017, p.24, tradução nossa) enfatiza que “o tratamento da LC aos afro-americanos espelha o sistema de Cutter, em seu foco nos afro-americanos em trabalho e como uma classe especial”. No ano de 2015 a autora navegou pelo sistema online da Classificação da LC e verificou-se que “HS875-891 é definido como "Maçonaria entre negros"; “HS2226-2230 (deslocado ligeiramente da localização HS2251-2265) é "Negros" em "Sociedades de raças"; e HV3181-3185 é "Afro-Americanos" como "Raça ou grupo étnico especial" em “Proteção, assistência e alívio””.

Ao acessar o catálogo da LC em 2024, foi possível confrontar as informações apresentadas por Adler (2015) com as divisões de classes vigentes no presente momento. A classe “Sociedade de Raças” (HS1601-2265) e as demais classes citadas pela autora não foram encontradas, mas encontramos a classe HS1601-2265 “Sociedades raciais” e a classe, HV3176-3199 “Classes especiais. Por raça ou grupo étnico”.

Convém apresentar o estudo de Molly Higgins (2016) que apresentou como o termo “asiáticos americanos” está documentado na CDD ao decorrer de algumas atualizações do sistema. A autora argumenta que devido ao contexto da guerra o termo começou a ser aceitável e reconhecido no final dos anos de 1970 ou 1980, mas na história americana o termo

asiático americano foi cunhado no final dos anos 1960 como um termo político, para criar uma coalizção pan-ética de comunidade separadas que haviam experimentado tipos semelhantes de discriminação racial [...] e que antes da criação do apelido asiáticos -americanos, outros termos pan-éticos foram aplicados as comunidades asiáticas - americanas, estes incluem “orientais”, “raças amarelas”, “malaios” e “mongóis”. [...] (HIGGINS, 2016, p.612, tradução nossa),

Higgins (2016) observou que “asiático - americano” não aparece na tabela e nem no índice das edições das CDD até o ano de 1996, ou seja, cento e vinte anos após a publicação da primeira edição do sistema. Outro aspecto que Higgins aponta é que os termos geopolíticos utilizados para denominar pessoas de determinadas localidades não têm referências das regiões específicas como, Vietnã, China, Mongólia etc. Outro problema é a falta de definições raciais, étnicas e nacionais no sistema, a autora concluir que as categorias em que o termo “asiático”

foi encontrado na classe de história, literatura e religião posiciona-o como não normativo e estrangeiro, muitas vezes utiliza o termo “outro”.

Outras categorias foram marginalizadas e silenciadas dentro dos SOC, como a questão do gênero. Autores como Hope Olson, Fábio Pinho e Franciele Carneiro Garcez Silva, apresentam estudos de como mulheres, homossexuais e lésbicas tiveram apagamentos nas classificações.

Souza e Carrieri (2010, p.53) ressaltam que “somente a partir do século XVIII, é que podemos falar de gênero. Sob essa perspectiva, o significado de gênero é visto como construído historicamente de acordo com as relações sociais e de poder de uma época”. Anteriormente a essa época tínhamos o chamado de *one-sex model*, ou seja, apenas um sexo (homem) e não fazia sentido a discussão de gênero. Posteriormente no *two-sex model* ocorre uma divisão e horizontalidade do masculino e feminino. Nas palavras de Souza e Carrieri (2010, p.53,) “divisão esta que a ciência passa a incorporar como verdade inquestionável. Um exemplo de tal afirmação é a definição de gênero como algo ligado às relações sociais estabelecidas a partir do momento da percepção social das diferenças biológicas existentes entre os sexos”.

Sabemos que a luta das mulheres por direitos não é de hoje, se voltarmos no tempo iremos ver a luta pelo direito ao voto, por trabalho de carteira assinada, pelo divórcio, e atualmente estamos em busca de condições e salários iguais entre outras frentes. Alguns requisitos já foram conquistados com amparos jurídicos em prol da mulher, como a Lei nº 11340, conhecida como lei Maria da Penha, que busca “coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher” (Brasil, 2006, art. 1). Outros aspectos que visamos alcançar e estamos lutando diariamente, é a discriminação no mercado de trabalho e aspectos relacionados ao assédio sexual etc. Vale salientar que em pleno século XXI ainda continuamos lutando contra alguns preconceitos impostos à mulher, pois nossa intenção é de transformar a posição das mulheres na sociedade.

Olson (2001) tem se debruçado em estudos que englobam teorias e metodologias feministas, no campo da OC, em especial nos aspectos profissionais da bibliotecária e nos sistemas de classificação. Ao longo de anos de estudo a autora explora essa suposta “necessidade” de utilizar linguagens universais com a função de representar/nomear o conhecimento com vistas na recuperação da informação. No entanto, a autora apresenta as consequências da utilização dessa suposta linguagem universal e ao mesmo tempo propõem técnica que abarca uma mudança gradual nos aspectos que tangem a representação da informação em catálogos de bibliotecas. A autora deixa claro a universalização nos processos

de representação e organização do conhecimento como uma questão problemática, pois é necessário respeitar as especificidades e os aspectos culturais.

Fox e Olson (2012) apresentam as principais correntes epistemológicas construídas com relação ao feminismo, para a autoras as tendências mais conhecidas são a epistemologia pós-estrutural e o pós-colonialismo feminista. O feminismo na organização do conhecimento é uma área importante de estudo e prática que busca transformar a forma como o conhecimento é organizado e transmitido, de modo a incluir e valorizar as perspectivas e experiências de pessoas que sofrem opressões (Fox; Olson 2012). As autoras realizaram alguns questionamentos na OC no que tange aos aspectos epistemológicos do feminismo, tais como:

- Questão da organização do conhecimento: representações no SOC da mulher, das mulheres e de outros temas sexuais e de gênero, biológicos e culturais.
- Questões do empirismo feminista: Grupos marginalizados como as mulheres são representados nos sistemas de organização do conhecimento da mesma forma que os grupos estabelecidos? Há preponderância de mulheres nas atividades de catalogação e indexação relativo ao que ocorre com o resto da ciência da informação? Quais variáveis estão relacionadas com a diversidade de áreas de atuação, como salário, grau de autonomia, número de oportunidades, motivação?
- Questões do ponto de vista feminista: Por que os homens são considerados a norma enquanto as mulheres estão nas margens do sistema e necessitam ser interpretadas pelo grupo estabelecido? Será que catalogadoras e indexadoras estão felizes com o seu trabalho? Estas profissionais estão satisfeitas, frustradas ou resignadas?
- Questões do pós-estruturalismo feminista: Os discursos regem as escolhas atrás dessa situação? Quais discursos governam este fenômeno de associar as mulheres com os serviços de secretariado ou escritório? Por que essas atividades são pesadas e regidas por padrões justamente desenvolvidos por outros sujeitos?
- Questões à organização do conhecimento: Como são as representações da mulher, das mulheres e de outros sexos, gênero e tópicos culturais e biológicos nos sistemas de organização? Por que as profissionais catalogadoras e indexadoras não são posições consideradas prestigiadas como as outras do campo da ciência da informação? (Fox; Olson 2012, p. 95, tradução nossa)

Um dos fundamentos apontados nos estudos de Olson, (2002) é o “poder de nomear”. A autora utiliza o termo “nomeação da informação” para os elementos de representação da informação, esses substitutos são como metadados que estão contidos nos catálogos. O processo de representação temática é parte de um registro substituto ou catalográfico que por sua vez representa o assunto de uma obra. A autora enfatiza o que a motivou a escolher a palavra “nomear” e explica que é devido ao fato “dela conotar o poder de controlar a representação do sujeito e, portanto, o acesso [...] Nomear é o ato de dar um nome, de rotular, de criar uma identidade. É um meio de estruturar a realidade” (Olson, 2002, p. 5, tradução nossa). Quando alguém nomeia algo, essa pessoa impõe um padrão ao mundo que é significativo a ela, pois ela

nomeia de acordo com a sua própria realidade, ou seja, sua visão de mundo. Segundo Olson (2002) a nomeação não é, portanto, um processo aleatório, embora seja variado, e impacta na própria construção da informação nomeada.

Os sistemas de classificação com sua característica universal devem possuir certas capacidades de nomear um universo de conceitos para registros com publicações gerais. Segundo Olson (2002, p.6, tradução nossa),

A seleção dos conceitos a nomear define os limites do sistema, as suas inclusões e exclusões. A seleção de termos para estes conceitos introduz frequentemente preconceitos flagrantes ou, mais frequentemente, marginalizações subtis e insidiosas.

A abordagem reducionista, muitas vezes adotadas pelos lingüísticos impõem uma autoridade à linguagem, que não é baseada em cada indivíduo, mas sim em uma unidade dominante. Olson (2002) traz uma série de autores que denunciam a marginalização das mulheres nos sistemas de classificação, onde as mulheres eram classificadas próximos à classe marginalizadas, na LCC classificação das mulheres é aplicada ao contexto de família, esposa, casamento, sem um número paralelo para os homens. Olson (2002, p.9, tradução nossa) ressalta que

a literatura sobre a catalogação de material feminista e material para mulheres ilustra que as normas existentes incluem terminologia sexista e colocam os tópicos em contextos desagradáveis com um resultado sexista, ou seja, justapõe em classificações e referências de forma a criar um efeito pejorativo. Ao representar as mulheres e as questões das mulheres, estes padrões têm três problemas comuns: tratam as mulheres como exceções a uma norma masculina, guetizam as questões das mulheres, separando-as do resto do conhecimento, ou omitem completamente as questões das mulheres.

Olson (2002) enfatiza que os grupos marginalizados são referidos com “outros” na cultura dominante norte americana, são grupos normalmente marginalizados, onde o padrão predominante é o da sobreposição da alteridade baseado na idade, raça, etnia, sexualidade, rendimento e deficiência. A autora apresenta vários exemplos onde as mulheres são vistas como objetos de beleza, relacionadas como produtos cosméticos, ao matrimônio, fato que apresenta somente a mulher casada, excluindo o homem casado, idealizando a mulher a cumprir um papel primário que é ser esposa.

Discussões acerca de sexualidade na OC têm mostrado vários preconceitos nos SOC. Convém retomar o estudo de Souza e Carrieri (2010) onde os autores destacam que a visão binária de masculino e feminino, visão considerada mais científica e tradicional, foi corroborada pelo que os autores chamam de tríade, ou seja, sexo-gênero- sexualidade.

Pinho, Melo e Oliveira (2019, p.40) destacam que

Com base nessa tríade, o indivíduo nascido com o sexo masculino pode pertencer apenas ao gênero masculino e deve ser atraído sexualmente apenas para o seu oposto, o sexo feminino. Já o indivíduo nascido com o sexo feminino pode pertencer apenas ao gênero feminino e também deve ser atraído sexualmente apenas para o seu oposto, o sexo masculino.

Souza e Carrieri (2010, p.54) ressalta que “qualquer comportamento que fuja desse padrão heterossexual provoca descontinuidade na sequência sexo-gênero-sexualidade e será tratado como questão de minorias e colocado à margem social”.

Louro (2018) destaca que a ideia de que o sexo determina o gênero e o gênero define o desejo é reducionista e ignora a fluidez das identidades e desejos humanos. Para a autora afirmar que o sexo é algo 'natural' e 'fixo' ignora o papel da cultura e da história na construção das identidades sexuais. A crença na binariedade do sexo exclui e marginaliza pessoas que não se identificam como exclusivamente masculinas ou femininas. Equacionar a natureza com a heterossexualidade é excludente e ignora a rica diversidade das experiências sexuais humanas.

Nesse panorama que surgiu a teoria *Queer*, segundo Souza e Carrieri (2010, p 49) é uma teoria que possui como objetivo,

analisar a presença de uma visão pós-identitária, enxergando-se a fragmentação como uma possibilidade para um maior engajamento na construção de práticas organizacionais, localizadas e empíricas, que promovam atuação e intervenção diante de práticas opressivas direcionadas à sexualidade, por meio da análise de dispositivos de poder, principalmente os dispositivos da sexualidade e do trabalho.

A palavra “*Queer*” é uma expressão ofensiva, remete a um xingamento, uma injúria contra a população homossexual. O autor observa que os insultos empregados são semelhantes a termos pejorativos frequentemente usados no cotidiano para rotular aqueles que violam as normas sociais, sendo chamados de esquisitos, estranhos, anormais, bichas, boiolas, baitolas, quá, pocs, sapatões e caminhoneiras (Souza e Carrieri, 2010).

Os estudos “queer”, procuram sair da dicotomia de homem/mulher que são concebidos como polos opostos, o pensamento queer entende que desconstruir a rigidez da polaridade de gênero significa examinar criticamente tanto a separação entre os gêneros quanto à coerência interna de cada um deles (Louro, 2018). Assim, nos pensamentos masculinos também se apresenta o feminino, ainda que seja de uma forma ignorada e reprimida, e implica também no rompimento dessa dicotomia e que, portanto, pode até tirar o chão de quem ainda acha que só existe homem e mulher, e que todo mundo tem que ser hetero (Louro, 2018).

A desconstrução da visão dicotômica de gênero abre espaço para a compreensão e inclusão de diversas formas de masculinidade e feminilidade que se manifestam na sociedade. A desconstrução da visão binária de gênero é fundamental para a construção de uma sociedade

mais justa e inclusiva, que reconheça e valorize a diversidade de identidades e expressões de gênero (Louro, 2018).

Pinho, Melo e Oliveira (2019, p.31) identifica dez subgrupos de manifestações da sexualidade, são eles: “lésbicas, travestis, transexuais, transgêneros, bissexuais, drag queens, crossdressers, intersexo, assexual e simpatizantes”, salientando a diversidade existente na temática. Em seus estudos, o autor aborda sobre a representação temática de materiais sobre esses subgrupos, e como o profissional bibliotecário deve tratar essa representação de forma ética, sem preconceitos ou desvios que permitam esse tipo de interpretação.

No estudo de Pinho, Melo e Oliveira (2019) os autores realizaram uma busca de assuntos em catálogos de bibliotecas sobre identidade de gênero, sexualidade e gênero e sexualidade, indexadas no catálogo Permagum da Universidade Federal de Pernambuco e no Shophia da Biblioteca Nacional. Observando os títulos recuperados e os termos que foram indexados os materiais. Os autores concluíram que os assuntos de gênero e sexualidade não estão sendo explorados de maneira adequada pelos respectivos sistemas, ficando constatada a utilização de termos gerais para representar termos específicos, fato que torna a recuperação da informação dificultosa e assuntos específicos negligenciados.

Martins (2022) ressalta que por muito tempo os sistemas de classificação, classificavam o termo homossexualidade como patologia, em virtude disso muitas bibliotecas com títulos sobre essa temática eram encontradas nas prateleiras de doenças. O profissional baseado nos sistemas de classificação acaba por reproduzir preconceitos e estereótipos estipulados nestes sistemas, muitas vezes por falta de informação ou preconceito advindos de uma cultura patriarcal ou do conservadorismo, essa falta de informação favorece a ignorância, o preconceito e a negação do que é diferente de si mesmo.

Segundo Martins (2022, p.15) a LLC “adicionou "Pessoas trans" e "Transexualidade" como cabeçalhos de assunto em 2007. A criação de cabeçalhos novos e específicos para a comunidade LGBTI+ torna mais fácil a recuperação da informação que é pertinente para as suas necessidades”. Drabinski (2013) comenta que a localização dos materiais sobre sexualidade trans em determinada. classe pode favorecer um olhar psicossocial (como distúrbio psicológico) ou dar ênfase ao aspecto social dessa identidade. Para a autora, isso influencia também na percepção de outros usuários que se deparam com essas situações. Um exemplo trazido por Drabinski (2013, p.98, tradução nossa) é que “A Biblioteca do Congresso atribuiu à edição de 1967 de Christine Jorgensen: *A Personal Autobiography* o número de classe RC560.C4 J6. A reedição de 2000 da Cleis Press recebeu o número HQ77.8 J67. Em ambos os casos, o viés ideológico do classificador é revelado pela decisão de na classificação.” Ao entrar

no sistema LCC no ano de 2024 percebe-se que a classe geral RC no sistema é “medicina interna”, no entanto a notação citada pela autora, não consta na edição atual da LCC, foram retiradas. Mas, o número de classe que se aproximam da referida notação que a autora menciona é RC554-569.5 significa (Transtornos de personalidade. Problemas de comportamento incluindo problemas sexuais, abuso de drogas, suicídio, abuso infantil). existe uma lacuna dessa classe até a RC569.7-571 (Retardo mental. Deficiências de desenvolvimento), foram classes que foram removidas. Já na reedição de 2000 a classe HQ é usada para “A família. Mulheres. Casamento”, e a mesma situação do exemplo anterior acontece aqui, não encontramos a notação exata da classificação na LCC.

De fato, estamos frente a uma organização com viés homofóbico e preconceituoso, as críticas de Drabinski (2013) não param pôr aí, a autora ressalta que, na LCC os assuntos relacionados à homossexualidade, eram ordenados sob o título de “desvio sexual” até o ano de 1972, quando a instituição reclassificou o assunto em “vida sexual”.

Críticas sobre a organização do conhecimento relacionadas à religião também têm gerado alguns estudos críticos. No Brasil podemos destacar o professor e pesquisador Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda, que tem denunciado a marginalização das religiões africanas e afrodescendentes nos SOC.

No estudo de Miranda (2009) é possível observar o preconceito e marginalização das religiões africanas e afrodescendentes, quando o autor faz uma análise da classificação de uma amostra de 150 documentos que foram indexados com a utilização da CDD. Vale ressaltar que nesta amostra foram listadas 90 notações, das quais apenas 25 eram consideradas adequadas. Segundo o autor, esse estudo das notações utilizadas na indexação da amostra, “demonstrou que, embora 16 delas tenham coincidido, a maioria provocou a dispersão semântica dos documentos, em virtude da inadequação quando da atribuição das notações”. Neste mesmo estudo o autor apresenta um mapeamento das categorias temáticas e terminológicas apresentadas na CDD disponível na 22ª edição, no que tange a temática religiosidade, onde é possível verificar um apagamento e uma sub-representação das religiões africanas e afrodescendentes.

Essa estrutura que Miranda (2009) destaca é a classe 200 destinada a religião na CDD. Ao abrir o sistema, é possível verificar que da classe 210 à classe 280 é destinado a religião cristã, restando somente a classe 290 para outras religiões consideradas não cristãs. Quando verificamos a classe 290, é possível encontrar diversas religiões distribuídas nas subclasses 290 a 299, algumas conforme a localização geográfica. Mas, somente na subdivisão 299

denominada de “outras religiões”, ou conforme a CDD “religiões não previstas em outros lugares” que encontramos o termo africanos e afrodescendente, conforme a Figura 18.

Figura 18 - Divisões da classe 299 na CDD.

299	Outras Religiões
299.1-.4	Religiões de Origens Indo-Européias, Semíticas, Norte-africanas, Norte e Oeste-asiáticas, Dravidianas
299.5	Religiões de Origem Leste e Sudeste-Asiáticas
299.6	Religiões Originárias de Negros Africanos e Afrodescendentes
299.7	Religiões de Nativos da América do Norte
299.8	Religiões de Nativos da América do Sul
299.9	Religiões de Outras Origens

Fonte (Miranda, 2009)

Através do quadro a seguir, podemos observar que as religiões africanas e afrodescendentes estão dentro da subclasse 299.6.

Quadro 5 - Divisão da classe 299.6

299.6	Religiões originárias de negros africanos e afrodescendentes negros
299.61	Aspectos específicos
299.62	Mitologia e Fundação Mitológica
299.63	Doutrinas
299.64	Práticas e rituais, cerimônias
299.67	Religiões e movimentos específicos
299.672	Umbanda
299.673	Candomblé
299.674	Santeria
299.675	Voodoo
299.676	Movimento Rastafari

Fonte: CDD (2003) 22 edição

Diante disso, Miranda (2009) afirma que as classes decimais da CDD, não representa o etnoconhecimento, que segundo o autor são os “conhecimentos produzidos por povos

indígenas, afrodescendentes e comunidades locais de etnias específicas transmitidos de geração em geração, ordinariamente de maneira oral e desenvolvidos à margem do sistema social formal”. O autor complementa que a utilização do sistema prova uma dispersão semântica da informação em relação ao etnoconhecimento, no que tange a organização do conhecimento, a CDD é imprecisa.

Em estudo mais recente Miranda e Silva (2019) apresentam uma análise referente à representação do Islamismos na CDD 23ª edição da CDD em 2011, onde foi possível observar através do levantamento terminológico realizado pela Web Dewey, a predominância da religião cristã em relação às demais. Na ordenação lógica dos assuntos, são encontradas diferentes concepções de níveis hierárquicos relacionados ao Deus do cristianismo e ao Deus segundo o Islamismo. O mesmo acontece na disposição de textos de maior autoridade das religiões, diferentes níveis hierárquicos são apresentados, evidenciando maior visibilidade ao cristianismo. Os autores ressaltam a classificação da Bíblia, que ocupa a classe principal 220 e o Alcorão e o Hadith que ocupam a notação 297.122 demonstrando uma subclassificação relacionada a livros sagrados. Outro aspecto que os autores apontam, são as diferentes concepções que o sistema apresenta ao termo “Seita” (Sects), no cristianismo o termo é entendido como “Grupo religioso dissidente, que deixa de participar de uma religião por não concordar com suas normas e objetivo”, já no islamismo é entendido como divisões em setores de uma mesma religião. (Miranda, Silva, 2019, p.112).

Miranda e Silva (2019, p.113) fazem alguns apontamentos após o estudo sobre Islamismo, como:

Problemas com a hospitalidade de assuntos. A rigidez do sistema enumerativo e hierárquico impõe dificuldades na composição de notação de assuntos complexos. [...] A maior visibilidade da abrangência de assuntos relativos ao Cristianismo, evidenciada nas Classes Filosofia e Teoria da Religião; A Bíblia e Religiões específicas e Crístandades. Neste sentido, observa-se a histórica tendência a cosmovisão cristã, na Classe 200 Religião, que possui maior abrangência em comparação com outras religiões.

Problemas como, dispersão das notações referentes ao Islamismo também foram encontrados, ficou nítido o reducionismo implícito apresentado na disponibilização de classe referente a religião e as ambiguidades na representação dos termos no que se refere a legislação Islâmica. Os Autores identificam um problema subjacente relacionado às concepções intrínsecas à religiosidade, onde a linguagem empregada não captura os significados específicos de cada tradição religiosa em foco, para exemplificar eles apresentam o significado de Deus e deuses, divindades e entidades espirituais, que dependendo da religião ou cultura bordada, deveriam obter representações diferentes na sua estrutura hierárquica, além do que apresenta

um enviesamento à ideologia cristã, a representando uma visão de fora de uma comunidade com uma diversidade de questões/assuntos que interferem diretamente na construção de sua identidade (Miranda, Silva, 2019).

Com todas as críticas e exemplos apresentados até o momento, fica claro que os SOC são políticos e não possuem neutralidade, e que a seleção, a classificação e as descrições dos documentos são influenciadas por valores culturais e ideologias que refletem conceitos dominantes. Por isso as epistemologias feministas buscam demonstrar que as mulheres possuem perspectivas e valores e experiências únicas que foram excluídas dos conhecimentos dominantes. Teorias como a TCR e a *Queer* revelam a necessidade de reconhecer e desafiar a discriminação racial, o racismo e o preconceito que estão perpetuados na produção e organização do conhecimento, além de enfatizar a importância de incluir e valorizar as perspectivas e experiências de pessoas negras e diferentes culturas e gêneros. Mas será que essas teorias por si só, dão conta de frear essas sub-representação nos SOC? Como desconstruir essa organização e abrir espaço para os conhecimentos negligenciados? É com essas perguntas que iniciaremos o próximo capítulo onde será apresentada a teoria da desclassificação de Antônio Garcia Gutierrez, cuja orientação é desclassificar, ou seja, desconstruir para reclassificar novamente.

4 DESCLASSIFICAÇÃO DE GARCÍA GUTIÉRREZ

Os fundamentos teóricos da desclassificação foram criados pelo espanhol Antônio Luís García Gutiérrez, que se auto como “livre pensador”. García Gutiérrez foi professor por quarenta anos na Universidade Complutense de Madri. Seus posicionamentos teóricos podem ser vistos em diversas obras, dentre elas destacam-se livros e artigos, tais como: *Desclassificados: Pluralismo Lógico y Violencia de la Clasificación* (2007), *Outra Memória é Possível: Estratégias Descolonizadoras do Arquivo Mundial* (2008), *Desclassification in Knowledge Organization: a Post-epistemological essay* (2011), *En Pedazos: el Sentido de la Desclasificación* (2018), dentre outros.

Almeida, Farias e Matias (2020) destacam que durante o desenvolvimento profissional de García Gutiérrez, é possível observar duas linhas de pensamentos, a primeira foi desenvolvida em estudos publicados nas décadas de 1980 e 1990, voltados a linguística documental, e a segunda foi publicações a partir dos anos 2000, onde uma das características marcante do autor pode ser identificada como um estudioso antropológico-transcultural. Na segunda linha é possível perceber em suas produções um avanço no conhecimento e ao mesmo tempo nota-se um afastamento das ideias anteriores no que tange a representação da informação e do conhecimento.

Nessa segunda fase, Garcia Gutierrez apresenta seus posicionamentos de forma mais crítica, é possível observar fundamentos oriundos da antropologia e lógica paraconsistente. O autor busca debater a epistemologia¹ convencional, e apresenta uma nova abordagem que ele chama de Epistemografia Interativa (EI).

A EI está baseada na linguística documental, sendo que nos seus estudos da linguagem epistemográfica, Garcia Gutiérrez (1998) elaborou o Tesouro Histórico de Andaluz. Ele demonstra como pode ser realizada a amplificação dos sentidos e relacionamentos e outras categorias gramaticais que podem ser utilizados no SOC para além dos substantivos, tais como adjetivos, formas verbais (gerúndio, particípio), e outras regras semânticas.

García Gutiérrez, apresenta alguns conceitos que estão no cerne da EI como o transculturalismo, a transcultura, exomemória e a desclassificação (García Gutiérrez, 2006).

¹ Epistemologia é a disciplina que toma as ciências como objeto de investigação tentando reagrupar: a crítica dos conhecimentos científicos; a filosofia das ciências; a história das ciências[...]. A epistemologia serve para designar, seja uma teoria geral do conhecimento (de natureza filosófica) seja os estudos mais restritos concernentes à gênese e à estruturação das ciências. (Japiassú; Marcondes, 2011. p.88)

Mas convém apresentar brevemente alguns posicionamentos críticos do autor, antes de apresentarmos a desclassificação.

Para García Gutiérrez (2002, p.517) a história da OC “tem sido uma história baseada em processos de racionalização do conhecimento, esse método tem banido as demais formas reais e modais de cognição, levando assim à exclusão da atualidade de uma mente irracional”, fato que não pode ser apagado nas nossas representações naturais ou da tomada de decisões. Contrapondo-se a esses modelos, o autor apresenta uma nova perspectiva e alternativa do pensamento, com a intenção de mudar esse cenário. Dessa forma a “epistemografia é uma configuração transdisciplinar que tem como objeto a organização horizontal e interativa dos conhecimentos e por extensão da exomemória²”(García Gutiérrez, 2006, p. 104). Outro aspecto que o autor ressalta é que a epistemografia busca confrontar os fundamentos da epistemologia, pois enquanto a “epistemologia representa esse mundo ideal do conhecimento competitivo e bem-sucedido, a epistemografia se ocuparia do conhecimento despercebido” (García Gutiérrez, 2006, p. 105)

Santos (1989) critica fortemente esse conhecimento científico que é produzido de forma observável e concreta, baseado no positivismo, que não abre espaço para o senso comum. Abraçando os fundamentos do autor, a epistemografia interativa explora a sua posição sensível para investigar tanto os domínios privilegiados das disciplinas científicas quanto as vastas extensões das áreas menos reconhecidas do conhecimento, denominada por Garcia Gutierrez (2006) como “favelas do saber”. Isso é feito com um genuíno interesse nas realidades subjacentes e nas formas de conhecimento valiosas que persistem ao seu redor. Outro aspecto que o autor ressalta, é que a epistemografia tem suas raízes em disciplinas positivistas tais como a biblioteconomia ou a museologia, já que sua relação com artefatos classificatórios determinam o pensamento acidental da prática cotidiana.

Segundo Garcia Gutiérrez (2006, p.106) “a epistemografia propõe operações de organização horizontal do saber e da memória registrada, formando-se como a corporificação algológica (de “algos”: dolor) de um conhecimento e memória gerados com toda dignidade pelos despercebidos do planeta”, ou seja, tem a função de trazer à percepção os conhecimentos rejeitados localizados nas periferias do conhecimento. Diante disso, através de suas interações com o conhecimento, a epistemografia tem acolhido o pluralismo lógico, a contradição ou a má-fé argumentativa (García Gutiérrez, 2006).

² Para Garcia Gutiérrez (2006) exomemória engloba todas as inscrições humanas, seja em suporte físico ou digital, podendo ser conhecimentos ou lembranças.

Para García Gutiérrez (2007, p.28, tradução nossa) a “epistemografia promove ferramentas que visam o resgate e a reabilitação de todas as formas de cognição e seus resultados e práticas por meio de sistemas de auto-narração de indivíduos e comunidades”. Outro aspecto que vale ressaltar é que a epistemografia é guiada pelo conhecimento situado, teoria desenvolvida por Donna Haraway em 1988 e propõe começar de certos lugares para neutralizar um relativismo crescente que impede a responsabilidade pela investigação crítica.

A Epistemografia interativa (EI) como denomina García Gutiérrez (2006) surge como respostas à classificação hierárquica do conhecimento que ao passar do tempo submeteu povos e culturas a organizações opressivas, marginalizadas e até mesmo apagando conhecimentos por não considerar importante.

A classificação é considerada uma operação que envolve tanto aspectos epistemológicos quanto cognitivos, sendo intrinsecamente ligada ao nosso pensamento e expressando as totalidades e conexões que estabelecem com o universo, ao mesmo tempo que reflete as estruturas sociais e culturais (García Gutiérrez, 2011a). Dessa forma, ação de classificar é dirigida “não somente por um conjunto de regras organizacionais explícitas, mas também cognitivas, inconscientes e padrões comportamentais automáticos ligados à ideologia, cultura, identidade e memória que confinam pluralismo e interpretação” (García Gutiérrez 2011a, p. 6, tradução nossa). A nossa mente é munida de um arsenal de categorias fornecidas pelas culturas em que estamos inseridas, por isso somos capaz de entender e reconhecer todas as tipologias de objetos, podendo eles serem materiais ou símbolos, pois as diferentes culturas nos ensinam a organizar e entender o mundo ao nosso redor, dando nomes e significados para seres e objetos, no entanto essa organização pode sofrer influência pela cultura que a organiza, o autor exemplifica a situação das culturas ocidentais que tende a impor sua cultura como a mais importante achando que suas ideias são universais e aplicáveis a todas as culturas. Isso pode levar a um problema, pois as pessoas do ocidente podem não entender ou não se importar com as maneiras diferentes como as outras culturas veem as coisas, deixando assim um desinteresse e falta de compreensão pelas demais culturas e das minorias (García Gutierrez, 2011a).

A classificação do mundo é moldada pela lógica dominante, que nos instiga a construirmos nossas perspectivas e conseqüentemente, classificamos as coisas. É uma ação que possui interdependência. As críticas de García Gutiérrez (2007, p.10-11) são direcionadas para essa lógica, isso é possível perceber em alguns escritos, tais como: “a unidade lógica é por excelência inimiga do diverso/diversidade [...] a lógica é uma estrutura culturalmente

determinada [...] as lógicas são circunstâncias e estão determinadas pelas crenças, as lógicas são crenças”.

O modelo de classificação, fundamentada na cultura ocidental, pode ser observado nas tentativas que houve ao longo da história de organizar o conhecimento em uma única enciclopédia universal, onde os princípios teóricos utilizados se basearam na redução metonímica, redução dicotômica e redução analógica, elementos constituintes na prática da classificação e que foram construídas com base em apenas uma cultura (ocidente) (García Gutiérrez, 2011a).

A redução metonímica é uma prática epistemológica usada para associar uma parte de algo ao seu todo. Garcia Gutierrez (2011a, p7) ressalta que a essência fundamental dessa lógica é “a redução das reduções, uma redução a qual o único objetivo é reduzir, simplificar e fragmentar; uma redução esmagadoramente presente nos processos de compreensão, enunciação e classificação favorecidas pela forma dominante da racionalidade contemporânea”. É com base nessa prática que as culturas são formadas e mantidas por meios de categorias fixas, cheias de preconceitos e suposições, ou seja, esse modelo de redução ajuda a moldar e transmitir essa realidade, fornecendo perspectivas limitadas e distorcidas (García Gutiérrez, 2011a).

Segundo Garcia Gutierrez (2011a) o raciocínio metonímico gera duas ações cognitivas imediatas: a primeira é a fragmentação e divisão de todas as instâncias, para só então serem investigadas, dominadas e exploradas por partes. A segunda ação trata da aplicação de uma lógica arbitrária e irresponsável que “envolve a identificação da divisão com o todo do qual era apenas uma parte. Assim, classes e partes são consideradas em um processo não controlado como espécies e todos, e tal lógica começa a operar em práticas diárias como um fluxo epistemológico incontrolável” (Garcia Gutierrez, 2011a, p.7, tradução nossa). Santos (2005) argumenta que esse modelo de racionalidade impõe uma homogeneização entre o todo e as partes, de modo que as partes são consideradas incapazes de existir se estiverem fora da relação com o todo. A razão metonímica para o autor possui característica exaustiva, exclusiva e completa.

Em resumo García Gutiérrez (2014, tradução nossa) diz que,

a razão metonímica está enraizada, nas formas de demarcar a subcultura científica, buscando o essencialismo em fragmentos dispersos, construindo muros e fronteiras ao invés de eliminá-las, catalogando disciplinas e impossibilitando os diálogos entre elas, através de estratégias burocráticas, comerciais e de poder.

No segundo modelo chamado de redução dicotômica, Garcia Gutierrez (2011a, p.8) destaca duas propriedades: o deslizamento e a dicotomização. “O deslizamento se caracteriza

por envolver um tipo de movimento incontrolável que possibilita passar injustificadamente de uma instância a outra pelo fato de possuir representações homônimas, homógrafas e homofônicas”. A dicotomização proporciona um mundo construído por pares opostos. Assim, em um sistema de oposição como norte/sul, homem/mulher, rico/pobre etc. a primeira posição em um sistema dicotômico costuma ser valorizada na sociedade por questões sociais, econômicos ou culturais. Outro aspecto que o autor ressalta é que a natureza da dicotomização é baseada em duas propriedades: (1) binário, conforme exemplificado acima, é a percepção do mundo em pares conceituais. Tais como, bom ou mau, fiel ou infiel, mestre ou escravo. A segunda propriedade (2) é baseada na oposição, pois esses pares não são necessariamente harmoniosos ou amigáveis, são apresentados como expressão de tensão e conflitos, legitimando-o bom contra o mau, fiel contra infiel, homem contra mulher, norte contra sul. Oposições estipuladas através de estratégias burocráticas, comerciais, endógenas e de poder (García Gutiérrez, 2014). A terceira propriedade (3) é a subordinação, onde a sequência do par não seria imparcial, mas estabelecida de acordo com o princípio dominante: o bem acima do mal, o crente/fiel acima do infiel, o homem acima da mulher, o norte acima do sul. A quarta (4) e última propriedade da redução dicotômica é o princípio da generalização e exclusão negativa, onde em “algumas dicotomias, o elemento subordinado é retratado de forma negativa, como uma oposição à instância dominante que começa o par usando prefixos com in (infiel), des (desleal) a (anormal)”. O autor ressalta que geralmente, a instância que é negada representa um mundo mais amplo ou diverso do que o representado pela instância que negadora (García Gutiérrez, 2014).

García Gutiérrez (2014, tradução nossa) enfatiza que por trás das dicotomias,

há uma ordem lógica esmagadora [...] que é uma constante em qualquer cultura ou personalidade que reivindique a dominação. Mas em nossa cultura, a dicotomia é o raciocínio do átomo na matéria. E tal ordem impregnou a Moral: bom/ruim; Lei: inocente/culpado; a Política: um favor/contra; a Tecnologia digital: 1/0

Na redução analógica, García Gutiérrez (2011a) apresenta o exemplo da classificação do Ornitorrinco, um animal com várias características, podendo ser classificado como pássaro, mamífero, réptil e anfíbio, mas que após várias discussões entre os especialistas, foi classificado como mamífero. A posição “mamífero” ocupa é privilegiada na ordem animal, ocasionando assim uma desvalorização nas demais classes e características em que o animal também poderia ter sido classificado.

Após todas essas denúncias e descontentamento com o sistema vigente de classificação, García Gutiérrez (2007) questiona, como impulsionar a vontade de expandir e

mudar esse sistema lógico que operamos diariamente. Logo em sequência o autor apresenta uma série de respostas para essa questão.

Basta olhar em volta: discriminação, injustiça, desigualdade, destruição, exploração ultrajante de recursos, mentalidade de curto prazo, rendição, conformismo, falta de solidariedade, estado de bem-estar e mal-estar, crenças sem raízes, dissolução da ética, cinismo, egoísmo do egoísta, egoísmo do altruísta, impassividade, barbárie, barbárie do dogmático, do relativista, do covarde, as misérias, eles não param por aí (Garcia Gutierrez, 2007, p.36).

Neste sentido, García Gutiérrez (2007) destaca que é necessário mudar esse quadro e adotar uma nova perspectiva social, onde nenhuma cultura poderá prevalecer sobre a outra, da mesma forma as categorias ou características culturais. Não há uma grande Cultura e outras que são auxiliares, nem a grande Ciência e as pequenas, nem o discurso primário e os discursos secundários. Foi empenhado em combater esse modelo de classificação baseado na epistemologia classificatória dominante ocidental que Garcia Gutierrez propõe a desclassificação, conforme já mencionado anteriormente, pois para o autor os itens classificáveis devem ser percebidos por meio de pontos de vistas de diversas culturas, pensamentos ideológicos e políticos, evitando a exclusão de conhecimentos considerados marginais ou favelados. “Se a classificação revelar um único mundo e, portanto, ressalta o desconhecimento, a opção é desenvolver estratégias de desclassificação” (Garcia Gutierrez, 2007 p. 37). “Assim, é necessário construir novas categorias com a função de mudar esse sistema, [...]Categorias transculturais baseadas na paraconsistências, isto é imanente, promíscua, mestiça e produtos da coexistência” (Garcia Gutierrez; 2007 p. 41) Essas categorias devem evitar a rigidez, a restrição, a dogmatismo e serem caracterizadas por configurações abertas, flexíveis e diversificadas (García Gutiérrez, 2007)

A elaboração da epistemografia interativa possui aspectos teóricos voltados as ações de renovações e criticidade aos SOC, pois, ela busca romper com as lógicas de hierarquias dominantes que vem ao longo do tempo submetendo culturas e povos ao esquecimento, por não possuírem representações nos registros e memórias.

Diante desses impasses que as classificações ocasionam, García Gutiérrez (2011a) apresenta uma nova posição com enunciados pós-epistemológicos dirigida pela hermenêutica, que, segundo o autor, é a democracia do pensamento. “A epistemologia convencional exclui a hermenêutica, mas a hermenêutica integra a epistemologia bem como qualquer outra interpretação” (García Gutiérrez, 2011a, p. 9, tradução nossa). O autor sugere que sejam substituídos o espírito, a linguagem e os procedimentos da epistemologia da classificação, por uma hermenêutica da OC, chamada de Desclassificação, que seria:

Uma revisão que envolve tratar processos complexos de tradução, a suspensão de certas suposições ou a mera transformação formal de outros que se adaptam à liberalização de uma matriz cognitiva mais ampla e inclusiva. A partir daí, e em honra da própria hermenêutica, podem se originar adjetivações, nuances e opções (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2011a, p.9, tradução nossa).

A desclassificação em sentido restrito não tenta ignorar o processo de classificação, mas propõem que as estratégias autoritárias que privilegiam determinada cultura, conhecimento, sejam revistas de modo que nenhuma categoria se sobressaia sobre a outra, que essas categorias sejam ajustadas levando em consideração as questões éticas, culturais e políticas no momento de sua representação. Segundo García Gutiérrez (2011b) a desclassificação exige reconhecimento da subjetividade e seus vieses e ciência do necessário pluralismo lógico no núcleo da classificação, ela não tem como objetivo substituir a classificação. Esse pluralismo aceita a contradição e incompletude e não busca o essencialismo.

O pluralismo lógico nos SOC é uma maneira de pensar que aceita diferentes métodos e pontos de vista para entender e organizar o conhecimento. Isso significa que várias abordagens podem ser certas, dependendo do contexto. Em outras palavras, não há apenas uma única maneira correta de estruturar e organizar o conhecimento. Diante disso, García Gutiérrez (2007) ao criar a desclassificação como fundamento teórico, o autor destaca que a teoria teria que se ajustar a duas dimensões, a primeira seria que os mecanismos de organização deviriam estar pautado no pluralismo lógico, e a segunda e a criação de operadores lógicos semânticos e éticos-políticos “que garantam, na rede, a liberdade de modos divergentes de pensamentos e lógicas e promover um orientação da comunicação, em todos os sentidos, rumo à emancipação” (García Gutiérrez, 2007, p. 96, tradução nossa).

Diferente da lógica aristotélica, em que uma coisa sempre será essa coisa sendo, portanto, logicamente impossível que não o seja, a contradição é o que abre espaço para o pluralismo lógico. Assim, uma coisa sempre pode ser outra coisa é nesse contexto que é introduzida a desclassificação. Neste sentido, as relações conceituais hierárquicas estão abertas, podendo assim serem aplicadas alternativas, viabilizando que esses relacionamentos sejam submetidos a infinitas possibilidades de combinação.

Mas como alcançar o pluralismo lógico que Garcia Gutierrez sugere? Diante disso convém direcionarmos nosso olhar para um breve estudo da lógica. O matemático brasileiro Newton da Costa (1997) ressalta que o estudo da lógica pode ser compreendido como a análise dos métodos pelos quais algumas sentenças ou proposições podem ser inferidas a partir de outras. Sabe-se que sistematização da lógica como já foi mencionado acima, foi elaborado por Aristóteles, e um dos princípios da lógica do filósofo é o de “não-contradição”, ou seja, ele

afirma que é impossível que uma frase e sua negação sejam ambas verdadeiras. Assim, dentro da lógica clássica, não podemos ter uma afirmativa e sua negação ao mesmo tempo. Por exemplo, se dizemos “Sara ama gato” não podemos dizer ao mesmo tempo que “Sara não ama gatos”, pois o sistema não aceita contradições. No entanto, à medida que diversas áreas da ciência avançam e se tornam mais complexas, surgem conflitos ou incompatibilidades.

No entanto, podemos observar esse exemplo de contradição na área da Física, na dualidade de onda/partícula, onde um elétron (que é uma partícula) se comporta como uma onda em um experimento de dupla fenda, isso nos mostra que em certo aspecto ele é e não é partícula (Halliday, 2009). Dessa forma, Garcia Gutierrez (2007) acredita na contradição como recurso epistemológico, ou seja, que uma coisa pode ser duas coisas ao mesmo.

As ciências, crenças e memórias do passado são compreendidas e interpretadas através de categorias que respeitam o princípio da não-contradição, nas palavras do autor ele destaca que “toda essa atividade ontológica é elaborada em torno de conceitos unívocos protegidos por hierarquias de ferro, sujeitas a matrizes cognitivas e culturais ancestrais (ou embaladas em ancestralidade) localizados nos limites do próprio texto” (Garcia Gutierrez, 2007 p. 11, tradução nossa).

Para subsidiar seus fundamentos teóricos, Garcia Gutierrez (2007, 2008, 2011b) afirma que é necessária uma lógica que abrace as contradições, e para isso o autor se apoia nos estudos do matemático Newton Carneiro Affonso da Costa, precursor da lógica paraconsistente. Essa lógica admite que uma declaração é contraditória a partir de dentro. O objetivo da lógica paraconsistente não é substituir e negar a lógica clássica, mas visa preencher as lacunas em certos domínios e situações em que a lógica clássica provou ser inoperante (Costa, 2008).

Para García Gutiérrez (2011a) a noção de instanciação é, antes de tudo, infinitas possibilidades propositivas que não são, necessariamente, contradições, mas incertezas. Para o autor, uma instância pode ser considerada “é apenas”, mas ao mesmo tempo podemos reformular e dizer “é **também**”. Ao considerarmos que um objeto pode ser caracterizado como “também é” possuindo certa qualidade, percebemos como a desclassificação emerge para interromper as estruturas hierárquicas de relacionamento, eliminando assim a vantagem de qualquer perspectiva classificatória predefinida. O contexto cultural predominante que tende a classificar, é temporariamente suspenso, permitindo-nos reconhecer as diversas possibilidades de significado do mundo sem estar condicionado por determinações prévias (García Gutiérrez, 2011a). O autor cita como exemplo as funcionalidades das instâncias, levando considerações diversas situações tais como: a faca pode ser uma arma de um assassinato, mas também pode ser uma relíquia ou uma antiguidade representada em um museu como arma de luta em um

período histórico, mas por outro lado, a faca é também um tipo de talher; o cachorro poderia ser um latidor enfadonho ou uma companhia leal, mas é também um mamífero. “Estas instâncias ‘eles também são’, ou seja, o critério supra-ordenado estabelecido por costume, discurso ou cultura, se torna desonrado, degradado, por infinitos mundos pragmáticos prontos para tomar seu lugar” (García Gutiérrez, 2011a, p.12, tradução nossa).

Ao afirmar que qualquer instância “é também”, romperemos com a tradição imposta daquela perspectiva a partir do qual o conceito tem sido e considerado. Se quebramos as relações conceituais de supra-ordenamento, ou seja, esse sistema hierárquico excludente que não abre brecha para a contradição, estamos inserindo o pluralismo desclassificante ao próprio cerne da formação conceitual (García Gutiérrez, 2011a). Para o autor

Nós também podemos afirmar várias proposições opostas e, no entanto, ainda assim estaríamos dizendo algo. Estaríamos sempre dizendo algo e, se calcularmos a contradição, nós certamente estaríamos dizendo algo tremendamente diferente e criativo. A desclassificação seria um modo de garantir oportunidades iguais para a diversidade do conhecimento, lógicas e conversações em uma outra-digitalidade (García Gutiérrez, 2011, p. 12, tradução nossa)

O processo de desclassificação implica em questionar uma estrutura de organização predominante, que se apoia em sistemas hierárquicos rígidos e imutáveis, e posteriormente proceder com uma reclassificação utilizando critérios diferentes dessas estruturas estabelecidas. Para García Gutiérrez (2007), a desclassificação tem por consequência o limite da classificação. A diferença reside na atenuação da contradição absoluta e na abertura da desclassificação. A desclassificação é uma operação com categorias abertas amparadas no pluralismo lógico, na cultura, nos aspectos social e cognitivo. A classificação tem como base a divisão, a separação, ao contrário disso, a desclassificação tem a função de agregar, reunir, juntar.

Com a contradição estaríamos garantindo o pluralismo lógico e a transculturalidade. No decorrer do tempo, a autocontradição tem sido reiteradamente evitada no interior dos contextos discursivos como forma de dominação e tentativa de afirmação de verdades únicas. Assumir a dúvida, implica em admitir o possível equívoco ou revisão de culturas e matrizes cognitivas, ou ainda, da realista existência de outras perspectivas mais ou menos condizentes com a visão que se defende. Sobre a omissão da contradição nas culturas, Garcia Gutierrez (2007, p.13-14, tradução nossa) diz que:

A omissão de contradição no cerne das estruturas ideológicas e míticas tem sido uma área sutil na qual colonizadores, evangelizadores e expansionistas, talvez suficientemente conscientes, ou simplesmente assustados, pelas forças obscuras que subjagam suas mentes submissa e oprimida, têm trabalhado eficazmente. [...] E mais: não é possível ordenar sem violência, sem a cooperação da desordem. Portanto, não

seria possível classificar o mundo de forma eficiente e afetuosa sem desencadear as forças da desclassificação.

Trata-se da noção de que ordem implica “ordem única”, possibilidade singular de ordenação. A desordem, por outro lado, implica em vários princípios possíveis de ordenamento. A desordem, nesse sentido, é a reunião de ordenações distintas (García Gutiérrez, 2020). O autor trata a desclassificação como uma ferramenta da epistemografia. Devemos aprender a desclassificar o mundo e a usar a contradição como um instrumento eficaz para a explicação do mundo (Garcia Gutierrez, 2007; 2014).

Garcia Gutierrez adotou uma postura de aliança com a contradição, assim, quando um raciocínio convencional chega ao seu limite, deve-se direcionar para a lógica da contradição como uma ferramenta heurística e epistemológica de primeira ordem (Garcia Gutierrez, 2007). Pois segundo o autor “ao introduzirmos em seus fluxos contrários, e muito mais poderosos que os dominantes, surgem ideias e soluções, nunca definidas, mas capazes de convulsionar os paradigmas mais consistentes. Pois na semente da inconsistência está a chave de boa parte do avanço do conhecimento” (Garcia Gutierrez, 2007, p.7, tradução nossa).

Aprofundando um pouco mais sobre os aspectos da contradição, Garcia Gutierrez (2007) ressalta que uma contradição nunca é completamente absoluta, uma vez que as posições que a originam, ao sustentarem princípios ou significados opostos, não o fazem de maneira absoluta. Portanto, a verdade ou a falsidade sempre dependem de uma perspectiva ou de um interesse específico. Além disso, um conceito não invocaria automaticamente seu oposto fora de um contexto ou visão de mundo específicos; a polaridade, seja ela positiva ou negativa, é estabelecida com base em uma tipologia na qual adquire significado. Dessa forma um conceito não pode ser universalmente atribuído a uma única hierarquia, pois poderá favorecer alguns relacionamentos ou outros dependendo da tipologia ou perspectiva. O mesmo acontece com a oposição e a posição que deve ser definida situacionalmente.

Dessa forma, não é possível declarar que o branco seja estritamente o oposto do negro, ou que guerra seja o contrário da paz, ou ainda que vida oposto da morte. Essa determinação varia de acordo com a tipologia, o campo semântico ou a amplitude semântico-pragmática do conceito, tornando essa afirmação uma utopia. A tarefa de restringir e delimitar o significado é desafiadora, pois os opostos podem ser muito mais abrangentes ou restritos, dependendo das diferentes perspectivas e contextos. Em outras visões e situações, o branco pode ser contrastado com a impureza, a paz com o ruído e a vida com o inorgânico. A metáfora, juntamente com vários outros recursos, desempenha um papel nesses cenários como um elemento que introduz entropia na linguagem, impedindo a estabilidade total do sistema (Garcia Gutierrez, 2007).

Nesse contexto, o conjunto de conceitos não é estático, mas sim flexível e moldado pelas circunstâncias reais. Uma afirmação é feita em um contexto específico, mas poderia ser aplicada em várias outras situações. Expressamos uma ideia em um determinado âmbito, mas todas as demais não estão, obrigatoriamente, excluídas (Garcia Gutierrez, 2007).

Nas situações de contraposição, entretanto, não se estaria sempre lidando exclusivamente com uma afirmação ou enunciado que se nega/anula internamente, mas sim com múltiplas declarações originadas de perspectivas de mundo distintas e inconciliáveis, essas expressões refletem opiniões antagônicas sobre o mesmo tópico. Com isso estaríamos diante de uma dissidência natural e inevitável que surge da diversidade cultural. A teoria intercultural e a teoria das contradições podem se ajudar mutuamente. A teoria intercultural pode ajudar a entender as diferenças culturais, e a teoria das contradições pode ajudar a resolver problemas de comunicação entre culturas. Juntas, elas precisam trabalhar para criar maneiras de ver o mundo como um lugar cheio de diferenças e contradições. Em vez de ver o mundo como um conjunto de regras fixas, essas teorias ajudam a entender que a diversidade e a complexidade são importantes para a compreensão do mundo (Garcia Gutierrez, 2007).

Um modelo de contradição apresentado por Garcia Gutierrez (2007) são os oximoros, que realizam combinações de palavras que possuem sentidos opostos que parecem excluir, mas em certos contextos reforçam a expressão de paradoxismo, por exemplo: obscura claridade, música silenciosa. Segundo o autor certos oximoros permitem “operações hiperbáticas, onde a intercambialidade de seus componentes atua em muitas ocasiões como instrumento complementar para a iluminação de outros mundos. Seria o caso da – luta pacífica”, sua reversão nos levaria a uma – paz bélica” (Garcia Gutierrez, 2007 p.73-74).

Para exemplificar uma aplicação de oximoro, Garcia Gutierrez (2007) destaca a dicotomia de centro/periferia, que para o autor não existem centros e periferias ontologicamente puras, sendo assim torna-se necessário uma aplicação de conceitos abertos e híbridos e uma forma de romper essa dicotomia e aplicação dos oxímoros, resultando em “centros periféricos”, o autor ressalta que por meio do hiperbatonismo obtêm-se um inversão do mesmo oxímoro, resultado assim em um cenário mestiço e real e assim apresenta “as periferias centrais”, que segundo o autor “são grupos de barracos, favelas e milhares de mendigos, imigrantes marginalizados e não integrados que vivem no coração de metrópoles desenvolvidas” (Garcia Gutierrez, 2007p.74). Diante disso, o autor ressalta que o catálogo de oxímoro abrange uma vastidão equiparável à combinação progressiva possibilitada pela complexidade da língua, sendo assim qualquer dicotomia ou pensamento binário é suscetível de ser desmontado ou

modificado por um oxímoro, tudo vai depender de como olhamos para ele (Garcia Gutierrez, 2007).

Nas palavras de Garcia Gutierrez (2007 p,75) “o oxímoro é um voo para frente, um operador heurístico de primeira magnitude de acordo com nossa hipótese geral sobre o possível uso da contradição como ferramenta epistemológica, como um dispositivo desclassificador”. A sua potência provém exatamente do desafio de converter dois supostos inimigos de longa data em colaboradores, amantes temporários e promíscuos, nada permanentes, mas dispostos a conceber visões de mundo inusitadas. A emergência de um significado inovador não repousará na negação de seus elementos nem comprometerá a autonomia de seus significados constituintes. O oxímoro, de um jeito simples, cria um novo sentido que funciona como um "terceiro espaço". Esse espaço é especial porque destaca tanto as características individuais de cada palavra combinada quanto o novo significado que surge dessa combinação. Em outras palavras, o valor do oxímoro está em sua capacidade de mostrar as qualidades de cada elemento e também o resultado interessante e novo da junção deles (Garcia Gutierrez, 2007).

O oxímoro, assim, apresenta-se como um antídoto à lógica demarcacionista que fundamenta o pensamento ocidental como um todo. Pode abrir portas para conversas mais abertas entre diferentes culturas e criar áreas comuns de entendimento, que são fundamentais para a compreensão mútua. Além disso, ao brincar com a linguagem de maneiras criativas, o oxímoro ajuda a explorar e entender melhor a própria linguagem (Garcia Gutierrez, 2007).

Além da lógica paraconsistentes, das contradições e do pluralismo lógico, Garcia Gutierrez apresenta algumas abordagens voltadas para o estudo culturais. Para o autor, a cultura se forma quando as coisas mudam. Não podemos separar a cultura das pessoas ou da sociedade. Ela acontece na fronteira entre o que é público (compartilhado) e privado (individual). O objetivo da cultura é fortalecer as identidades únicas que as pessoas constroem quando interagem umas com as outras (Garcia Gutierrez, 2008). A fronteira é entendida como um espaço de convergência, de solidariedade entre sistemas, de exercícios dialógicos, elas realçam as identidades que se formam a partir das diferenças que constituem a diversidade cultural e, por isso, são delimitadas nas fronteiras.

Diante disso, a cultura é entendida pelo autor como um sistema aberto e possui a característica dialógica. Outro aspecto que ele deixa claro é que a cultura deve apresentar-se sem a presença de favoritismo. Para uma análise melhor sobre a cultura, o autor apresenta a noção de transculturalismo em oposição ao multiculturalismo (García Gutiérrez, 2002).

Garcia Gutierrez (2002) enfatiza que o transculturalismo propõe uma abordagem crítica e abrangente em relação aos fenômenos culturais, levando em consideração a forma

como o conhecimento é construído dentro dos diferentes contextos culturais. Nas palavras do autor, o transculturalismo é “um olhar transversal que deve ser colocado no coração do contraditório e complexo da demarcação metacognitiva, isto é, na classificação do conhecimento e memória humana” (García Gutiérrez, 2002, p. 520, tradução nossa). Já o conceito de multiculturalismo, é indicado pelo autor “como um *slogan* perigoso e não suficientemente crítico para abordar direitos da diversidade e da singularidade mesmo dentro de uma dada (mas não real) sociedade monocultural” (Garcia Gutierrez, 2002, p.516). Assim, a ideia de multiculturalismo representa a interação entre diversos grupos étnicos e culturas, de forma que pessoas convivem, mas cada grupo cultural não interage por completo, ou seja, não estabelecem relações diretas entre si (Farias, 2019).

Em linhas gerais, o multiculturalismo está relacionado com evidenciar questões de diferenças culturais de modo a caracterizar a cultura A, B e C, em contrapartida, o transculturalismo apresenta uma ideia de fusão cultural, isto é, a considera o diálogo de várias culturas distintas de forma a agregar conhecimentos entre elas (Farias, 2019).

No entanto, o conceito de transcultura se refere à forma como as culturas atuais convivem e se misturam, evitando que se desfaçam. Isso gera tensões e perguntas sobre como as influências culturais dos outros nos afetam, como nos adaptamos a uma cultura mista e como absorvemos conhecimentos variados (Farias, 2019).

Assim, o transculturalismo examina a interação entre diferentes culturas e sua evolução na era contemporânea, com foco na transcultura. Segundo Garcia Gutierrez (2008, p.83) a “transcultura não reconhece campos separados, estáticos nem estanques, mas enfoques abertos, dinâmicos e comunicantes, traços culturais polissêmicos, interativos e em constante mutação evolutiva”.

A perspectiva do transculturalismo está no centro da abordagem defendida por Garcia Gutierrez (2002) denominada de ética transcultural, uma ética que busca fornecer uma análise da transculturalidade entre diversas culturas, ou seja, entender a cultura como um sistema aberto, dialógico e dinâmico. A ética transcultural da mediação apresentada pelo autor, busca que os profissionais priorizem a diversidade cultural, tendo em mente os aspectos da epistemografia interativa, de modo que os organizadores, mediadores do conhecimento precisam trabalhar juntos para construir uma ética transcultural, com o objetivo de organizar o conhecimento, utilizando categorias transculturalmente aceitáveis (Garcia Gutierrez, 2002).

Tal concepção não vê apenas cada elemento como produto de um processo de interação anterior, mas a própria interação; A superação da disjunção deve ser superada por medidas de consenso que levem à aproximação de extremos distantes e opostos.

Garcia Gutierrez (2011b) apresenta dois operadores desclassificantes que podem ser aplicados no campo da OC, com objetivo de romper com os esquemas unilaterais e homogeneizantes de dependência. Esses operadores são apresentados pelo autor como ferramentas lógico-semânticas, que servem para estabelecer relacionamentos conceituais, que substituiriam ou eliminaram as funções hierárquicas convencionais consideradas redutivas.

Os operadores desclassificatórios são, segundo García Gutiérrez (2011a, p.12 tradução nossa) “fontes de intervenção e facilitação cujo objetivo é garantir a descolonização do pensamento e o fluxo igual de sistemas de informação [...]”. Em última instância, seria uma forma de garantir democracia e ética, deixando evidente quais são os acordos interculturais e quais posições contrariam acordos como o de direitos humanos (García Gutierrez, 2008, 2011a, 2014b).

Os operadores desclassificatórios estabelecidos por García Gutiérrez (2008, 2011a, 2014b) são: operador complexo λ (lambda, em homenagem à teoria complexa de Edgar Morin), e operador transcultural V. O primeiro visa garantir todas as interpretações ideológicas, todas as posições e oposições e oportunidades iguais para os conceitos, inclusive daqueles considerados injustos (García Gutiérrez, 2008). Já o operador transcultural (V) é um operador anti-relativista e crítico, “ou seja, toma partido nas injustiças e desigualdades que circulam na memória, intervém nos conflitos de interesses entre as posições locais e os acordos transculturais e internacionais, pratica a ingerência e aplica os princípios consensuais” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2008 p. 133).

Ambos os operados não se opõem, mas se completam e intersectam. O operador transcultural situa contextualmente as possibilidades levantadas pelo operador complexo, evitando o total relativismo, já que, de certa forma, a desclassificação é justamente sobre expor e pensar criticamente as referências e não sobre invisibilizá-las. De acordo com Garcia Gutierrez (2008) os dois operadores são ricamente éticos e democráticos, visto que o operador complexo (λ) está sustentado na explicação de todas as posições e realidades possíveis, sem excluir nenhuma posição, garantindo igualdade na representação de todas as posições de um determinado assunto. Quanto ao operador transcultural (V), este é essencialmente regulador e executivo, sendo assim, ele busca equilibrar prováveis tratamentos injustos, mesmo respeitando a presença de tais registros em virtude da liberdade. Nas palavras do autor, “o operador transcultural é tão democrático quanto o complexo, uma vez que sua aplicação só ficaria autorizada pela decisão democrática (síntese transcultural) referendada pela maioria das posições” (Garcia Gutierrez, 2008, p. 134).

4.1 OPERADOR COMPLEXO

Garcia Gutierrez (2008, 2014b) afirma que a função mais notória do operador complexo (λ) é identificar confrontos, contradições, divergências, oposições, dicotômicas e antônimos, visando abranger todas as possíveis interpretações de uma questão que não foram compartilhadas, de forma que essas questões possam ser representadas para ser reconhecidas e acessadas seja de forma online por qualquer membro de um grupo, cultura, ou ideologia ou outros contextos que envolvem subjetividades. Em resumo, esse operador é democrático e a tarefa consiste em representar todas as perspectivas sobre um tema sem deixar nenhuma de fora, tratando cada uma como uma forma legítima de compreensão. Isso significa dar a todas as opiniões uma oportunidade igual de serem consideradas e representadas nos documentos, garantindo assim uma representação equitativa de todas as posições.

É com base no sociólogo e filósofo contemporâneo Edgar Morin que Garcia Gutierrez fundamenta o operador complexo (λ). O pensamento complexo proposto por Morin (1996) se fundamenta em uma visão holística que busca reconhecer a interconexão e interdependência de todos os elementos de um sistema. Ou seja, ele nos instiga a entender como cada peça se relaciona com a outras, é como se a realidade fosse um grande sistema interligado, onde tudo influencia tudo. Assim, o autor nos convida a pensar de forma mais aberta considerando as diferentes partes e pontos de vistas para entender melhor e abraçar a complexidade que está à nossa volta. Garcia Gutierrez (2008 p. 136) explica que a,

teoria da complexidade dá seus primeiros frutos nesta área de gestão da memória social que busca respeito e a presença das ideias alheias, não num contexto de relativismo, indiferença ou permissividade absolutos por partes das outras comunidades, mas de plena consciência de que todas as culturas e ideologias tem direito de preservar sua memória e emitir opiniões a respeito das demais sobre uma base ética e transcultural.

Operador (λ), é baseado em um sistema aberto que inclui todas as visões que existem e possam vir a existir, para isso a tecnologia auxilia na aplicação da epistemografia, assim, as posições opostas em um mesmo sistema não possuem a visão de contradição, mais sim uma complementação sobre diferentes visões sobre o mesmo assunto. Esse operador representa o multiculturalismo, mas sua disposição está voltada para a complexidade pois, ele representa pluralismo cultural. Assim uma ideia libertadora da exomemória não deve ser apresentada apenas em termos técnicos complicados, mas principalmente considerando como se relaciona com a busca por um crescimento conjunto da inteligência e da memória social que todos desejam (García Gutiérrez, 2008).

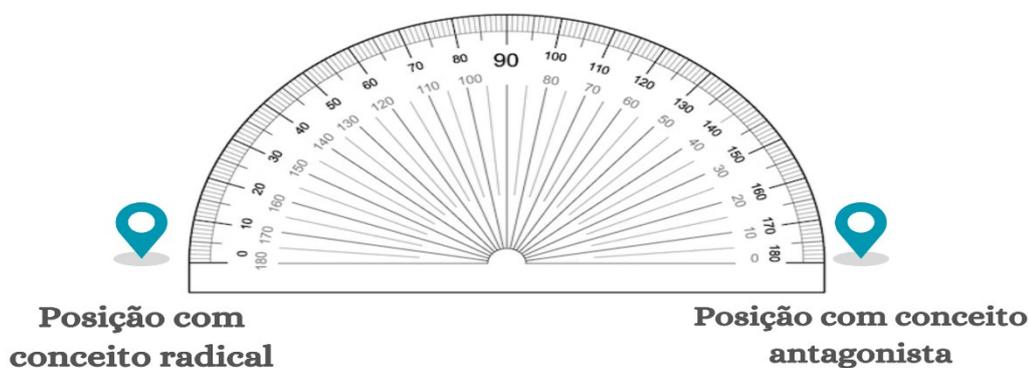
O operador (λ), manifesta-se com a idealização de trazer todas as modalidades de pensamentos, sem demonstrar privilégios ou subestimar alguma delas, a fim de neutralizar os efeitos da imposição de uma hierarquia moral. Seu agir acontece como um operador de relações (García Gutiérrez, 2008). O autor explica que teorias com abrangência transcultural e aberta devem reconhecer as individualidades e as múltiplas interpretações dos leitores. Em pesquisas dentro de sistemas bem definidos, os significados específicos são finitos, ao contrário da comunicação convencional, onde as possibilidades são ilimitadas. De fato, os significados se agrupam após um certo nível de terminologia, mas as combinações de termos geram um número de significados consideravelmente maior do que o conjunto de termos em si, incluindo as permutações e variações entre eles. Nesse contexto, a função do operador (λ) não é quantificar os sentidos na transferência de registro da exomemória, mas sim identificá-los e integrá-los.

Sobre os sistemas de organização criados e formulados por mediadores, Garcia Gutierrez (2011b) ressalta que é necessário que esses sujeitos se dediquem aos detalhes que costumam ser negligenciados por aqueles que buscam entender ou formular proposições amplas e acaba deixando os detalhes de lado. Para o autor essa abordagem detalhista ajuda a evitar a imposição de um consenso que pode não considerar todas as nuances importantes. Dito isso, o autor indica que algumas ressalvas devem ser levadas em conta por esses mediadores e durante a execução das tarefas de gerenciamento dos sistemas, tais como: preservação dos significados expressos na linguagem formal evitando distorções que os conceitos da linguagem formal impõem sobre a própria linguagem; as ideias em constante transformação, presentes nas demandas, não se submeterão às rígidas limitações das linguagens formais convencionais; os conceitos deveram ser extraídos dos textos, juntamente com os seus significados, de forma que a diversidade será aplicada e a linguagem se adaptara respeitando as perspectivas do usuário, e por último a visão mais recente não será privilegiada em relação as outras correntes de pensamento, sejam históricas ou ultrapassadas (García Gutiérrez, 2011b).

Garcia Gutierrez (2008) faz uma comparação metafórica do operador (λ) a um Leque, pois segundo o autor o operador (λ) é um transferidor de sentidos em uma angulação de 180° , onde será apresentada um conceito radical em um dos vértices e na outra extremidade do transferidor será apresentado os sentidos antagonistas, sem envolver preconceitos e favorecimento. Assim “os dois vértices determinam os extremos de um leque (simbolizado pela λ), aberto a um ângulo de 180° cujas hastes, múltiplas, variedades e analíticas, representam os distintos sentindo, a imensa gama de tons de cinza entre o branco e preto” (García Gutiérrez, 2008 p.140). O autor também afirma que a disposição das hastes e dos extremos não está ligada à cultura ou ideologia, já que essas posições não afetam a maneira como recuperamos um

sentido de forma simples ou eficaz, elas servem apenas para fins da organização interna. Na figura 19, é possível observar a metáfora utilizada por García Gutierrez.

Figura 19 - Leque semântico dos conceitos do operador complexo.



Fonte: Elaborado pela autora com base em García Gutiérrez (2008)

A metáfora do leque arrecada todas as visões, sem limitar a diversidade conceitual sujeita a diferentes temporalidades. Garcia Gutierrez (2008, p.141) complementa dizendo que:

O operador abre ângulos ao fluxo do tempo, à multiplicidades de galerias de “distintos tempos presentes”. Portanto os sentido que ele incorpora não são limitados por um cronotopo específico e qualquer projeção sobre um assunto, arraigada em momentos do decurso histórico ou da geoterritorialidade, é instância constituinte e relevante

Garcia Gutierrez (2008) apresenta um exemplo de uma situação em que o operador (λ) poderia ser utilizado, apresenta o exemplo dos casos dos véus e das burcas utilizadas por mulheres Islâmicas, com o objetivo de fazer a ligação dos objetos como elementos simbólicos relacionado a uma nova visão democrática e ética. A utilização dos objetos representa múltiplas visões: imposição política, costumes e práticas culturais, símbolo de submissão feminina. Com aplicação do operador (λ) a “burca abrangerá uma diversidade de associações de sentido: respeito, decoro, costume, religiosidade, submissão a Alá, submissão ao marido, violação de direitos das mulheres e até libertação da mulher e do espírito” (Garcia Gutierrez, 2008 p.147). A burca, quando utilizada por escolha, pode ser um escudo contra o julgamento e a objetificação da mulher. Obrigá-la a tirar a burca seria expô-la à vulnerabilidade e à crítica, violando sua privacidade e o direito de se apresentar ao mundo da forma que ela desejar. Diante disso, quando uma mulher faz uso desses objetos de forma voluntária, não é representada através de uma ofensa, no entanto no ocidente essa prática é associada à opressão e à negação dos direitos da mulher (García Gutiérrez, 2008).

Outros termos que também possuem diversos posicionamentos, são o aborto e ablação. O tema do aborto, abrange uma ampla gama de conceitos, como: infanticídio, políticas de controle de natalidade, emancipação das mulheres, crime e práticas de rituais (Garcia Gutierrez, 2008). O termo ablação tem como significado “castração, costume étnico, tortura da mulher, direito e tradição cultural ou o de eutanásia, lavagem cerebral mediante práticas atemorizantes ou pacto venda matrimonial feito pelos pais envolvendo filhos inocentes e assustados” (Garcia Gutierrez, 2008 p.152). O autor ressalta que,

uma coisa é o debate e a condenação pública e privada que temos direito e dever de fazer sobre todas as difíceis questões mencionadas, segundo caso e em uma direção ou na oposta, e outra muito diferente é cercar a liberdade de existência de todos os sentidos possíveis na exomemória humana (García Gutiérrez 2008, p.152).

Na figura 20, é possível observar uma síntese do operador complexo com alguns exemplos que o Garcia Gutierrez (2008) apresenta.

Figura 20 - Leque semântico com os conceitos radicais e antagonistas



Fonte: Elaborada pela autora com base em García Gutiérrez e Martínez-Ávila, (2014c)

O operador complexo (λ) apresenta uma visão plural e necessária dos significados, reconhecendo a presença de interpretações e práticas equivocadas. No entanto, a força motriz impulsiva do fundamento teórico proposto, reside na construção de uma ética transcultural. Essa ética se materializa no operador transcultural, que busca não apenas ser eficaz entre

aqueles que lidam com a memória, mas também influenciar os padrões culturais do futuro (Garcia Gutierrez, 2008).

Diante do Apresentado até o momento, percebemos que o operador complexo desclassificante proposto por Garcia Gutierrez, tem como base os pilares a seguir: reconhecimento da complexidade; análise crítica; mediação; revelação das contradições e ênfase na subjetividade.

O reconhecimento da complexidade é o pilar que busca aceitar a multiplicidade de saberes e perspectivas como um ponto de partida, abandonando a busca por verdade únicas e absolutas. Com a análise crítica é possível examinar a informação de forma profunda e reflexiva questionando pressuposto e desvendando as relações de poder presente nos discursos. A mediação dialógica visa facilitar o diálogo entre diferentes saberes e perspectivas, construindo pontes entre visões e promovendo a representação de vários conhecimentos. E através da revelação das contradições que buscamos expor as contradições e ambiguidades presentes na informação/memória, abrindo espaço para o debate e a construção de novos conhecimentos. E por último a subjetividade na construção do conhecimento busca reconhecer e valor todas as experiências e vivencias culturais, individuais.

4.2 OPERADOR TRANSCULTURAL

Diferente do operador (λ) que possui a característica mais notável de buscar a convivência dos antônimos e recorre todos os sentidos possíveis, inclusive contrário, o operador transcultural (V) “é produto sintético de um diálogo democrático permanentemente aberto entre representante de diversas posições (políticas, culturais, discursivas etc.) que negociam a homologação e integração de determinadas questões que as afetam” (Garcia Gutierrez, 2008, p.134)

O símbolo (V) representa o operador transcultural, ele é uma síntese gerada através de um diálogo contínuo e democrático entre diversas representações, que englobam uma variedade de posições políticas, culturais e discursivas. Esse processo tem como objetivo a negociação e integração de questões que afetam as premissas dos argumentos apresentados, buscando assim a homologação dessas perspectivas divergentes que as afetam. Através do diálogo democrático e aberto entre diversos pontos de vista (políticos, culturais, discursivos, etc.), o operador transcultural busca um consenso sobre temas específicos. Esse consenso se materializa em uma categoria abrangente, denominada transcategoria que ao ser aprovada, se transforma em uma norma ética transcultural. Essa norma, por sua vez, pode influenciar registros locais que a

violem, não através da supressão ou censura de conteúdo, mas sim através da conscientização dos participantes sobre a violação (Garcia Gutierrez, 2008, 2011)

Vale salientar que a escolha da utilização do símbolo “(V) simboliza a obtenção de um acordo ou integração a partir de multiplicidade de posições em favor de uma posição síntese” (Garcia Gutierrez, 2008, p.154). A visão de mundo positivista dogmática, impregnada em valores como exclusão, competição, exploração e força bruta, moldou a sociedade com mentalidades e costumes que dificultam um diálogo pacífico e livre de imposições. Ao se contrapor a essa metodologia, devemos abolir as práticas enraizadas na lógica mercantilista, priorizando a adoção de princípios técnicos e epistemológicos fundamentados em uma ética crítica da memória. Esses princípios, expressos em enunciados deônticos, devem ser a base para debates transcategorias (García Gutiérrez, 2008).

Esses princípios que Garcia Gutierrez (2008) sugere se baseia em ações como: evitar favorecer certos tipos de discursos, processos de pensamento ou aspectos culturais em detrimento de outros, com o objetivo de assegurar uma representação equitativa; Visa assegurar que todas as culturas e áreas do conhecimento devem ser valorizadas e promovidas igualmente para promover a diversidade e a interação; Considerar todos os usuários como significativos, independentemente de sua posição social, e concentrar-se na gestão autônoma da memória para atender às necessidades de todos; Buscar identificar e aproveitar as conexões dentro e entre sistemas para promover uma compreensão mais abrangente e inclusiva do conhecimento; Almeja assumir um compromisso social com a organização e disseminação do conhecimento, garantindo que esteja intrinsecamente ligado à dignidade humana; Dar prioridade à complementaridade entre categorias transculturais e locais, ajustando-as conforme necessário em termos semânticos ou morais, sob uma mediação apropriada (Garcia Gutiérrez, 2008).

Após explicar esses enunciados que devem ser debatidos, Garcia Gutierrez (2008) deixa claro que o mediador não precisará utilizar o operador transcultural quando os assuntos ou as práticas registradas na memória não corresponderem a um ou mais dos seguintes casos: violação dos direitos humanos, afetação da saúde física e psicológica ou se se forem impostos por pessoas menores de idades.

O operador (V) funciona como uma ponte entre diferentes culturas e perspectivas, permitindo a construção de um conhecimento mais rico e inclusivo. Através da negociação e do consenso, ele facilita a comunicação e a colaboração entre grupos diversos. O operador (V) é caracterizado como um operador que transfere categorias de representação baseadas na síntese, que emerge dos produtos integrados resultantes da negociação entre várias perspectivas e culturas, ou entre diferentes comunidades em relação a um assunto de interesse

compartilhado. Portanto, esse operador é considerado transcultural e se baseia no consenso, o consenso não é simplesmente uma concordância passiva, mas sim um processo ativo de moderação de controvérsias e busca construtiva de denominadores comuns. Através da discussão e do debate, os diferentes pontos de vista são confrontados e, gradativamente, convergem para um entendimento comum (García Gutiérrez, 2008).

Sabemos que em situações com diversas opiniões, a discussão se torna fundamental para a construção do consenso, durante essas discussões os participantes podem compartilhar suas perspectivas e ao mesmo tempo compreender diferentes pontos de vista e encontrar pontos em comum e partir disso construir arcabouço para acordo. É através do consenso que podemos encontrar soluções mais abrangentes, reduzir conflitos e ao mesmo tempo fortalecer a democracia. Diante disso, García Gutierrez (2008, p.156) ressalta que a “transculturalidade não é completa porque só a concebemos como processo livre, espontâneo e até irracional tramado no choque fraternal de culturas. Por isso uso a prefere a vertente "política" e parcial do transcultural para elaborar teoricamente este operador”

Os acordos qualitativa e quantitativamente representativos por meio de seus porta-vozes podem legitimar uma categoria sintética. Garcia Gutierrez (2008, p.156) ressalta que “naturalmente é possível construir categorias transculturais mediante a aproximações setoriais iniciais e mesmo bilaterais de posições, desde que os resultados fiquem abertos, onde podem surgir novas propostas e uniões vinculantes para todos os registros.” Na figura 21 podemos observar uma síntese desse operador.

Figura 21 - Operador Transcultural



Fonte: Elaborado pela autora com base em Martínez - Avila e Garcia Gutiérrez (2014c)

O operador (V) não tem a função de substituir o operador (λ) ou qualquer outro tipo de operador, mas sim de acompanhar como categorias de avaliação quando necessário. Assim, essa condição que influencia a inclusão ou exclusão no registro com base em uma posição específica é validada pelo acordo que, sendo de natureza transcultural, exerce impacto sobre o conjunto total da memória registrada. Garcia Gutierrez (2008 p.157) ressalta que

Isto aconteceria no exemplo hipotético de ter obtido uma categoria sintética transcultural que considerasse como maus tratos à mulher a ablação, prática já recolhida analiticamente como positiva ou negativa, segundo as posições culturais e não - transculturais. Nesse caso " Ablação" apareceria como legítima categoria que faz possível a localização e uso dos registros, mas também seria acompanhada do operador (V) de "mutilação feminina", "discriminação contra a mulher", " Maus tratos" ou outros conceitos que avaliassem tal prática de forma dura e pejorativa, permitindo recuperar o mesmo registro mercê a essa categoria moral sobre a ablação transculturalmente constituída.

Diante disso uma sugestão realizada pelo García Gutiérrez é que ambos os operadores, sejam inscritos em locais diferentes do registro, para que a busca proposital mediante assuntos, posições particulares, incluindo avaliações transculturais possa ser realizada separadamente. A ideia de Garcia Gutierrez referente ao operador (V) é que ele seja em formato de glossário, é que seja revisado periodicamente por uma assembleia, que seria um conselho de ética transcultural, que seria responsável por editar e modificar eletronicamente o glossário e as categorias, tendo como base o consenso que foram construídos através de vários setores e níveis de atuação (Garcia Gutierrez, 2008).

Diante do explanado até aqui, observamos que a ideia de García Gutierrez no que tange ao operador (V) é construir um vocabulário controlado a partir de conceitos advindos de diversas culturas ou seja de forma transcultural, com termos considerados críticos que infrinja os direitos humanos, e que em algumas culturas essas ações são culturalmente aceitas. Na figura 22, é apresentado uma síntese das funções que o operador transcultural irá realizar nos SOC.

Figura 22 - Síntese do operador transcultural



Fonte: Elaborado pela autora com base em Garcia Gutiérrez; Martínez-Avila (2014)

Outra sugestão que o Garcia Gutierrez, ressalta é a construção de uma sociedade internacional de mediadores transculturais, cujo objetivo seria aplicar as categorias do código de ética vigente. Nessa vigilância, poderia corresponder o direito de reconhecer e discernir entre os registros que passaram pelo controle transcultural e estão de acordo com a dignidade e aqueles que não se submetem voluntariamente a ele ou não conseguem se enquadrar nele (Garcia Gutierrez, 2008).

Garcia Gutierrez (2008) deixa claro que o operador (V) não é necessariamente um aplicador de sanções sobre condutas, pelo contrário, ele pode funcionar como potenciador de acesso a registros marginais e conhecimento reprimido pela ideologia hegemônica. O autor apresenta alguns exemplos: “quando existe reivindicações locais de liberdade cerceadas, humilhações ou quaisquer maus-tratos ou abusos silenciados negativamente de tais registros com metadados genérico do tipo: direito à autodeterminação, repressão cultural, perseguição religiosa, dignidade da mulher etc.” (Garcia Gutierrez, 2008 p. 160). O autor também menciona um exemplo relacionado à questão das línguas, sejam elas minoritárias ou majoritárias (como o chinês, espanhol, português e hindi), que não recebem destaque internacional na internet ou na esfera científica. Nesse contexto, os registros das línguas locais poderiam ser beneficiados

por meio de rótulos transculturais que garantiriam uma audiência mais ampla através dos motores de busca (García Gutierrez, 2008).

Perante o exposto, podemos sintetizar que García Gutiérrez, deseja que ambos os operadores se complementam, pois, enquanto o (V) visa à integração, o operador (λ) não atua em direção contrária, pois ao estabelecer seu leque de posições em um campo semântico ele está aproximando as posições lado a lado, fato que favorece o diálogo entre ela e, portanto, também a integração e a transcultura. Assim os códigos sugeridos pelo autor visam criar um debate entre mediadores e cidadãos, com objetivo de criar os alicerces de uma ética transcultural, que propicie uma interação aberta, e conseqüentemente obtenha diálogo entre as culturas, consenso, mestiçagem, com objetivo de alcançarmos uma organização do conhecimento mais justa, democrática e digna de todo ser humano.

5 DIÁLOGOS DOS SOC COM A DESCLASSIFICAÇÃO

Neste capítulo apresentamos quais aspectos da teoria da desclassificação podem ser aplicados ou se tornar uma perspectiva teórica nos SOC a partir das teorias e conceitos apresentados ao longo dos capítulos de fundamentação teórica. Sendo assim, serão retomados alguns fundamentos teóricos e metodológicos dos SOC (já apresentados no decorrer do texto) que podem dialogar com a desclassificação, conforme, o quadro a seguir

Quadro 6 - Fundamentos teóricos e metodológicos dos SOC

Processo de construção de SOC	Principais teorias relacionadas	Descrição (síntese)
Estabelecimento de relações conceituais entre termos.	Teoria do Conceito Teoria da Classificação	Trata-se da determinação de pertencimento de termos a certas classes e de classes a certos domínios de conhecimentos Definição de conceitos. Princípios de classificação adotados.
Levantamento de Termos e controle dos significados dos termos.	Linguística e Terminologia. Teoria da Classificação.	A linguística, (semântica, sintaxe, pragmática, incluindo a sociolinguística) fornecem subsídios que auxiliam na construção de conceitos na elaboração dos SOC, com o estabelecimento das relações lexicais.
Lógica	Hierarquia (Implicação, intersecção, disjunção e negação) e Binômio	Desenvolvimento de categorias. Sistema de categorias fundamentais que representam diferentes tipos de seres e conceitos. Hierarquia das categorias e suas divisões.

Fonte: Elaborado pela autora

A seguir são apresentadas as perspectivas críticas e socioculturais, que visam discutir a construção dos saberes de modo mais afastado do universalismo e mais representatividades.

Quadro 7 - Teorias Críticas e Socioculturais

Teorias Críticas e Socioculturais	Descrição e possível aplicação aos SOC
Estudos das Garantias	Garantia Cultural e hospitalidade: Trata dos fundamentos para validar e justificar as terminologias utilizadas nos SOC com base nos aspectos culturais.
Vocabulários controlados Multilíngues	Rompimento da barreira linguística, ênfase nas culturas locais e fortalecimento da identidade cultural por meio da representatividade linguística.
Semiótica da Cultura	Compreensão dos significados e símbolos de acordo com os aspectos culturais.
Fundamentos da Teoria Queer, Teoria Crítica de Raças, Religião	Questionamento e revisão de normas tradicionais de gênero e sexualidade; examina como o racismo está imbuído nas estruturas sociais, legais e políticas, também aponta a sub-representação das religiões não cristãs.
Fundamentos Decoloniais	Questiona as bases eurocêntricas do conhecimento. Busca promover a diversidade, inclusão e justiça social nos SOC.

Fonte: Elaborado pela autora

No quadro 8 é possível observar de forma sintetizada os fundamentos teóricos que compõem a desclassificação.

Quadro 8 - Conceitos da desclassificação

Noção de desclassificação	Descrição (conforme Garcia-Gutierrez)	
Horizontalidade	Redução das hierarquias e ampliação de relações multidirecionais Revisão das hegemonias	
Complexidade	Um modo que admite todas as posições, inclusive opostas, considerando-as complementares e necessárias para a percepção do todo. Busca abranger o todo, as partes e as sínteses, e, portanto, também a noção transcultural.	
Ética Transcultural, Categorias Transculturais	Sistemas abertos com base que valorizam a diversidade, a cultura e a hibridez cultural. Entender a própria cultura como sistema aberto, respeitando todas as posições do mundo.	
Lógica Paraconsistente	Categorias abertas. Princípio da Contradição.	
Epistemografia Interativa	Busca reabilitar os conhecimentos que foram excluídos, marginalizados, devolvendo a legitimidade que foi negada nos processos de organização.	
Modelos de Aplicação Metodológico		
Operadores	Complexo (λ)	Ampliação dos conceitos. Admitir todas as posições.
	Transcultural (V)	Categorias estabelecidas em consenso transcultural.

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme o quadro 8, os conceitos de horizontalidade e complexidade se agregam nas relações conceituais, pois enquanto a horizontalidade busca uma representação de conceitos de forma justaposta (e não hierárquica) colocando os termos lado a lado, o conceito de complexidade visa apresentar todas as visões de mundo, todas as partes de forma transcultural. Para isso acontecer, Garcia Gutierrez precisa de alguns amparos teóricos, é nesse aspecto que o autor apresenta a lógica paraconsistente, que irá permitir essa ampliação de conceitos e contradição das instâncias sem negá-las.

Com esses fundamentos teóricos, Garcia Gutierrez ressalta que estaríamos construindo e avançando rumo a uma ética transcultural, que visa entender as culturas de forma aberta respeitando seus aspectos próprios, não criando barreiras entre elas ou imposições de sistema

universais e globais. Essa ética iria respaldar em categorias transculturalmente aceitas. Para esses fundamentos serem aplicados, Garcia Gutierrez, apresenta os operadores como modelo de aplicação nos SOC de forma a desclassificar esses sistemas rígidos e fixos. No quadro 9 a seguir é apresentado a relação entre os aspectos teóricos-metodológicos dos SOC que possuem relações com a teoria da desclassificação.

Quadro 9 - Relação dos SOC com a desclassificação

Processo de construção de SOC	Noção de desclassificação	Relação teórico-metodológica
Estabelecimento de relações conceituais entre termos	Horizontalidade	Aumento do uso de relações associativas Aprofundamento dos estudos sobre tipos de associação possíveis, admissão da perspectiva classificatória escolhida.
	Complexidade	Admissões de todas as posições possíveis, de modo a torná-las complementares para a percepção do todo e não excludentes.
Lógica	Logica Paraconsistente	Aceita a contradição, os conceitos são entendidos como um tipo de “espectro” de significado. Emprega que uma coisa sempre pode ser outra coisa. Possibilita maior número de relações conceituais onde as hierarquias estarão abertas.
Operadores de Relacionamentos (TE, TG, TR, UP)	Operador Complexo (λ) e Transcultural (V)	Irá possibilitar mais relações associativas. Mostrará os termos/categorias que foram construídas com base no consenso dos mediadores baseado na ética transcultural.

Teorias Críticas e Socioculturais da OC	Noção de desclassificação	Relação
Garantia cultural e Hospitalidade.	Transculturalidade. Operador Complexo	Alternativa para análise da cultura, e por isso, propõe um olhar crítico e transversal, na medida em que considera a dinâmica na construção de conhecimentos via os contextos culturais. Busca garantir conceitos em diferentes visões no SOC. (Utilização de relações associativas e notas explicativas)
Vocabulários Multilíngues	Operador Complexo Transculturalidade	Representar vários idiomas de um termo. Rompimento da barreira linguística e a interação de vários idiomas. Correspondências linguísticas (quando existentes) demonstradas não só por relações terminológicas, (tradução de termos) mas também pela correspondência de termos e significados (tradução cultural de significados)
Semiótica da Cultura	Operador Complexo Transculturalidade	A cultura como um processo aberto que busca representar várias realidades culturais.
Fundamentos da Teoria Queer, Teoria Crítica de Raças, Religião	Operador Complexo Epistemografia Interativa	A busca por uma representação justa, das favelas dos saberes, dos grupos marginalizados. A epistemografia, juntamente com o operador complexo irá dar voz a esses saberes. Apresentando suas culturas, seus conhecimentos, e eliminando todo preconceito racial, religioso e de gênero.
Fundamentos Decoloniais	Epistemografia Interativa Operador Complexo	Apresentação de conhecimentos que foram marginalizados. (Utilização de relações associativas e notas explicativas)

Fonte: Elaborado pela autora.

Para construir um SOC realizando um fazer desclassificatório da representação do conhecimento, as relações conceituais entre os termos passariam por diversas alterações, um dos princípios que Garcia Gutierrez preza é minimizar as reduções dicotômicas, metonímicas e analógicas. As relações conceituais estariam amparadas na horizontalidade dos conceitos e na apresentação de todas as visões com objetivo de alcançar infinitas possibilidades de ordenação

A horizontalidade busca um sistema mais aberto, ou seja, que as categorias sejam menos rígidas, que os conceitos sejam colocados lado a lado. Refere-se a uma abordagem que prioriza a igualdade, diversidade e a acessibilidade nas estruturas utilizadas nos SOC, pois as hierarquias verticalizadas impostas nos SOC são estruturas rígidas que enfatizam a centralização e o controle da autoridade que as criaram. O conceito da complexidade aliado à horizontalidade irá proporcionar uma amplitude das relações conceituais nos SOC, diante disso teremos maior número de relações associativas entre os conceitos, de tal forma que os sistemas irão abraçar os termos que possuem polissemia, sinônimos, homógrafos e homófonas. Neste sentido, as relações conceituais hierárquicas perdem sua centralidade, podendo assim serem aplicadas alternativas, já que as relações associativas são contextuais e não paradigmáticas.

Um exemplo que podemos apresentar é o termo “rapariga”, que apresenta diferentes significados e nuances, dependendo do contexto cultural e da região geográfica. Dentre os significados temos o de moça/mulher jovem (utilizando em certas regiões de Portugal), em outras regiões brasileiras a palavra rapariga pode ser utilizada se referindo a mulher prostituta (Houaiss, 2012).

A polissemia, que é um fenômeno semântico, geralmente considerado acidental, apresenta invocações simultâneas de vários sentidos em um mesmo termo. Mas na desclassificação esse fenômeno é uma prática que Garcia Gutierrez defende, pois para que um conceito seja genuinamente polissêmico, os sentidos simultâneos estabelecidos e controlados devem atuar coletivamente e solidariamente em sua diversidade. Nos exemplos apresentados acima podemos verificar variações terminológicas que podem estar relacionadas a diferentes fatores, como região geográfica, dialeto local, contexto de usos ou até mesmo influências culturais. Sobre o termo rapariga é possível observar desigualdades linguísticas e sociais, pois no Brasil ele assume uma conotação pejorativa. O termo também pode ser utilizado no âmbito da literatura (Machado de Assis – Dom Casmurro) para se referir a personagens femininas jovens e da arte. Todas essas visões a respeito de um termo podem ser apresentadas em SOC estando este sob amparado na perspectiva teórica da desclassificação. Esse sistema aceitaria todas diferentes nomenclaturas, e conceitos apresentados no exemplo acima, pois esse sistema estaria amparado pela lógica paraconsistente.

A aplicação da Lógica Paraconsistente possibilita a aplicação da contradição, onde uma coisa pode ser outra coisa, de acordo com uma cultura ou uma área do conhecimento etc. A paraconsistência possibilita o pluralismo lógico, isso nos resulta em uma ampliação terminológica e conceitual. O pluralismo lógico, tem o poder de desmontar as categorias rígidas e torná-las flexíveis a diversas culturas ou áreas, promovendo assim um novo desfecho de ideias que até então não eram aceitas. A paraconsistência parte da necessidade de alcançar o pluralismo ao lidar com contradições e múltiplos significados, enquanto a lógica clássica rejeita contradições, a lógica paraconsistente às permite sob controle. Isso implica que um sistema pode ser coerente mesmo com contradições isoladas. A polissemia, por sua vez, não é uma contradição, mas sim a multiplicidade de significados para um termo, o que pode levar a interpretações diversas.

Em resumo, a lógica paraconsistente irá proporcionar aos SOC uma representação multivalente, rompendo assim com a dicotomia tradicional de verdadeiro/falso, permitindo que sejam realizadas classificações de um mesmo item em diferentes categorias com diferentes graus de pertinências. Além disso, esses sistemas irão reconhecer a ambiguidade e a incerteza e permitirão a classificação em diferentes níveis de hierarquias. Por exemplo em um tesouro temos a categorias Animais (labrador, poodle) e Carnes (bovinas, suínas), como estamos lidando com a lógica paraconsistente temos que ter em mente que alguns termos podem ter múltiplas categorias ou relações, o que poderia resultar em inconsistência. Se tivermos o termo Peixe, ele poderia ser considerado tanto um animal como um alimento, diante disso torna necessário introduzir um grau de incerteza ou imprecisão, assim o termo pode estar relacionado às duas categorias, no entanto com diferentes graus de pertinência em cada categoria. Para além da polihierarquia já existe nos tesouros, por exemplo, tem-se essa noção de grau de pertinência em que o conceito peixe passaria por várias associações intermediárias (culturalmente referenciadas) em seu “trajeto” entre animal e alimento, podendo converte-se em inúmeros outros significados.

Garcia Gutierrez (2008, 2011b, 2014b) apresenta operadores que possuem a função de complementar os demais operadores. O operador complexo (λ) pode ser aplicado nos SOC com objetivo de apresentar mais conceitos e posicionamentos sobre um termo, de modo que nesses sistemas nenhum conceito seja privilegiado em relação ao outro. Esse operador tem como fundamento apresentar todas as posições e visões possíveis. Ao implementar o operador nos SOC teríamos um maior número de relações associativas, com apresentação dos termos e conceitos que possuem alguma relação conceitual, de confronto, contradições, oposições e

antônimos. Podemos tomar como exemplo o termo imigrante e armamento que podem apresentar diferentes posicionamentos especialmente em debates políticos.

- **Imigrante-Posições de Confronto:** onde um lado defende políticas de imigrações mais abertas, visando acolher os refugiados e promover a diversidade. O outro lado propõe restrições mais rigorosas à imigração com o argumento de proteção aos empregos locais e da segurança nacional.
- **Armamento-contradições:** Temos a segurança versus risco (segurança pessoal/risco de acidentes e violência doméstica). Liberdade versus controle (símbolo de liberdade e defesa/controle social, contribuindo para violência armada e falta de segurança). Autodefesa versus agressão (meio de autodefesa individual/presença de muitas armas contribui para agressões e conflitos)
- **Inteligência Artificial:** Potencial para revolucionar a sociedade, impulsionar o progresso tecnológico, produtividade e a qualidade de vida. Versus o aumento do desemprego, desumanização do trabalho, a concentração de poder em instâncias privadas.

Em um SOC com presença do operador complexo, todas as posições seriam representadas ombro a ombro, respeitando todas as visões culturais, e garantindo representatividades a todas elas.

O operador transcultural (V), poderia ser aplicado nos SOC de duas formas: a primeira é indicar quando algum termo ou conceito apresenta algum preconceito ou injustiça social nos instrumentos, a segunda opção será a de apresentar a substituição para esse termo e conceitos, que foram elaborados tendo como base a síntese cultural, ou seja na negociação de diversas culturas e comunidades. Pelo que podemos observar do que foi explanado pelo autor, o operador transcultural seria desenvolvido em conjunto com diversas comunidades/instituições de forma dialógica, seria um modelo de vocabulário controlado construído transculturalmente, que poderia ser utilizado nos SOC. Ele possui a função de denunciar as injustiças e desigualdades sociais, preconceitos. A seguir elencamos dois exemplos de como esse operador poderia funcionar.

- **Aleijado:** Termo pejorativo para descrever pessoas com deficiências físicas.
- Usar termo: “Pessoas com deficiência física” (**Aceito culturalmente sob a ética transcultural**)
- **Homossexualismo:** Não usar esse termo para orientação sexual. Usar termo: Homossexualidade (**Aceito culturalmente sob a ética transcultural**)

Enquanto o operador complexo amplia o alcance e as relações dos conceitos, o operador transcultural oferece contexto, localizando-o em uma ou várias culturas específicas. Esses operadores poderiam funcionar nos tesouros, sistemas de classificação, vocabulários controlados e nas taxonomias, como um norteador do profissional bibliotecário auxiliando nas atividades de processamento técnico, com a função de refletir sobre o compromisso contínuo levando em consideração a promoção de igualdade e respeito e precisão nas terminologias utilizadas nos documentos e nas redes.

As teorias críticas apresentadas no decorrer deste trabalho possuem fortes laços com a desclassificação e com a epistemologia interativa.

A garantia cultural e a hospitalidade apresentada por Beghtol (2002) possuem fortes aliança aos conceitos com a noção de transculturalidade e com o operador complexo estipulado de Garcia Gutierrez (2011b). A garantia cultural nos SOC busca a preservação e a incorporação da diversidade cultural, valores e perspectivas e patrimônio cultural nos sistemas e processos de classificação, catalogação e acesso ao conhecimento. Isso é essencial para garantir que diferentes culturas e idiomas, tradições e formas de conhecimento sejam reconhecidos, respeitados e preservados. A garantia cultural possui uma relação direta com o operador complexo, buscando apresentar outras frentes para um conceito. De mãos dadas com a garantia, a hospitalidade busca a inclusão/acomodação de várias perspectivas culturais, de forma que os sistemas hospedem e representem uma gama de visões, isso está relacionado com o uso de uma linguagem mais inclusiva, com categorizações sensíveis a cultura e a incorporação de diversos modos de conhecimento. Sendo assim as culturas e categorias precisam estar com suas fronteiras abertas, de modos que diversas culturas possam conversar e se relacionar. A transcultura aplicada aos SOC prioriza um processo dinâmico e complexo entre diferentes culturas, resultando na troca, fusão e transformação de elementos culturais. Busca não apenas adotar elementos de uma cultura a outra, mas envolve a reinterpretação e a incorporação desses elementos de maneiras únicas, criando novas expressões culturais que transcendem as origens das culturas de onde surgiram.

A transculturalidade pode ocorrer de diversas maneiras, tais como migração, comércio, colonização, tecnologia e intercâmbio cultural. Pode estar presente em muitos aspectos da vida cotidiana, desde gastronomia, música, arte, moda, língua, crenças/religiosidades etc. Podemos tomar como exemplo de transcultura o estilo musical Jazz, que se originou da fusão de elementos musicais africanos e europeus nos Estados Unidos. Hoje temos Jazz latino, *Fusion Jazz*, *Free Jazz* etc.

Assim um SOC que possui laços com a transculturalidade, se torna enriquecedor, pois promove a diversidade cultural o respeito pela pluralidade de expressões e formas de conhecimento ao redor mundo, de forma a contribuir e gerar novos conhecimentos. Um SOC com categorias transculturais, irá incorporar perspectivas múltiplas, possuirá flexibilidade e adaptabilidade e hospitalidade, garantia e abertura à hibridização cultural com respeito pela autenticidade cultural.

No que tange aos aspectos teóricos do Multilinguismos estipulados por Hudon (1997), podemos relacionar os fundamentos apresentados por Garcia Gutierrez com duas vertentes. A primeira seria a aplicação do operador complexo relacionado a língua, pois, como sabemos, cada língua possui aspectos culturais imbuídos, e a construção de um SOC com a apresentação de várias línguas, respeitando suas especificidades e buscando tratamento igualmente representativo, seria uma maneira de desclassificação. Pois estaríamos abrindo espaços para outras línguas, que até então não eram representadas. Sabemos que o operador complexo busca mostrar outras visões, perspectivas de mundo para um determinado termo, levando em consideração as diferentes culturas. Se as culturas apresentam barreiras linguísticas entre elas, um SOC multilinguístico ou translinguístico seria uma forma de romper com essa barreira, almejando uma comunicação transcultural. A segunda vertente que podemos sugerir é a construção de um SOC translinguístico, que seria construído para representar e facilitar o acesso ao conhecimento em múltiplos idiomas, reconhecendo a diversidade linguística e promovendo a interação entre diferentes línguas.

Um SOC translinguístico seria um sistema com capacidade de suportar e incorporar vários idiomas, de forma interconectada, permitindo a representação do conhecimento em várias línguas. Assim, conforme Biscalchin e Moreira (2020) argumentam, essa extração de termos devem ocorrer em cada língua específica e nunca por meio de traduções. Nesse processo de extração e representação o sistema teria que respeitar as divergências culturais, para isso acontecer o sistema precisaria de ter flexibilidade cultural, para reconhecer e acomodar diferenças e igualdades culturais na estrutura. Outro aspecto importante que o SOC translinguístico teria que apresentar, é a preservação e documentação de línguas menos difundidas, ou seja, os idiomas menos falados ou com risco de extinção teria que ser capturado e disponibilizado para as gerações futuras, assim o sistema apresentaria uma espécie de nota ou remissiva indicando tal característica.

Se levarmos em consideração os aspectos de preservação, para gerações futuras, podemos elaborar um SOC translinguístico das línguas indígenas presentes no Brasil, pois de acordo com os dados do Biscalchin (2010), existem 204 línguas indígenas faladas distribuídas

entre 305 etnias diferentes no território brasileiro. A pesquisa ainda mostra que pessoas entre 5 anos ou mais de idade, que vivem em terras indígenas 57,3% falam a língua indígena, e 32,7% não falam o idioma nativo, mas somente o português, 10% não se manifestaram. Creio que se essa pesquisa fosse realizada no contexto atual o número de falantes de português, poderá ser ainda maior. Com a combinação dos operadores e do fundamento transcultural, seria possível tornar visível relações que se dão de formas, diferentes, por exemplo a relação que os povos indígenas tem não COM a terra, enquanto a legislação determina relação de direito de propriedade SOBRE a terra.

Os fundamentos teóricos decoloniais apresentados nos estudos de Quijano (2000, 2005) Mignolo (2010) e Maldonado-Torres (2007), Dussel (2005) dentre outros autores apresentados no capítulo quatro, busca desafiar e transcender os paradigmas eurocêntricos e coloniais que historicamente moldaram a através da colonialidade do poder/ser o controle em diversas esferas, tais como conhecimento, economia e aspectos culturais. A divisão mundial estabelecida com a globalização e a modernidade, diante dos demais países, representava um eixo central com países europeus e os demais considerados como países periféricos. Garcia Gutierrez (2006, 2008, 2011a) tece uma crítica em relação aos conhecimentos que ao longo do tempo foram deixados as margens das favelas do saber. Da mesma forma que os autores supracitados, Garcia Gutierrez (2006) enfatiza essa opressão das lógicas que ao longo do tempo foram oprimindo e sub-representado culturas e conhecimentos.

Diante disso, confirmo que a desclassificação é uma teoria decolonial, é crítica e sociocultural.

As teorias Decoloniais, Críticas e Socioculturais, aplicadas aos SOC procuram reconhecer as disparidades, assimetrias e injustiças presentes nos sistemas na produção e disseminação do conhecimento. Fato que pode ser evidenciado nos estudos da Melissa Adler (2016, 2017) quando propõem reparação histórica às categorias raciais, nos sistemas de classificação. O mesmo acontece com as denúncias de Miranda (2009) em relação a sub-representação das religiões. Nos estudos de gênero também encontramos discriminação da mulher e da comunidade LGBT, dentre outros. Mas o ponto que quero frisar é que todos esses fundamentos teóricos vão de encontro com a desclassificação e a epistemografia interativa. Isso pode ser evidenciado quando Garcia Gutierrez (2006) destaca que é preciso mudar essa lógica hegemônica e colocar as categorias lado a lado. Fazer uma organização do conhecimento de forma Horizontal, da voz as periferias do saber. Por que aceitar essa organização excludente?

Um SOC com uma abordagem Decolonial, precisa apresentar seguintes características:

1. Pluralidade de Perspectiva: Necessita de valorizar e incorporar múltiplas visões de mundo, saberes e epistemologias diversas, conhecimentos indígenas, tradicionais e locais que historicamente foram marginalizados e suprimidos.
2. Descentralização do Conhecimento: Desconstrução das hierarquias que foram impostas pelo colonialismo, com objetivo de reconhecer que o conhecimento não é universal e absoluto, mas contextual e diverso. É necessário desconstruir a linguagem com objetivo de reavaliar as terminologias dos SOC que refletem uma visão eurocêntrica que muitas vezes perpetuam estereótipos e reducionismos culturais.

Com a aplicação do operador complexo nos SOC estaríamos desenvolvendo a pluralidade de Perspectiva, mostrando todas as visões de mundo, valorizando visões e conhecimento que foram suprimidos como indígenas, conhecimentos tradicionais e locais. Assim estaríamos dando voz aos conhecimentos considerados periféricos.

A descentralização do conhecimento, pode ser alcançada com a modificação da lógica aristotélica pela lógica paraconsistente, com a utilização da contradição e da aplicação da epistemografia, de forma que as hierarquias se tornem mais horizontais e abertas. Assim os conhecimentos produzidos na periferia do saber, com aplicação da epistemografia, promoveriam o resgate e a reabilitação dessas cognições mediante a sistemas de auto-narração de indivíduos e comunidades exiladas.

Desclassificação é uma teoria que permeia vários fundamentos teóricos tais como: Pós-colonial, Decolonial, críticos e sociocultural, pois ela busca pluralidade na organização do conhecimento, questionando essa organização hegemônica. Já o olhar decolial é a busca da libertação e a autonomia dessas culturas e para isso acontecer é preciso desclassificar essa estrutura engessada com princípios hegemônicos advindos da Europa, objetivando representar conhecimentos, práticas culturais que foram marginalizadas nesses processos. Os estudos subalternos posso dizer que possuem laços com a epistemografia interativa, pois ela tenta dar voz a pessoas, grupos que foram marginalizados ou como diz o Garcia Gutierrez foram deixados nas periferias do saber.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão da importância da desclassificação nos SOC representa uma evolução/transformação crucial na forma como percebemos, organizamos e acessamos o conhecimento. Ao longo deste estudo, exploramos como essa abordagem desafia os paradigmas dominantes, hegemônicos, questionando as estruturas de poder, as hierarquias culturais nos SOC que historicamente marginalizaram e suprimiram saberes diversos considerados periféricos.

A desclassificação, ao destacar a necessidade de dismantelar os vestígios da hegemonia e das sub-representações nos SOC, nos convida a uma reflexão profunda sobre como as narrativas hegemônicas foram construídas, ressaltando os aspectos que foram excluídos dessas narrativas, e como podemos criar sistemas mais inclusivos e plurais. Sendo assim, ela parte de uma reflexão crítica de reclassificar com novas perspectivas. Portanto, podemos considerá-la uma teoria decolonial, com abordagem crítica e voltada aos aspectos da ética transcultural, direcionada para a Organização do Conhecimento.

A desclassificação amplia essa discussão, evidenciando as dinâmicas sociais, culturais e políticas e éticas que moldam os SOC. Ela nos alerta sobre os perigos da uniformidade cultural, da hegemonia linguística e da imposição de uma única visão de mundo como norma. É essencial reconhecer que esses instrumentos não são neutros, mas carregam consigo pressupostos, valores e visões de mundo específicas. Integrar a desclassificação nesses sistemas implica reclassificar com um novo modelo que busca promover a diversidade epistêmica, representar várias visões de mundo, reconhecer e respeitar múltiplas formas de conhecimento, e desafiar as estruturas de poder que perpetuam desigualdades e injustiças sociais.

Diante disso, convém retomar os objetivos da presente pesquisa, que consiste em investigar como se manifesta a desclassificação em relação aos SOC. O que delineamos nessa investigação é que a desclassificação possui um caráter metodológico aplicável aos instrumentos, e ao mesmo tempo ela permite que o profissional da informação passe a ter uma visão mais crítica das ferramentas atuais vigentes e se permita desenvolver, com base nas críticas apontadas pela desclassificação, instrumentos mais inclusivos e que possuem como fundamento o pluralismo lógico. A sugestão que quero deixar é que, quando o profissional da informação estiver na etapa do processamento técnico ou na construção de um SOC e se deparar com uma dúvida sobre os termos indicados nos instrumentos atuais, lembre-se dos princípios da desclassificação. É essa inquietação que esperamos construir na comunidade da OC.

Peço licença para falar em primeira pessoa, a fim de expressar a inquietação que esta pesquisa me causou.

A primeira vez que a teoria da desclassificação ecoou em meus ouvidos foi em uma aula de SOC, em agosto de 2016 na graduação em biblioteconomia. O conceito soou como algo distante, quase irreal. A ideia de "desclassificar" me causou estranheza e desconfiança. "Como assim?", questionei, pensando que talvez a professora estivesse equivocada. No entanto, durante a pesquisa, mergulhando na obra de García Gutiérrez (GG), a inquietação se intensificou. A leitura me conduziu a um terreno desconfortável, forçando-me a sair da minha zona de conforto e abrindo meus horizontes. Apresentou-me novas perspectivas sobre o mundo, revelando realidades que eu jamais imaginara. Ao me inserir nessa vertente crítica, social e decolonial, posso dizer que meu espírito crítico ficou aflorado, me fez repensar, me trouxe várias provocações, vi uma parte da história que me causou tristeza e inquietação. Como estudante branca, cis, heterossexual e cristã, explorar a teoria da desclassificação foi um desafio. Inicialmente, questionei meu lugar nesse debate, sentindo-me inadequada por não pertencer diretamente à comunidade negra, LGBTQIAPN+ ou a outras religiosidades. No entanto, como bacharela em Biblioteconomia, compreendi que meu papel é desafiar os instrumentos supressores e promover a inclusão. A desclassificação se tornou uma ferramenta para desconstruir e criticar os processos de classificação e indexação que possuem uma vertente preconceituosa, excludente e, ao mesmo tempo, questionar as estruturas que permeiam a nossa profissão. Devemos desclassificar, dismantelar, com o objetivo de classificar adotando novos parâmetros, e é isso que tenho feito no meu dia a dia.

Diante do exposto, gostaria de frisar que a pesquisa transcende os limites dos SOC, buscando contribuir para uma transformação do pensamento crítico na comunidade da Ciência da Informação. O objetivo é que pessoas como eu – cristãs, brancas e heterossexuais – reconheçam a existência de comunidades, indivíduos e religiões/crenças que foram invisibilizadas nos processos da Organização do Conhecimento. Que este estudo inspire pessoas, pesquisadores, bibliotecários e todos aqueles que se comprometem com a construção de um futuro mais inclusivo, fortalecendo os aspectos culturais, o respeito e a justiça social.

Sendo assim, consideramos que os objetivos da presente pesquisa foram realizados, pois a desclassificação possui vários aspectos que podem contribuir nos SOC, tais como: a inclusão da diversidade, acesso equitativo ao conhecimento, a representação de todos os conhecimentos, e a instigação do pensamento crítico voltado aos processos de organização e representação da informação. Para futuras pesquisas, recomenda-se sua aplicação no desenvolvimento de alguns SOC, em especial os tesouros, com a inclusão do operador

complexo, com o objetivo de mostrar a capacidade de ampliação dos conceitos e forma a considerar diferentes perspectivas culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADLER, Melissa. Classification along the Color Line: Excavating Racism in the Stacks. **Journal of Critical Library and Information Studies**, n. 1, p. 1-32, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.24242/jclis.v1i1.17>. Acesso em 05 ago. 2023.
- ADLER, Melissa. The Case for Taxonomic Reparations. **Knowlodge Organization**, v. 43, n. 8, p. 630-640, 2016. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2016-8-630/the-case-for-taxonomic-reparations-volume-43-2016-issue-8>. Acesso em: 10 out. 2020.
- AGANETTE, E.; ALVARENGA, L.; SOUZA, R. R. Elementos constitutivos do conceito de Taxonomia. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 20, n. 3, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/3994>. Acesso em: 25 nov. 2021
- AGUIAR, J. D. N. Teoria pós-colonial, estudos subalternos e América Latina: uma guinada epistemológica? **Estudos de sociologia**, Araraquara, v. 21, n. 41, p.273-289, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/8659>. Acesso em: 07 set. 2023
- ALMEIDA, C. C. Mediação como processo semiótico: em busca de bases conceituais. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 5, n. 1, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119422>. Acesso em: 05 mar. 2022.
- ALMEIDA, C. C.; FARIAS, M. C. Q. S.; MATIAS, I. L. Linguística documental espanhola no brasil: uma leitura crítica. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 25, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2020.e65397>. Acesso em: 05 ago. 2023.
- ALMEIDA, D. P. D. R.; et al. Paradigmas contemporâneos da ciência da informação: a recuperação da informação como ponto focal. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, v. 6, n. 1, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/142968>. Acesso em: 08 jan. 2022.
- ALMEIDA, M. B.; BAX, M. P. Uma visão geral sobre ontologias: pesquisa sobre definições, tipos, aplicações, métodos de avaliação e de construção. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 720, set./dez. 2003. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/17/12> Acesso em: Acesso em: 08 nov. 2021.
- ALMEIDA, M. B.; TEIXEIRA, L. M. D. Revisitando os fundamentos da classificação: uma análise crítica sobre teorias do passado e do presente. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 25, n. Especial, p. 28-56, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/135739>. Acesso em: 21 fev. 2022.
- AMORIM, I. S. .; ALVES, U. dos S. . Biblioteconomia e Ciência da Informação: uma perspectiva decolonial. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, [S. l.], n. Especial, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/40490/30911> .Acesso em: 2 ago. 2022.

ARAÚJO, A. V. de F.; OLIVEIRA, L. M. B. de; GRACIOSO, L.; SILVA, M. D. P. da. Decolonialidade e Ciência da Informação: veredas dialógicas. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. e5828, 2021. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/5828>. Acesso em: 15 mar. 2022.

ARAÚJO, C. A. Á. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 38, n. 3, 2009. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1240>. Acesso em: 24 ago. 2022.

ARAÚJO, C. A. Á. Fundamentos teóricos da classificação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 11, n. 22, p. 117-140, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2006v11n22p117>. Acesso em: 14 jan. 2022.

ASSIS, W. F. T. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. **Caderno CRH**, Salvador, n. 72, v.27, p.613-627. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/mT3sC6wQ46rf4M9W7dYcwSj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 jan. 2022

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, ago. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jvhv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2023.

BAMBERG, C. R. F. P.A; VITAL, L. P. Representação sociocultural na organização e representação do conhecimento: análise dos trabalhos do GT-2 do ENANCI (2010-2019) *In*, Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 9 .2021, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UFRJ; IBICT, 2021. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/schedConf/presentations>. Acesso em: 09 mar. 2022.

BARBOSA, A. P.. **Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1969. 441 p. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/1001>. Acesso em: 29 jun. 2021

BARITE, M. La garantía cultural como justificación en sistemas de organización del conocimiento: aproximación crítica. **Palabra clave** (La plata). 2011, v.1, n.1. Disponível em : <https://www.palabraclave.fahce.unlp.edu.ar/article/view/PCv1n1a02/1868> Acesso em: 11 ago. 2023

BARITÉ, M. Literary Warrant. **Knowledge Organization**. v.45, n.6, p. 517-536, 2018. Disponível em: https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2018-6-517.pdf?download_full_pdf=1. Acesso em: 11 ago. 2023

BARITÉ, M.; et al. Garantia literária: elementos para uma revisão crítica após um século. **Transinformação**, v. 22, n. 2, p. 123-138, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/prtXbCcMkLD48hdnHR4tcfS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2022.

BARROS, C. M. de, CAFÉ, L. M. A., LAPLANTE, A. As contribuições da autonarrativa da experiência semiótica musical para a organização do conhecimento. **Informação &**

Sociedade: Estudos, v.29,n.2. 2019.Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/34919>. Acesso em 02 ago. 2022

BARROS, C. M.de; CAFÉ, L.M.A. Estudos da semiótica na Ciência da Informação: relatos de interdisciplinaridades. **Perspectiva em Ciência da Informação**. v.17, .p.18-33, 2012.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pci/a/6JyyhXvsymcjbvXX7GFXXFkg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 02 ago. 2022

BEGHTOL, C. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, v.58, n.5, 2002. Disponível em:

https://www.ergon-verlag.de/isko_ko/downloads/aikovol08200206.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

BEGHTOL, C. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/240602488_A_proposed_ethical_warrant_for_global_knowledge_representation_and_organization_systems. Acesso em: 15 mar. 2022.

BEGHTOL, C. Ethical decision-making for knowledge representation and organization systems for global use. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 56, n. 9, p. 903-912, 2005. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/220433697_Ethical_decision-making_for_knowledge_representation_and_organization_systems_for_global_use. Acesso em: 20 mar. 2023.

BEGHTOL, C. Semantic Validity: concepts of warrant in bibliographic classification systems.**Library Resources & Technical Services**. v. 30, n. 2, p. 109-125, 1986.

BEZERRA, Vinícius Cabral Accioly. **Epistemografia interativa como prática em ambientes digitais: um protótipo** no repositório filatélico brasileiro. 2019. 123 f.

Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Ciência da Informação, Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/39457>. Acesso em: 20 abr. 2023

BISCALCHIN, R.; MOREIRA, W. Construção de vocabulários multilíngues: perspectivas culturais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 25, n. 4, p. 47-67, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/151936>. Acesso em: 09 ago. 2022.

BOCCATO, V. R. C.; BISCALCHIN, R. As dimensões culturais no contexto da construção de vocabulários controlados multilíngues. **Revista Interamericana de Bibliotecología** (Colombia), v. 37, n. 3, p. 237-250, 2014. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/84309>. Acesso em: 11 ago. 2022

BORDONI, Eduardo; DANSA, Salmo. **Árvore de Porfírio**. Rio de Janeiro, Fundação CECIERJ, 2012. Disponível em: <https://canal.cecierj.edu.br/recurso/9278>. Acesso em: 09 mai. 2024.

BRASCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DA PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008,

São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3LMhX1d>. Acesso em: 20 ago. 2021

BRÄSCHER, Marisa; CARLAN, Eliana. Sistemas de organização do conhecimento: antigas e novas linguagens. In: Jaime Robredo; Marisa Bräscher (Orgs.). **Passeios no Bosque da Informação: Estudos sobre Representação e Organização da Informação e do Conhecimento**. Brasília DF: IBICT, 2010, 335 p. ISBN: 978-85-7013-072-3. Capítulo 8, p. 147-176 Edição eletrônica. Disponível em: <http://www.ibict.br/publicacoes/eroic.pdf> comemorativa dos 10 anos do Grupo de Pesquisa EROIC).

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 16 de agosto de 2006**. Dispõe sobre a criação dos Conselhos Distritais de Saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 ago. 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 20 maio 2024.

CAMPOS, M. L. A.. **Princípios teóricos da organização do Conhecimento e sua influência nas novas tecnologias de informação**. In: Simpósio: estado atual e perspectiva da CDU, 1996, Brasília. Organização do Conhecimento e Sistemas de Classificação. IBICT: Brasília, 1996. p. 74-78. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/776>. Acesso em: 20 ago. 2021.

CAMPOS, M. L. de A. **Linguagem documentárias: teorias que fundamentam sua elaboração**. Niterói, RJ: EDUFF, 2001

CAMPOS, M.L.A.; GOMES, H.E. Taxonomia e classificação: a categorização como princípio. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2007, Salvador, Bahia. **Anais...** Salvador: UFBA. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--101.pdf> Acesso em: 03 dez. 2021

CARLAN, E.. **Sistemas de Organização do Conhecimento: uma reflexão no contexto da ciência da informação**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, 2010. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7465/1/2010_ElianaCarlan.pdf. Acesso em: 06 jun.2021.

CARLAN, E.; BRÄSCHER, M. Fundamentos teóricos para a elaboração de sistemas de organização do conhecimento. In: BAPTISTA, D. M.; ARAÚJO JUNIOR, R. H. (Org.) **Organização da informação: abordagens e práticas**. Brasília : Thesaurus, 2015. 251p.

CARLAN, E.; BRÄSCHER, M. Sistemas de organização do conhecimento na visão da ciência da informação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 4, n. 2, p. 53-73, 2011. Disponível em: <https://www.periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1675>. Acesso em: 21 fev. 2022.

CERVANTES, B. M. N. **A construção de Tesouros com a integração de procedimentos terminológicos**. 2009. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/cervantes_bmn_do_mar.pdf. Acesso em: 07 jul. 2022.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 150 p.

CINTRA, A. M. M. *et al.* **Para entender as linguagens documentárias**. 2.ed. rev. ampl. São Paulo: Polis/APB, 2002.

CURRÁS, E. **Tesauros linguagens terminológicas**; tradução de de Antonio Felipe Correa da Costa. Brasília: IBICT 1995. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/454>. Acesso em: 08 Ago. 2021.

DAHLBERG, I. Knowledge organization: its scope and possibilities. **Knowledge Organization**, 20(4), 211-222, 1993. Disponível em: https://www.ergon-verlag.de/isko_ko/downloads/ko_20_1993_4_w.pdf. Acesso em: 04 jun. 2021

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 7, n. 2, 1978.. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115>. Acesso em: 26 fev. 2022.

DAL'EVEDOVE, P. R. **O tratamento temático da informação em abordagem sociocultural**: diretrizes para definição de política de indexação em bibliotecas universitárias. 2014. 259f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Faculdade de 155 Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/110385/000795192.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 25 jan. 2023

DIAS, C. C. A análise de domínio, as comunidades discursivas, a garantia de literatura e outras garantias. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 25, n. 2, p. 17, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/92174>. Acesso em: 08 mar. 2022.

DICIO. **Macaxeira**. 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/macaxeira/#:~:text=Significado%20de%20Macaxeira,%C3%A9%20largamente%20utilizada%20na%20culin%C3%A1ria>. Acesso em: 09 ago. 2022.

DRABINSKI, E. Queering the Catalog: Queer Theory and the Politics of Correction. **Library Quarterly: Information, Community, Policy**. vol. 83, no. 2, pp. 94–111. 2013. Disponível em : https://digitalcommons.liu.edu/brooklyn_libfacpubs/9/. Acesso em: 15 nov. 2023.

DUSSEL, E. **Europa, modernismo e eurocentrismo**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624093038/5_Dussel.pdf. Acesso em: 01 nov. 2023

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 24-32. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

FARIAS, M. C. Q. da S; ALMEIDA, C. C. de. Interações entre a Semiótica da Cultura e a Organização do Conhecimento: conceitos integradores. **En XII Congreso ISKO España y II Congreso ISKO España-Portugal**, 19-20 de noviembre, 2015, Organización del conocimiento para sistemas de información abiertos. Murcia: Universidad de Murcia. Disponível em: https://iskoiberico.org/wp-content/uploads/2015/11/e6dff-98_farias.pdf. Acesso em: 02 nov. 2023.

FARIAS, M. C. Q. da S;ALMEIDA, C. C. de. Contribuições da Semiótica d a Cultura para Organização do Conhecimento. In: **I Congresso ISKO Espanha e Portugal/XI Congresso**

ISKO Espanha, 7-9 de novembro, 2013. Informação e/ou conhecimento; as duas faces de jano. Porto; Universidade do Porto. Disponível em: <http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/porto13.pdf> . Acesso em; 02 ago. 2022

FARIAS, M.C.Q.S.; ALMEIDA, C.C. . A desclassificação em García Gutiérrez: contribuições às abordagens culturais da Organização do Conhecimento. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2016, **Anais** [...]. Salvador, 2016. v. 17. p. 5.063-5.067. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/viewFile/3752/2246> Acesso em : 05 mar.2022

FARIAS, Mona Cleide Quirino da Silva. **A semiótica da cultura para organização do conhecimento: bases teóricas e diretrizes de análise**. 2019. 184 f. Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/110384>. Acesso em: 5 ago. 2021

FAUSTO, B. **História do Brasil**: A História do Brasil cobre um período de mais de quinhentos anos, desde as raízes da colonização portuguesa até nossos dias. EDUFSC. 1996. Disponível em: [https://www.intaead.com.br/ebooks1/livros/hist%F3ria/12.Hist%F3ria%20do%20Brasil%20-%20Boris%20Fausto%20\(Col%F4nia\).pdf](https://www.intaead.com.br/ebooks1/livros/hist%F3ria/12.Hist%F3ria%20do%20Brasil%20-%20Boris%20Fausto%20(Col%F4nia).pdf)

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p.

Food and Agriculture Organization of the United Nations. **AGROVOC Multilingual Thesaurus**. 2023. Disponível em: <https://agrovoc.fao.org/browse/agrovoc/en/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

FORBES. As 25 pessoas mais ricas do mundo em 2023. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2023/04/as-25-pessoas-mais-ricas-do-mundo-em-2023/>. Acesso em: 28 maio 2023.

FOX, M. J.; OLSON, H. A. Feminist epistemologies and knowledge Organization. In: SMIRAGLIA, R. P.; LEE, Hur-Li (ed.). **Cultural frames of knowledge**. Würzburg, Germany: Ergon, 2012. p. 79-97.

FRANCELIN, M. M.; ZAMBONI, R. C. V. Garantia cultural, garantia ética e hospitalidade na organização e representação do conhecimento. Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, **Anais...** n. XVII ENANCIB, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/190828>. Acesso em: 08 mar. 2022.

FUJITA, M. S. L. Modelos de categorização para construção de tesouros: metodologias e ensino IN **Estudos da linguagem em Ciência da informação**. (Org.) BOCATO, V. R. C.; GRACIOSO, L. S. Campinas, SP: Alinea, 2011.

FURNER, Jonathan. Dewey Deracialized: A critical race-theoretic perspective. Knowledge Organization, v. 34, n. 3, p. 144-168, 2007. [Acesso em: 10 set. 2021]. Disponível em: https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2007-3-144.pdf?download_full_pdf=1

GARCEZ, D. C.; SALES, R. Olhares decoloniais em organização do conhecimento: uma análise das publicações do periódico knowledge organization (2000-2020). **Anais – XXI**

ENANCIB Rio de Janeiro 2021, . Disponível em:
<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/192882>.

GARCEZ, D. C.; SALES, R. Teorias críticas utilizadas por autores latino-americanos em organização do conhecimento. *In*:SALDANHA, G. S.; ALMEIDA, T de; SILVEIRA, N. (org) **Teorias críticas da Organização do Conhecimento**. Rio de Janeiro, IBICT, 2022, p.92-107. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/361518921_Termos_frenteiricos_no_dominio_gere_ro_e_sexualidade_na_Organizacao_do_Conhecimento. Acesso em: 21 abr. 2023.

GARCIA GUTIERREZ, Antônio. **Principios de lenguaje epistemográfico**:la representación del conocimiento sobre patrimonio histórico Andaluz. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía: Granada, 1998.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Desclasificados**: pluralismo lógico y violencia de la clasificación. Barcelona: Anthropos, 2007

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Desclassification in knowledge organization: a post-epistemological essay. **Transinformação**, v. 23, n. 1, p. 05-14, 2011. DOI: 10.1590/S0103-37862011000100001 Acesso em: 2 dez. 2022.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Estrategias descolonizadoras do arquivo mundial**: outras memoria é possível. Petropolis, RJ: Vozes, 2008.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Knowledge organization from a “culture of the border”: towards a transcultural ethics of mediation. In: LÓPEZ-HUERTAS, M.J. (eds.).**Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century**: integration of knowledge across boundaries. Würzburg: ERGON-Verlag, 2002., p. 516-522. (Advances in Knowledge Organization, 8)

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. **Transinformação**, Campinas, v. 2, n. 18, p. 103-112, maio 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3843/384334742002.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2024.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. **Em pedazos**: el sentido de la desclasificación. Madri: Asociación Cultural y Científica Iberoamericana, 2018.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. La organización del conocimiento en el nuevo orden transcultural: del totalitarismo a la desclasificación (la razón como creencia y la OC como burocracia). **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, v. 8, n. 1/2, dezembro de 2014 Disponível em:
<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/4450>. Acesso em: 2 dez. 2022.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. Critical Organization of Knowledge in Mass Media Information Systems. **Knowl. Org**, v. 41, n. 3, 2014. Disponível em:
<https://web.p.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=8&sid=9ee0885f-bd01-4644-a6db-91685518a895%40redis>. Acesso e m05 fev. 2023.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. **Epistemología de la documentación** . Barcelona: Stonberg, 2011. Disponível

em https://www.researchgate.net/publication/335106441_EPISTEMOLOGIA_DE_LA_DOCUMENTACION. Acesso em: 05 ago. 2023.

GARCÍA-GUTIÉRREZ, A. A **Ojos de la arena: ejercicios de desclasificación**. Madrid: ACCI Ediciones, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342335317_A_OJOS_DE_LA_arena_Ejercicios_de_desclasificacion. Acesso em: 02 fev 2024.

GAUDÊNCIO S. M. ALBUQUERQUE M. E. B. C de, CÔRTEZ G. R. Representação Sociocultural do Conhecimento: um olhar a partir do pensamento de Antonio García Gutiérrez e Boaventura De Souza Santos. **Informação e Informação**, v.26, n.4, 2021. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/43524>. Acesso em: 04 abr. 2023.

GIL, A. C., **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed, São Paulo: Atlas, 2002

GOMES, H. E. Terminologia e estrutura conceitual. **Ponto de Acesso**, v. 15, n. 3, 2021. Disponível: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/47464>. Acesso em: 20 jan. 2022.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, M. N. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 22, n. 3, 1993. DOI: 10.18225/ci.inf.v22i3.479. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/479>. Acesso em: 5 mar. 2022.

GROSGOUEL, Ramon (coords.) **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar. 2016

GRUBER, T. A translation approach to portable ontology specification. **Knowledge Acquisition**, 5, p. 199-220, 1993. Disponível em: <http://www.dbis.informatik.hu-berlin.de/dbisold/lehre/WS0203/SemWeb/lit/KSL-92-17.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2022.

GUEDES, R. M.; MOURA, M. A. O princípio da garantia semântica e os estudos da linguagem. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 9, n. 2, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/119649>. Acesso em: 02 jul. 2022.

GUIMARÃES, J. A. C. Análise de domínio como perspectiva metodológica em organização da informação. **Ciência da Informação**, v. 43, n. 1, 2014. DOI: 10.18225/ci.inf.v43i1.1415. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1415>. Acesso em: 8 mar. 2022.

Guimarães, J. A. C.; Pinho, F. A.; Milani, S. O. Theoretical dialogs about ethical issues in **knowledge organization**: García Gutiérrez, Hudon, Beghtol, and Olson. **Knowledge Organization**, v. 43, n. 5, p. 338-350, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/178188>. Acesso em: 21 abr. 2023.

HALL, S.. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003

Halliday, David. **Fundamentos de física: eletromagnetismo**. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC 2009.

HIGGINS, M. Totally Invisible: Asian American Representation in the Dewey Decimal Classification, 1876-1996, **Knowledge Organization**. V.43, N.8. 2016. Disponível em: https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2016-8-609.pdf?download_full_pdf=1. Acesso em: 15 nov. 2023.

HJØRLAND, B. Fundamentals of knowledge organization. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 30, n. 2, p. 87-111, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3BAZuQn>. Acesso em 26 jun. 2021.

HJØRLAND, B. Information Retrieval and Knowledge Organization: A Perspective from the Philosophy of Science. **Information. Basel**, v.12, n. 135, 2021 21, p.1-25. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/info12030135>. Acesso em: 21 fev. 2022.

HJØRLAND, B. What is Knowledge Organization (KO)?" **Knowledge Organization**. v. 35, n 2/3, 2008, p. 86-10. Disponível em: <https://bit.ly/3JOmluV>. Acesso em: 21 fev. 2022

HODGE, G. **Systems of knowledge organization for digital libraries**: beyond traditional authority files. Washington: Council on Library and Information. Resources, 2000 . Disponível em : <https://bit.ly/3I969E1>. Acesso em: 13 ago. 2021

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012

HUDON, M. Accessing documents and information in a world without frontiers. **The Indexer**, v. 21, n. 4, p.156-159, 1999. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228560740_Accessing_documents_and_information_in_a_world_without_frontiers . Acesso em: 15 jul. 2022

HUDON, M. Multilingual thesaurus construction: integrating the views of different cultures in one gateway to knowledge and concepts. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 24, n. 2, p. 84-91, 1997

IBGE.- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Pesquisa sobre população indígena.: línguas indígenas. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=indigena>. Acesso em: 28 maio 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação**. 2023. Disponível em: https://www.uel.br/revistas/informacao/tbci/vocab/index.php?_expresion_de_busqueda=acesso. Acesso em: 05 set. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira**. Disponível em: <http://www.cnfcp.gov.br/tesouro/00002151.htm>. Acesso em: 06 dez. 2022.

KOBASHI, N. Y. Análise documentária e representação da informação. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, v. 2, n. 2, 1996. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/40976>. Acesso em: 19 jan. 2022

LARA, M. L. L. G.; MENDES, L. C. Referências socioculturais nos sistemas de organização do conhecimento. **IRIS - Revista de Informação, Memória e Tecnologia**, v. 3, n. Especial,

p. 26-44, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/93403>. Acesso em: 05 jan. 2022.

LIMA, G. Â. de. Organização e representação do conhecimento e da informação na web: teorias e técnicas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 25, p. 57-97, fev. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22283>. Acesso em 17 jun. 2021.

LIMA, G. D. S.; . Teorias críticas da colonialidade na Organização do Conhecimento. In: SALDANHA, G. S.; ALMEIDA, T de; SILVEIRA, N. (org) **Teorias críticas da Organização do Conhecimento**. Rio de Janeiro, IBICT, 2022, p.110-131. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/361518921_Termos_frenteiricos_no_dominio_gene_ro_e_sexualidade_na_Organizacao_do_Conhecimento. Acesso em 15 nov. 2023.

LIMA, G. D. S.; ALMEIDA, C. C. Abordagens socioculturais na organização do conhecimento: subsídios teóricos para representação da cultura afro-brasileira. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, **Anais** n. XX ENANCIB, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/123587>. Acesso em: 05 ago. 2021

LIMA, G. D. S.; ALMEIDA, C. C. Perspectiva pós-colonial e decolonial no campo da organização do conhecimento: reflexões para a construção de socs multiculturais. **Anais V Congresso Brasileiro em Organização e Representação do Conhecimento**. 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/125408>. Acesso em: 05 ago. 2022.

LIMA, G. N. B. O.; MACULAN, B. C. M. D. S. Estudo comparativo das estruturas semânticas em diferentes sistemas de organização do conhecimento. **Ciência da Informação**, v. 46, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4014>. Acesso em: 07 mar. 2022.

LIMA, J. L. O. ; ALVARES, L.. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: ALVARES, Lilian (Org.). **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4 editores, 2012. 248 p. Capítulo1, 21/48.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 1. ed. São Paulo: Autêntica, 2018.

MACULAN, B. C. M. D. S.; LIMA, G. N. B. O. Buscando uma definição para o conceito de “conceito”. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 22, n. 2, p. 54-87, 2017. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/20anosppgg/article/download/3886/3735/14426>. Acesso em: 21 fev. 2022.

MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos. **Estudo e aplicação de metodologia para reengenharia de tesouro: remodelagem do Thesagro**. 2015. 343f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação da UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.. Disponível em : Repositório Institucional da UFMG: Estudo e aplicação de metodologia para reengenharia de tesouro: remodelagem do THESAGRO . Acesso em: 20 fev. 2020.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (comp.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**.

Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167. Disponível em: <http://observatorioedhemfoc.hospedagemdesites.ws/observatorio/wp-content/uploads/2020/09/El-giro-decolonial-1.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2023.

MANHIQUE, I. L. E.; CASARIN, H. C. S. Abordagem cultural da organização do conhecimento na ciência da informação brasileira. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 24, n. 56, p. 1-20, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2019.e65174>. Acesso em: 24 ago. 2022.

MARTÍNEZ-ÁVILA, D; SEMIDÃO, R; FERREIRA, M. Methodological aspects of critical theories in knowledge organization. **Knowledge Organization**, v. 43, n. 2, p. 118-125, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/168610?locale-attribute=es>. Acesso em: 07 ago. 2022.

MARTINS, C. W. S. A cada LGBTI+ o seu livro? Identidade de gênero e sexualidade na biblioteconomia brasileira. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. e27728, 2022.. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/27728>. Acesso em: 15 abr. 2024

MAZZOCCHI, F. Reviews of Concepts in Knowledge Organization. **Knowledge Organization**. v.45, n01, p.54-78, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3BFpdHo>. Acesso em: 05 mar. 2022.

MIGNOLO, W. **Desobediencia epistémica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires, Argentina: Ediciones del signo, 2010. Disponível em: https://monoskop.org/images/9/9b/Mignolo_Walter_Desobediencia_epistemica_retorica_de_la_modernidad_logica_de_la_colonialidad_y_gramatica_de_la_descolonialidad_2010.pdf. Acesso em: 12 dez 2023.

MIGNOLO, W. **Os esplendores e misérias da ciência**: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluriversalidade epistêmica”. In SANTOS, B. De S. Conhecimento prudente para uma vida digna: um discurso sobre as 'ciências' revisito Lisboa: Edições Afrontamento, 2003, p.. 631-671). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4577896/mod_resource/content/1/MIGNOLO%20-%202004%20-%20Os%20esplendores%20e%20as%20mis%C3%A9rias%20da%20ci%C3%Aancia.pdf

MIRANDA, M. L. C.; SILVA, F. G. Religião e cultura periféricas: a representação do islamismo na classificação decimal de dewey. **Logeion: filosofia da informação**, v. 5, n. 2, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/111811>. Acesso em: 28. Out. 2023.

MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de. A. Organização do etnoconhecimento: A representação do conhecimento afrodescendente em Religião. **Revista África e Africanidades**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p.5, jan. 2009. Disponível em: http://www.africaeaficanidades.com.br/documento/A_organizacao_do_etnoconhecimento.pdf. Acesso em: 01 abr. 2023

MITCHELL, Joan S. Relationships in the Dewey Decimal Classification System. In: BEAN, Carol A.; GREEN, Rebecca (Ed.). **Relationships in the organization of knowledge**.

Dordrecht: Kluwer Academic, 2001, p. 211-226. Disponível em : https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-94-015-9696-1_14 . Acesso em: 14 abr. 2024

MONTEIRO, S. D.; GIRALDES, M. J. C. Aspectos lógico-filosóficos da organização do conhecimento na esfera da ciência da informação. **Informação e Sociedade**, v. 18, n. 3, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/92016>. Acesso em: 22 out. 2023.

MOREIRA, W. Relações conceituais como elementos constitutivos essenciais dos sistemas de organização do conhecimento. **Informação & Informação**, v. 24, n. 2, p. 1-30, 2019. Disponível em: 10.5433/1981-8920.2019v24n2p1. Acesso em: 25 fev. 2022.

MOREIRO GONZÁLEZ, J. A. **Linguagens documentárias e vocabulário semânticos para a web**: elementos conceituais. Salvador: EDUFBA, 2011.

MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento Complexo. Porto alegre: Sulina, 1996

MOURA, M. A. Organização social do conhecimento e performatividade de gênero: dispositivos, regimes de saber e relações de poder. **Liinc em revista**, v. 14, n. 2, 2018. Disponível em: 10.18617/liinc.v14i2.4472 Acesso em: 05 mar. 2022.

NASCIMENTO, F. M. DE S.; PINHO, F. A. Sistemas de organização do conhecimento: : semelhanças e diferenças. **ConCI: Convergências em Ciência da Informação**, v. 2, n. 3, p. 104-122, 19 maio 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.33467/conci.v2i3.13673>. Acesso em 15 nov. 2023.

NASCIMENTO, F. M. S. **Uso Estratégico da Ontologia para Organização e Gestão da Informação Jurídica**. 2018. 105f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/29646#:~:text=Tem%20como%20objeti%20geral%20identificar,modelos%20de%20ontologias%20de%20dom%C3%Adnio>. Acesso em 23 jun.2021.

NEWTON, C. da. A lógica da liberdade: Criador de uma lógica que admite contradições, Newton da Costa é o mais proeminente filósofo brasileiro nos círculos acadêmicos internacionais. [Entrevista cedida à] **Folha de São Paulo**. São Paulo, nov. 1997. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/entrevista_filosofia_newton_da_costa.htm. Acesso em: 23 out. 2023.

NISO. **ANSI/NISO Z39.19:2005 (R2010)**: Guidelines for the Construction, Format, and Management of Monolingual Controlled Vocabularies. Baltimore, MD, U.S.A: National Information Standards Organization, 2010. Disponível em: <http://www.niso.org/publications/ansiniso-z3919-2005-r2010>. Acesso em: 15 mar. 2022

NISO. **ISO 25964**: the international standard for thesauri and interoperability with other vocabularies. Baltimore, MD, U.S.A: National Information Standards Organization, 2013. Disponível em: <https://www.niso.org/schemas/iso25964>. Acesso em: 15 mar. 2022

Oh, Dong-Geun. Developing and Maintaining a National Classification System, Experience from Korean Decimal Classification. **Knowledge Organization**. 39(2), 72-82. 38. 2012. Disponível em: https://web.archive.org/web/20220311142659id_/https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2012-2-72.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024

Olson, H. A. The Power to Name: Representation in Library Catalogues. **Signs: Journal of Women in Culture and Society** 26: 639-68, 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3175535>. Acesso em: 15 nov. 2023.

PAIVA, J. M. TRANSMITINDO CULTURA: A CATEQUIZAÇÃO DOS ÍNDIOS DO BRASIL, 1549-1600. **Revista Diálogo Educacional**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 1–170, 2000. DOI: 10.7213/rde.v1i2.3469. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/3469>. Acesso em: 23 maio. 2024.

PIEIDADE, M. A. R.. **Introdução à teoria da classificação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Interciencia, 1983.

PINHO, F. A. ; VITAL, L. P. Classificação facetada aplicada em sistemas de organização do e representação do conhecimento. In: Lucas, Elaine Rosângela de Oliveira (Org.) Corrêa, Elisa Cristina Delfini (Org.). Eggert-Steindel, Gisela (Org.). **As contribuições de Ranganathan para a Biblioteconomia: reflexões e desafios**, São Paulo: *Repositório - FEBAB*, 2016 Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/1535>. Acesso em 14 de janeiro de 2022,

PINHO, F. A.; MELO, L. A. F. de; OLIVEIRA, J. P. de. Os Assuntos gênero e sexualidade: representação temática nos sistemas Sophia/Biblioteca Nacional e Pergamum/UFPE. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 36–47, 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/8876>. Acesso em: 19 nov. 2023.

PONTES JUNIOR, J.; CARVALHO, R. A.; AZEVEDO, A. W. Da recuperação da informação à recuperação do conhecimento: reflexões e propostas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 18, n. 4, p. 2-17, 2013. Disponível em: [ttp://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/35875](http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/35875). Acesso em: 07 mar. 2022.

QUIJANO, A. **Colonialidad del poder y clasificación social**. Journal of world-systems research, v. 11, n. 2, 2000, p. 342-386. Disponível em: <http://www.ram-wan.net/restrepo/poscolonial/9.2.colonialidad%20del%20poder%20y%20clasificacion%20social-quijano.pdf>. Acesso em: 15 nov 2023.

QUIJANO. **A Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 15 abr. 2023

SALES, R. Ranganathan e a mudança no trajeto das classificações de biblioteca In: Lucas, Elaine Rosângela de Oliveira (Org.) Corrêa, Elisa Cristina Delfini (Org.). Eggert-Steindel, Gisela (Org.). **As contribuições de Ranganathan para a Biblioteconomia: reflexões e desafios**, São Paulo: *Repositório - FEBAB*, 2016. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/1535>. acesso em 14 de janeiro de 2022,

SALES, R.; CAFÉ, L. Semelhanças e diferenças entre tesouros e ontologias. **DataGramZero**, v. 9, n. 4, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6308>. Acesso em: 04 jan. 2022

SANTOS, B. S. **El milenio huérfano**. Madrid: Trotta, 2005

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciências pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1973

SCHIESSL, M.; SHINTAKU, M. Sistemas de organização do conhecimento. In: Alvares, L. (Org.). **Organização da informação e do conhecimento: conceito, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4 Editores, 2012. 248p. Capítulo 2, p. 49/118.

SILVA, F. P. da, BALTAR, P.; LOURENÇO, B. Colonialidade do saber, dependência epistêmica e os limites do conceito de democracia na América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisa sobre Americas**. Brasília. v.12, n.1, 2018 p. 68-86. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/15980>. Acesso em: 2 ago. 2022.

SILVA, H. H.; ALMEIDA, C. C. Pragmatismo de Peirce e teoria do conceito na organização da informação e do conhecimento: diálogos possíveis.. **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, n. XVIII ENANCIB, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/105522>. Acesso em: 21 fev. 2022.

Smiraglia, Richard P. *Epistemology of Domain Analysis*. [s.l]: Ergon, 2012.

SOERGEL, D. The rise of ontologies or the reinvention of classification. **Journal of the American Society of Information Science**, v.50, n.12, 1999, p.1119-1120. Disponível em : https://www.researchgate.net/publication/220435743_The_Rise_of_Ontologies_or_the_Reinvention_of_Classification. Acesso em: 15 set. 2023

Souza, E. M. de P.; Carrieri, A. de P. (2010). A analítica Queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero. // **RAM, Revista de Administração Mackenzie**. 11:3 (mai./jun. 2010) 46-70. Disponível em: <https://goo.gl/8jy3WQ>. Acesso em: 24 jan. 2022.

SOUZA, R. R.; TUDHOPE, D.; ALMEIDA, M. B.. Towards a Taxonomy of KOS: Dimensions for Classifying Knowledge Organization Systems. **Knowledge Organization**. v.39, n.3, p. 179-182, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3519QYs>. Acesso em :07 set. 2023

SUNDSTRÖM, Admeire da Silva Santos. **Garantia e hospitalidade cultural no tratamento temático de acervos de animação**. 2021. 263 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília- Sp, 2021. Disponível em: <https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:1647274/FULLTEXT01.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2022.

UNESCO. 2001. **Declaración Universal sobre la Diversidad Cultural**. 2 de noviembre de 2001. Acesso em: 03 jul. 2022. Disponível em: http://portal.unesco.org/es/ev.php-URL_ID=13179&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

Vickery, B. C. **On note Knowledge Organization**. 2008. (expanded from 2007 version). Web page.

<https://web.archive.org/web/20100125050115/http://www.lucis.me.uk/knowlorg.htm#start>

VITAL, L. P.; CAFÉ, L. Ontologias e taxonomias: diferenças. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n. 2, p. 115-130, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/35752>. Acesso em: 26 nov. 2021.

WALSH, Catherine; Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado, **Tabula Rasa**, n. 9, julio-diciembre, 2008, p. 131-

152 Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca Bogotá, Colombia. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n9/n9a09.pdf>. Acesso em 15 nov. 2023.

ZENG, M. L. Knowledge organization systems (KOS). **Knowledge Organization**, v. 35, n. 2/3, p. 160-182, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/350G9MB>. Acesso em 03 nov. 2021.